



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI — Nº 94

QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 83ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PAULO RAMOS — Impasse na questão da política salarial.

DEPUTADO JOAO PAULO — Desaparelhamento da Comissão de Orçamento.

DEPUTADO PAULO DELGADO — Primeiro Congresso do Partido dos Trabalhadores, em São Bernardo do Campo — SP.

DEPUTADO TIDEI LIMA — Vetos apostos ao projeto de política salarial.

DEPUTADO JOSÉ CICOTE — Fechamento da Ford do Brasil.

DEPUTADO PRISCO VIANA — Homenagem de pesar pelo falecimento do Prof. Manoel Pinto de Aguiar.

DEPUTADO LOURIVAL FREITAS — Vetos à política salarial.

DEPUTADO MARCELO BARBIERI — Posição de S. Exª pela rejeição dos vetos à política salarial.

DEPUTADO CARLOS SANTANA — Apelo em favor da rejeição dos vetos presidenciais à política salarial.

1.2.2 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 151/91-CN (nº 673/91, na origem), encaminhando Projeto de Lei nº 78/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no limite de Cr\$49.845.620.000,00 (quarenta e nove

bilhões, oitocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), para os fins que especifica.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do projeto lido anteriormente e fixação de calendário para sua tramitação.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 795/91-CN, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura reponsabilidades na Cia. Nacional de Abastecimento, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento daquela Comissão. **Deferido.**

— Nº 796/91-CN, subscrito pela Deputada Benedita da Silva e outros, referente à criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

— Nº 797/91-CN, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento daquela comissão. **Aprovado.**

1.2.5 — Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADO PAULO RAMOS — Apelo à Presidência no sentido do acolhimento de requerimento de sua iniciativa, propondo a criação de uma CPI para apurar a questão da dívida externa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Necessidade da rejeição dos vetos à política salarial, objetivando aliviar o arrocho do salário mínimo.

DEPUTADO AMAURY MÜLLER — Em questão de ordem, solicita da Presidência a reativação da Comissão Mista incumbida da revisão de todas as doações, vendas

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Malefícios do fumo no organismo humano e a proibição de seu uso no plenário da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO ELIEL RODRIGUES — Apoio ao assunto tratado pelo Sr. Elias Murad.

DEPUTADO GILVAN BORGES — Apelo em favor da derrubada dos vetos apostos à política salarial.

DEPUTADA BETE AZIZE — Êxito alcançado por comissão de parlamentares brasileiros em Portugal, relativamente à questão da legalização de diplomas de profissionais brasileiros naquele País. Rejeição de vetos à lei salarial.

DEPUTADO VALDIR GANZER — Considerações sobre a explanação do Ministro da Infra-Estrutura, Sr. João Santana, ao Senado na tarde de hoje, pertinente à problemática amazônica, particularmente no que se refere à conservação de rodovias e fornecimento de energia elétrica.

DEPUTADA CIDADINHA CAMPOS — Denúncias de fraudes do Deputado Fábio Raunheitti contra o INSS e o SUS.

DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI — Reparos às colocações da Srª Cidinha Campos.

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE — Agradecimentos de sem-terras de Fortaleza ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, pela sua ação junto ao INSS, resultando na liberação de terra por eles reivindicada.

DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA — Encerramento da reunião de líderes partidários, sem que se chegasse a um consenso na questão da política salarial.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Impossibilidade de acordo entre Oposição e Governo no caso dos vetos à lei salarial.

DEPUTADO SARNEY FILHO — Solicitando da Presidência o início do processo de votação.

DEPUTADO JONES SANTOS NEVES — Excessiva concentração de renda no Brasil.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 63/91 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências. **Mantidos os vetos** ao parágrafo único do art. 8º, inciso I do art. 10 e art. 13, tendo usado da palavra no encaminhamento da votação do primeiro veto os Srs. Genebaldo Correia, José Genoíno, Vivaldo Barbosa, José Serra, Ricardo Izar, Gastone Rghi, José Carlos Saboia, Haroldo Lima, Ricardo Fiúza, Luiz Carlos Haully, Victor Faccioni, Paulo Mandarino, Humberto Souto, Roberto Freire e Paulo Paim, ficando a votação dos demais vetos adiada por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21/90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49/90 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48/90 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50/90, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176/89 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6/91, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 88/88 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. **Votações adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 14/91 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87/90 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18/91 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12/91 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 73/90 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 98/90 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 123/90 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos Estados e Municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 24/91 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 214/84 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que

acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, Lei de Falências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78/90 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 26/89 (nº 889/88 na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230-Transamazônica. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27/90 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de Rodovia Presidente Tancredo Neves. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33/91 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total ao Projeto de Lei da Câmara nº 83/90 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 40/84 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefícios dos trabalhadores desempregados. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/91 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/91 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 35/91 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82/91 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3/91-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano

de 1992, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57/91 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Nº 1, de 1991.

Ata da 83ª Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias do Nascimento — Affonso Camargo — Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elicio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavour — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PTR; Ruben Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaez — Bloco; Gilvan Borges — S/P; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni

Queiroz — PDT; Hermínio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mário Chermont — PTB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Beth Azize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Antonio Marimoto — PTB; Carlos Camurça — PSC; Edison Fideis — PTB; Maurício Calixto — Bloco; Nobel Moura — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — Bloco; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — Bloco.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Edmundo Galdino — PSDB; Freire Júnior — Bloco; Hagahús Araújo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC; Osvaldo Reis — PTR; Paulo Mourão — PDS.

Maranhão

César Bandeira — Bloco; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Mattias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Benevides — PMDB; Edson Silva — PDT; Ernani Viana — PSDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penafort — PSDB; Maria Luiza Fontene-

ie - PSB; Moroni Torgan - PSDB; Orlando Bezerra - Bloco; Pinheiro Landim - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB.

Piauí

B. Sá - S/P; Caldas Rodrigues - Bloco; Ciro Nogueira - Bloco; Felipe Mendes - PDS; Jesus Tajra - Bloco; João Henrique - PMDB; José Luiz Maia - PDS; Murilo Rezende - PMDB; Paes Landim - Bloco; Paulo Silva - PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves - PMDB; Fernando Freire - Bloco; Henrique Eduardo Alves - PMDB; Iberê Ferreira - Bloco; João Faustino - PSDB; Laíre Rosado - PMDB; Ney Lopes - Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira - Bloco; Edvaldo Motta - PMDB; Efraim Morais - Bloco; Evaldo Gonçalves - Bloco; Francisco Evangelista - PDT; Ivandro Cunha Lima - PMDB; José Luiz Clerot - PMDB; José Maranhão - PMDB; Ramalho Leite - PDS; Rivaldo Medeiros - Bloco; Vital do Rego - PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro - PSB; Fernando Bezerra Coelho - PMDB; Gilson Machado - Bloco; Gustavo Krause - Bloco; Inocêncio Oliveira - Bloco; José Mendonça Bezerra - Bloco; José Moura - Bloco; José Múcio Monteiro - Bloco; Luiz Piauhyllino - PSB; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Maviavel Cavalcanti - Bloco; Miguel Arraes - PSB; Nilson Gibson - PMDB; Osvaldo Coelho - Bloco; Pedro Corrêa - Bloco; Renildo Calheiros - PC do B; Roberto Franca - PSB; Roberto Freire - PCB; Roberto Magalhães - Bloco; Salatiel Carvalho - PTR; Sérgio Guerra - PSB; Tony Gel - Bloco; Wilson Campos - PMDB.

Alagoas

Augusto Farias - Bloco; José Thomaz Nonô - PMDB; Luiz Dantas - Bloco; Mendonça Neto - PDT; Olavo Calheiros - S/P; Roberto Torres - PTB.

Sergipe

Benedito de Figueiredo - Bloco; Cleonânncio Fonseca - Bloco; Djenal Gonçalves - PDS; Everaldo de Oliveira - Bloco; Jerônimo Reis - Bloco; José Teles - PDS; Messias Góis - Bloco; Pedro Valadares - Bloco.

Bahia

Alcides Modesto - PT; Ângelo Magalhães - Bloco; Aroldo Cedraz - Bloco; Benito Gama - Bloco; Beraldo Bonaventura - PDT; Clóvis Assis - PDT; Eraldo Tinoco - Bloco; Félix Mendonça - PTB; Geddel Vieira Lima - PMDB; Genebaldo Correia - PMDB; Haroldo Lima - PC do B; Jabes Ribeiro - PSDB; Jairo Azi - PDC; Jairo Carneiro - Bloco; Jaques Wagner - PT; João Almeida - PMDB; João Alves - Bloco; João Carlos Bacelar - PMDB; Jonival Lucas - PDC; Jorge Khoury - Bloco; José Carlos Aleluia - Bloco; José Falcão - Bloco; José Lourenço - PDS; Jutahy Júnior - PSDB; Luís Eduardo - Bloco; Luiz Moreira - PTB; Luiz Viana Neto - PMDB; Manoel Castro - Bloco; Pedro Irujo - Bloco; Prisco Viana - PDS; Ribeiro Tavares - PL; Sebastião Ferreira - PMDB; Sérgio Brito - PDC; Sérgio Gaudenzi - PDT; Waldir Pires - PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves - PSDB; Agostinho Valente - PT; Aracely de Paula - Bloco; Armando Costa - PMDB; Avelino Costa - PL; Camilo Machado - Bloco; Célio de Castro - PSB; Edmar Moreira - Bloco; Elias Murad - PSDB; Felipe Neri - PMDB; Fernando Diniz - PMDB; Genésio Bernardino - PMDB; Getúlio Neiva - PL; Humberto Souto - Bloco; Ibrahim Abi-Ackel - PDS; João Paulo - PT; João Rosa - PMDB; José Geraldo - PMDB; José Santana de Vasconcelos - Bloco; José Ulisses de Oliveira - PRS; Lael Varella - Bloco; Luiz Tadeu Leite - PMDB; Marcos Lima - PMDB; Mário de Oliveira - PTR; Maurício Campos - PL; Neif Jabur - PMDB; Nilmário Miranda - PT; Odelmo Leão - Bloco; Osmânio Pereira - PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos - PSDB; Paulo Afonso Romano - PFL; Paulo Delgado - PT; Paulo Heslander - PTB; Pedro Tassis - PMDB; Romel Anísio - Bloco; Ronaldo Perim - PMDB; Samir Tannús - PDC; Saulo Coelho - PSDB; Tilden Santiago - PT; Vittorio Mediolini - PSDB; Wagner do Nascimento - Bloco; Wilson Cunha - PTB; Zaire Rezende - PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos - PMDB; Etevalda Grassi de Menezes - PMDB; João Baptista Motta - PSDB; Jones Santos Neves - PL; Jório de Barros - PMDB; Nilton Baiano - PMDB; Paulo Hartung - PSDB; Rita Camata - PMDB; Roberto Valadao - PMDB; Rose de Freitas - PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PTB; Álvaro Valle - PL; Amaral Netto - PDS; Aroldo de Oliveira - Bloco; Artur da Távola - PSDB; Benedita da Silva - PT; Carlos Alberto Campista - PDT; Carlos Santana - PT; César Maia - PMDB; Cidinha Campos - PDT; Edésio Frias - PDT; Eduardo Mascarenhas - PDT; Fábio Raunheitu - PTB; Flávio Palmier da Veiga - Bloco; Francisco Dornelles - Bloco; Francisco Silva - PST; Jair Bolso Naro - PDC; Jamil Haddad - PSB; José Egidio - Bloco; José Vicente Brizola - PDT; Junot Abi-Ramia - PDT; Laerte Bastos - PDT; Laprovita Vieira - PMDB; Lysáneas Maciel - PDT; Márcia Cibibis Viana - PDT; Marino Clinger - PDT; Miro Teixeira - PDT; Nelson Bornier - PL; Paulo de Almeida - PTB; Paulo Portugal - PDT; Paulo Ramos - PDT; Regina Gordilho - PDT; Roberto Jefferson - PTB; Rubem Medina - Bloco; Sandra Cavalcanti - Bloco; Sérgio Arouca - PCB; Sérgio Cury - PDT; Sidney de Miguel - PV; Simão Sessim - Bloco; Vivaldo Barbosa - PDT; Wanda Reis - PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman - PMDB; Alberto Haddad - PTR; Aldo Rebelo - PC do B; Aloizio Mercadante - PT; André Benassi - PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB; Beto Mansur - PDT; Cardoso Alves - PTB; Cunha Bueno - PDS; Delfim Netto - PDS; Diogo Nomura - PL; Edevaldo Alves da Silva - PDS; Eduardo Jorge - PT; Ernesto Gradedella - PT; Fábio Feldmann - PSDB; Fabio Meirelles - PDS; Fausto Rocha - Bloco; Florestan Fernandes - PT; Gastone Righi - PTB; Geraldo Alckmin Filho - PSDB; Heitor Franco - Bloco; Hélio Bicudo - PT; Hélio Rosas - PMDB; Irma Passoni - PT; João Mellão Neto - PL; Jorge Tadeu Mudalen - PMDB; José Cicote - PT; José Dirceu - PT; José Genóino - PT; José Maria Eymael - PDC; Jurandyr Paixão -

PMDB; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Magalhães Teixeira – PSDB; Maluly Netto – Bloco; Manoel Moreira – PMDB; Marcelino Romano Machado – PDS; Marcelo Barbieri – PMDB; Maurici Mariano – Bloco; Mendes Botelho – PTB; Nelson Marquezelli – PTB; Osvaldo Stecca – PSDB; Pedro Pavão – PDS; Ricardo Izar – PI; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Tuma – PI; Sólton Borges dos Reis – PTB; Tadashi Kuriki – Bloco; Tidei de Lima – PMDB; Tuga Angerami – PSDB; Vadão Gomes – Bloco; Valdemar Costa – PI; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; José Augusto Curvo – PI; Rodrigues Palma – PTB; Wellington Fagundes – PL; Wilmar Peres – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PCB; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Eurides Brito – PTR; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goiás

Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Faleiros – PSDB; Délio Braz – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Maria Valadão – PDS; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Osório Santa Cruz – PDC; Paulo Mandarino – PDC; Pedro Abrão – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Ronaldo Caiado – S/P; Virmondés Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elsio Curvo – Bloco; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Marilu Guimarães – PTB; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Antônio Barbara – Bloco; Antônio Ueno – Bloco; Basílio Villani – Bloco; Carlos Roberto Massa – Bloco; Carlos Scarpelini – PST; Delcino Tavares – PST; Edésio Passos – PT; Edí Siliprandi – PDT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; José Felinto – PST; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Haully – PST; Matheus Iensen – PTB; Max Rosenmann – Bloco; Munhoz da Rocha – PSDB; Onaireves Moura – PTB; Otto Cunha – Bloco; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Reinhold Stephanes – Bloco; Renato Johnsson – Bloco; Romero Filho – PST; Rubens Bueno – PSDB; Said Ferreira – PMDB; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dércio Knop – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PI; Luci Choinacki – PT; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – Bloco; Paulo Duarte – Bloco; Renato Vianna – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Amaury Müller – PDT; Antônio Britto – PMDB; Arno Magarinos – Bloco; Carlos Azambuja – PDS; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PDS; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; Jorge Ueque – PSDB; José Fortunati – PT; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Telmo Kirsí – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Paccioni – PDS; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 70 Srs. Senadores e 444 Srs. Deputados

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, assomou a esta tribuna para cumprir o doloroso dever de desenvolver um esforço para preservar a sessão, de modo que o Congresso Nacional possa exercer, as suas responsabilidades, debatendo ou enfrentando politicamente as matérias que devem ser apreciadas.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que estou tomado por grave preocupação. O conjunto da sociedade brasileira não tem dúvida de que o Governo Collor de Mello se caracteriza pela insensibilidade e pela improvisação: insensibilidade quando se recusa a orientar a sua bancada para que a classe trabalhadora possa dispor de uma política salarial; improvisação quando, diante da impossibilidade de fazer valer uma maioria no Congresso, acena com a superação de um impasse através da edição de uma medida provisória, assim como tantas outras que afrontam a Constituição.

O instituto da medida provisória foi incluído no texto constitucional para ser utilizado em situações relevantes e urgentes. Entretanto, o que faz o Presidente da República? Não pretende resolver de modo coerente e de forma séria os graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro. Promove a mais dura recessão, com a fome, com o desemprego, e promove também um arrocho salarial sem precedentes, que alcança os trabalhadores da iniciativa privada e todos os servidores públicos.

É preciso que as lideranças partidárias, mesmo as dos partidos políticos que pretendem dar sustentação ao Governo, compreendam que dar sustentação ao Governo, criar condições de governabilidade implica, principalmente, a construção de uma política salarial que represente um mecanismo para uma melhor distribuição de renda no País. Todos sabem — não é segredo para ninguém — que os salários participam, a cada dia, com um percentual menor no conjunto da economia, no conjunto da renda nacional. Não é possível que as lideranças partidárias, os partidos políticos, ou os representantes do povo imaginem que criar condições de governabilidade significa apoiar o Governo até nos seus desmandos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, não existirá alternativa para o processo em curso se, os vetos à política salarial

não forem derrubados. Não podemos aceitar a superação de um impasse através da medida provisória. Precisamos compreender que, hoje, estamos caminhando para uma convulsão social de sérias conseqüências. Não será admissível — e hoje advirto as Lideranças, e os partidos que se reúnem numa oposição construtiva — imaginar que a oposição, ao superar-se o impasse em relação à política salarial, desmobilizar-se-á, desagregar-se-á para permitir que passem, nesta Casa, como um rolo compressor, as medidas contidas no “Emendão”. Algumas delas se constituem no mais grave crime de lesa-pátria. Portanto, não podemos pensar em superar o impasse a respeito da política salarial para a aprovação, sem um debate profundo, desse conjunto de emendas constitucionais, que representam um retrocesso e, acima de tudo, um atraso para o Brasil como nação soberana.

Fica aqui a minha advertência. Vamos enfrentar a política salarial, derrubando os vetos e criando uma verdadeira política salarial. Não vamos permitir que, em pouco tempo, sejam aprovadas emendas constitucionais sem a devida e a necessária discussão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra os painéis do Sistema Eletrônico de Votação para que os Srs. Deputados possam registrar suas presenças, uma vez que constam da Ordem do Dia vetos da maior importância.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Exª, para que, na qualidade da Presidente, me ajude a levar a efeito a questão de ordem que vou levantar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está V. Exª com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO — Sr. Presidente, vivemos uma situação vexatória na Comissão Mista de Orçamento. Há quatro anos faço parte dessa Comissão e, infelizmente, lá não podemos trabalhar com eficiência e responsabilidade. A Comissão Mista de Orçamento não nos oferece a mínima condição de trabalho. Com o maior empenho dos membros da Comissão, conseguimos aprovar um regulamento e uma estrutura para aquela Comissão, dotando-a de verba necessária para que se equipe e possa cumprir suas finalidades.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço a V. Exª que formule a questão de ordem, nobre Deputado.

O SR. JOÃO PAULO — Minha questão de ordem é a solicitação à Mesa de providências para dar à Comissão Mista de Orçamento aquilo de que necessita, porque estamos certos de que não se quer que a Comissão funcione para fiscalizar o Executivo para acabar com a corrupção que reina no País.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa atenderá V. Exª, falando com Presidente da Comissão sobre o assunto, exigindo de S. Exª que crie as condições necessárias para que os Srs. Deputados e Senadores possam cumprir o seu dever.

O SR. JOÃO PAULO — É o congresso que tem de tomar providências, Sr. Presidente, e não a Comissão de Orçamento.

O próprio Senador Ronaldo Aragão queixa-se da impossibilidade de fazer a Comissão de Orçamento funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, Srª e Srs. Deputados, registro, com satisfação, a realização do 10º Congresso do Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.

Esse congresso tem para nós um significado especial e — quero crer — para a democracia brasileira, com repercussões na história dos partidos políticos e da vida pública em nosso País.

O PT é um partido que nasceu há onze anos, conseqüência de lutas, de experiências e da história acumulada por milhares de trabalhadores de vários setores da sociedade brasileira. E, na sua trajetória de construção, rompeu com um dos mitos que sustentavam e edificavam os partidos de esquerda tradicionais neste século: a idéia do operariado único, da classe operária unificada e homogênea, que tinha como função, quase que trans-histórica, mudar o perfil da sociedade e criar melhores condições de vida para todos.

O PT é o primeiro partido de esquerda que rompe com essa idéia e amplia as possibilidades de outros setores da classe trabalhadora.

Lembro-me bem, em São Bernardo do Campo, no restaurante São Judas Tadeu, da primeira reunião do Movimento Pró-PT, que, na verdade, era a segunda, já que a primeira manifestação pública de trabalhadores para criar um partido como o Partido dos Trabalhadores ocorreu em Minas Gerais, em Poços de Caldas, no 1º Congresso dos Metalúrgicos de Minas Gerais e do Brasil, na época liderado pelo atual Deputado Federal companheiro João Paulo Pires de Vasconcelos.

Foi João Paulo quem convidou os metalúrgicos de São Bernardo para o Congresso de Poços de Caldas, do qual surgiu a idéia de um partido que fosse uma alternativa aos partidos organizados no Brasil até aquele momento. Dali, a inquestionável liderança de Lula, não só no ABC, mas no Brasil e na América Latina, deu origem ao PT, esse partido aberto, democrático, que chegou, em 1989, à possibilidade concreta de ocupar a Presidência da República.

Hoje, o partido governa prefeituras de capitais. Temos três das mais importantes Prefeituras de Capitais do Brasil: Lufiza Erundina, em São Paulo; Víctor Buáiz, em Vitória e Olívio Dutra, em Porto Alegre. Temos uma bancada federal expressiva, Deputados Estaduais, centenas de Vereadores no Brasil e quase 700 mil filiados. O nosso congresso inicia-se hoje à noite com a presença de delegações que representam a solidariedade dos partidos de esquerda e dos partidos democráticos do mundo inteiro.

Registro, Sr. Presidente, a importância desse congresso para a trajetória política do nosso partido e para a política ali decidida, de direção concreta no sentido de ampliar as alianças políticas que, em 1992, no campo da esquerda, possam governar o País, seja hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores, onde isso for possível, seja hegemônico por outros partidos de esquerda que também conosco dividem a luta do setor progressista da sociedade brasileira. É o registro que gostaria de fazer a V. Exª, desde já justificando a minha ausência amanhã, na sessão da Câmara dos Deputados, porque estarei no congresso nacional do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, estamos reunidos hoje para votar ou pelo menos tentar votar os vetos que o Presidente da República após ao projeto de política salarial aprovado por esta Casa.

Vejo com muita preocupação essa reunião, porque sinto que há uma resistência muito grande do Governo em conceder um mínimo, em fazer uma concessão mínima que seja para que possamos sair desse imbrólio em que se meteu o Congresso Nacional, praticamente pralisando as atividades legislativas. É evidente que o que se pede é até um absurdo. Deveríamos até envergonhar-nos de estarmos pedindo que o salário mínimo passe de 42 mil cruzeiros para 54 mil cruzeiros. Isso é uma coisa mínima. É bem verdade que não dá para pedir muito nas circunstâncias que estamos vivendo no País. Isso é realmente muito pouco, mas nem esse pouco o Governo quer conceder.

Tenho a impressão de que nós, conjuntamente, poderíamos dar uma demonstração de que desejamos fazer com que avance o processo legislativo, com que avance o salário mínimo do trabalhador, derrubando pelo menos um dos vetos — o art. 8º que foi vetado na lei de política salarial pelo Sr. Presidente da República — que mantém congelado o salário mínimo até janeiro do ano que vem. Se fizermos um levantamento, veremos que quando foi reajustado, esses 42 mil cruzeiros representavam 100 dólares. Quando começou a vigor, valiam 85 dólares e, hoje, significam 50 dólares. Em janeiro de 1992, quando for descongelado, os 42 mil cruzeiros serão, sem dúvida alguma, 20 dólares. É com esse salário mínimo que as autoridades da área econômica do Governo e o Sr. Presidente da República querem que os trabalhadores vivam.

É bem verdade que as prefeituras, principalmente do Norte e do Nordeste, enfrentam vários problemas. Isto porque a política econômica do Governo é recessiva e fez com que as arrecadações dos Estados caíssem. A manter este ritmo de recessão na economia do País nem com 42 mil cruzeiros será possível pagar aos trabalhadores dos Estados e dos Municípios. Precisamos deixar patente, para que fique registrado na História, que há indignação geral em relação à política salarial que o Governo não quer que seja implantada.

Sr. Presidente, a sociedade, indignada, protesta, porque vemos que o País está afundando, que existe uma indexação de tributos, uma liberação de preços.

Ainda estes dias, a Casa recebeu um projeto de lei do Governo Federal, liberando o preço das escolas. No ano que vem, as escolas estaduais serão intensamente procuradas pelos alunos de classe média que não poderão mais frequentar a escola particular.

Vejo aqui o Deputado Cleto Falcão, Líder do PRN. Faço até um apelo a S. Ex^a, no sentido de se somar a este **tour de force** para derrubar o veto do Presidente da República, no que diz respeito ao congelamento do salário mínimo. Sr. Presidente, 42 mil cruzeiros não dão para pagar a entrada da feijoada do Deputado Cleto Falcão, quanto mais para passar o mês inteiro.

É este o apelo que fazemos a todos os partidos, ao Líder do PRN e aos Líderes de todos os partidos que dão sustentação ao Governo nesta Casa, porque o que se está pedindo é o mínimo, o que se está pedindo é, na verdade, aquilo que

permitirá ao cidadão sobreviver um pouco mais. Se não há um sentimento, alguma sensibilidade nesse sentido, gostaria, então, que realmente pudesse o Congresso Nacional ter a dignidade de dizer por que não dá o reajuste, por que não aprova o projeto com clareza. Gostaria que chegassem e dissessem que não o aprovam porque querem acabar com os pobres, matando-os de fome. Se a política do Governo é de extermínio da pobreza e da miserabilidade, se é para matar o trabalhador de fome, essa é uma atitude que, evidentemente, vai concretizá-la.

Encerro a minha fala, Sr. Presidente, com a esperança de que possa esta Casa, através dos que se dizem representantes do povo — aqueles que devem estar com os ouvidos ligados ao clamor popular, ao roncar das barrigas, aqueles que devem estar com as vistas voltadas para a miséria que vai ganhando corpo, principalmente nas grandes cidades deste País — sintonizada com a vontade popular, dar esse passo que, embora pequeno, sem dúvida alguma, nos tirará dessa situação de confronto hoje aqui existente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado José Cicote.

O SR. JOSÉ CICOTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, estive reunido na tarde de hoje com o Deputado Aloizio Mercadante e uma comissão de trabalhadores do ABC. Também estavam presentes o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo e o ex-Deputado Federal Plínio Arruda Sampaio, que acabam de voltar dos Estados Unidos. Discutimos o fechamento da Ford do Brasil.

Conversamos com o Ministro da Economia e mostramos a S. Ex^a a preocupação dos trabalhadores, pois milhares e milhares deles ficariam sem emprego se ocorresse o fechamento da Ford do Brasil, Representantes do sindicato dos trabalhadores e do poder municipal também já conversaram com o Governador de São Paulo, Antônio Fleury Filho, obtendo de S. Ex^a a promessa de que o Banespa abriria linha de crédito para reativar a Ford do Brasil.

O Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou que a preocupação era também do Governo federal e daquele Ministério.

Ficou marcada, para o dia 12 de dezembro, uma reunião entre o Governo Federal, representado pelo Ministro da Economia, o Governo estadual, o Governo municipal e representantes dos trabalhadores, da Ford, das montadoras e do setor de autopeças, na qual discutiremos essa questão. Levaremos propostas concretas para que não se dê o fechamento de nenhuma indústria no Brasil. Não queremos que indústrias sejam fechadas no Brasil e levadas para outros países.

Aquela unidade da Ford representa duzentos milhões de dólares de faturamento por ano no âmbito estadual. Será um grande prejuízo econômico o seu fechamento. As montadoras hoje representam 10% do PIB brasileiro. Os trabalhadores do ABC paulista estão querendo reativar a produção, porque, reativada a produção das montadoras, reativa-se a produção do setor das autopeças e, sucessivamente, a de outras empresas.

Tivemos hoje, do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, pelo menos uma satisfação. Levaremos a S. Ex^a propostas para reativar a produção da Ford. Como nós, o Governo do Estado e o do Município e o sindicato dos traba-

lhadores daquela região estão preocupados com o desempenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer um triste registro: faleceu ontem, na cidade do Rio de Janeiro, o Prof. Manoel Pinto de Aguiar, ilustre brasileiro, ilustre baiano, que deixa uma folha inestimável de serviços prestados ao meu Estado, a Bahia, e ao País.

O Prof. Manoel Pinto de Aguiar integrou um conjunto de homens muito ilustres de nossa terra. Foi contemporâneo de homens notáveis da Bahia que muito dignificaram o Congresso Nacional. Foi companheiro de Luiz Viana Filho, Aliomar Baleeiro, Peçanha Martins e tantos outros que honraram e dignificaram a vida pública deste País.

O Prof. Manoel Pinto de Aguiar foi idealizador do sistema financeiro que permitiu a consolidação da Eletrobrás. Ali chegou desde o início da empresa, em 1962 e montou todo o esquema financeiro que permitiu ao País, em prazo relativamente curto estabeleceu uma estrutura energética que ainda hoje sustenta o desenvolvimento nacional.

Quero, com estas rápidas palavras, Sr. Presidente, manifestar o meu pesar pessoal pela morte desse ilustre brasileiro e deixar registrados os meus sentimentos e os meus pésames a sua família. Perdeu a Bahia, perdeu o País um grande e prestante brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra a nobre Deputada Ângela Amin. (Pausa.) S. Ex^a desiste. Com a palavra o nobre Deputado Lourival Freitas.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas hoje, este Congresso mais uma vez tenta derrubar os vetos apostos à política salarial pelo Presidente Fernando Collor de Mello.

Não é novidade para os Parlamentares desta Casa nem para a sociedade brasileira que a situação do assalariado, como a situação do País, é gravíssima. E mais grave e surpreendente ainda é a insensibilidade do Governo ao não querer negociar a derrubada dos vetos. Sabe-se que as Lideranças, estão fazendo uma última tentativa de acordo para conseguir melhorar um pouco a situação do assalariado.

O argumento mais usado nesta Casa pelas Lideranças do Governo é o de que o aumento do salário mínimo significará a quebra das prefeituras e da Previdência Social, mas o Governo não diz Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que medidas concretas, reais, definitivas tem tomado para melhorar a situação da Previdência.

Não podemos aceitar o argumento de que os aposentados são os responsáveis pelo descaso, pelos desmandos e pela corrupção que impera na Previdência Social. Os aposentados não podem ser responsabilizados pela incompetência administrativa na gestão da coisa pública, pois já contribuíram demais para a Nação com seu trabalho e agora, no final da vida, não podem ser tachados pelo Governo de responsáveis pelo desastre. A sociedade exige deste Congresso que chegue a uma definição urgente sobre a política salarial e o salário mínimo, porque do contrário, Sr. Presidente, vai ser muito difícil para a sociedade entender qual a verdadeira posição deste Parlamento com relação à política econômica do Gover-

no. É difícil dizer à população se o Congresso quer dar um basta a essa política desastrosa, desumana e irresponsável que tem levado o País à beira da falência e os assalariados à fome e à miséria ou se está conivente com tudo isso. Portanto, Sr. Presidente, fica o apelo deste Parlamentar, não ao Governo, que já mostrou a sua insensibilidade e a sua irresponsabilidade, mas aos Parlamentares, aos empresários que têm compromisso com o futuro deste País, que querem uma economia forte: revejam essa orientação do Governo Federal, não a sigam cegamente, porque já está demonstrado que essa política recessiva não traz benefícios para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, já há quase 200 Deputados nesta sessão do Congresso Nacional. Estamos aqui para mais uma tentativa de melhorar a condição do assalariado brasileiro que, a cada dia que passa, se torna mais precária, mais dramática. Os jornais estão publicando dados como aumento de inadimplência no pagamento de contas de luz, de água, de telefone e de aluguel. Isto vem demonstrar as condições do assalariado em nosso País, que realmente espelham uma situação jamais vista em nossa história.

Por isso, queremos, em nome do nosso partido — o PMDB — dizer que estamos comandando os partidos de oposição na busca de um acordo com o chamado Bloco Independente, formado pelo PDS, pelo PL, pelo PDC e pelo PTB, para que consigamos aprovar algum ganho real para os assalariados, principalmente para quem ganha salário mínimo, que ainda é de 42 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, a situação do assalariado agrava-se porque o Estado deixa de cumprir as suas obrigações, particularmente — e queria chamar a atenção desta Casa para isto — na área de saúde pública, abandonada pelo Governo brasileiro, como tive oportunidade de testemunhar em encontro com o Governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, no último sábado.

O Sr. Governador denunciou naquela oportunidade, que, o repasse do SUDS para os Estados e para os Municípios se vem reduzindo dramaticamente. Além dessa redução, está também atrasando 40 a 60 dias em média o repasse dos recursos para a saúde.

Portanto, os assalariados, além de estarem com os vencimentos dramaticamente arrojados, também estão assistindo à deterioração crescente das condições de saúde no País, com a diminuição cada vez mais acentuada do atendimento médico à população em função do abandono a que infelizmente o Governo Federal vem relegando a saúde pública.

E ainda há mais, Sr. Presidente. O Governo privatiza uma série de empresas a pretexto de melhorar a saúde, a segurança e a educação. Mas contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se promove essa onda privatizante, agrava-se o estado de abandono da saúde pública, em decorrência da diminuição dos pagamentos devidos pelo Governo aos hospitais dos municípios do interior do País, cujos prefeitos estão em situação desesperadora.

O Governo pede reforma tributária, pede ajuste fiscal, no entanto não percebe que a queda na arrecadação é resultante da recessão profunda que está acometendo nosso País, que está falindo por seguir o receituário do Fundo Monetário Nacional e outras imposições externas à nossa Pátria, cujos

ônus recaem sobre a família brasileira, causando essa situação dramática, desesperadora e triste, que atinge também todas as empresas, sejam as nacionais, sejam as estrangeiras que aqui se instalaram.

Sr. Presidente, quero também ressaltar que, quando defendemos aqui a melhoria dos salários em nosso País, não esquecemos a situação dramática por que passam as empresas brasileiras, com o aumento dos juros, cada vez mais escorchantes, que vêm sufocando a iniciativa privada, impedindo-a de investir e conseguir lucros mínimos para, com isso, garantir a retomada do crescimento econômico.

Sr. Presidente, a tentativa de derrubada dos vetos à lei salarial visa principalmente à retomada imediata do desenvolvimento, à retomada das condições de consumo. O Natal está próximo e não podemos mais protelar a retomada do consumo interno. Estão aí os dados estatísticos mostrando a desesperadora diminuição do consumo no nosso País. Como pode haver capitalismo sem consumidor? Como pode haver economia de mercado sem pessoas para consumir?

É por isto que estamos aqui, nesta noite, tentando um acordo com o Governo e com as bancadas que o apóiam para derrubarmos, de comum acordo, os vetos à política salarial, para garantir ao menos um mínimo de condições ao assalariado brasileiro, que hoje se encontra à míngua, com um salário mínimo de menos de 50 dólares, o que é uma vergonha para o nosso País, é uma vergonha para a Nação.

Ressaltamos, Sr. Presidente, que o nosso partido, o PMDB, tem adotado, no que se refere a essa questão, uma atitude firme, decidida, e, ao mesmo tempo em que busca a negociação, não deixa de reafirmar sua luta pelos interesses maiores, pelos assalariados, pela retomada do desenvolvimento. Mas, pelo que estamos vendo, com essa recessão profunda, este promete ser, lamentavelmente, um dos piores Natais da História do Brasil, o Natal mais triste que este povo faminto e miserável já viveu.

Por isso fazemos este apelo a todas as bancadas do Congresso Nacional: venham aqui, a este Congresso, participem dos debates, venham buscar uma unidade para que possamos encontrar uma solução que já não pode mais ser protelada, já não pode mais demorar. A população precisa de uma solução urgente; esta deve ser a nossa posição.

Em nome do PMDB, queremos reafirmar nossa posição em defesa da derrubada dos vetos à Lei Salarial, apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional mas, infelizmente, vetada, desfigurada pelo Governo, congelando-se o salário mínimo em 42 mil cruzeiros.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Barbieri, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que se desloquem para o plenário, já que se vai processar a votação logo mais.

Enquanto esperamos que cumpram este apelo os Srs. Senadores e Deputados, concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos novamente neste plenário para tentar derrubar os vetos que

o Presidente está imponto à política salarial. Esperamos que os Congressistas presentes se sensibilizem diante da situação do povo deste País. Sequer conseguimos entender como os trabalhadores estão conseguindo sobreviver com um salário de 42 mil cruzeiros que mal dá para garantir sua alimentação, mesmo que seja a mais simples possível.

É importante que hoje, nesta Casa, façamos com que os vetos à política salarial caiam realmente. É importante que cada Parlamentar se sensibilize diante da situação de penúria que os trabalhadores estão atravessando neste País.

Informo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que estamos realizando encontro no Auditório Nereu Ramos a fim de discutirmos a questão da construção naval do País. Hoje, apenas no Estado do Rio de Janeiro, há 45 mil trabalhadores desempregados devido ao não aquecimento da construção naval.

Por isso, pedimos aos Srs. Parlamentares que se sensibilizem e votem contra o veto à política salarial do Governo Fernando Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência volta a convocar os Srs. Deputados e Senadores que se encontram em seus gabinetes para que se encaminhem ao plenário. Logo mais, iniciar-se-á o processo de votação. O painel eletrônica praticamente já se aproxima do número mínimo de Deputados exigido — 252 — para votação de proposições. Isso significa que, dentro de mais cinco minutos poderemos — quem sabe? — iniciar o processo de votação na noite de hoje, resgatando, portanto, a imagem do Congresso Nacional, sobretudo pela forma infatigável com que trabalham os Srs. Deputados e Senadores.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura de mensagem presidencial.

É lida a seguinte

**MENSAGEM Nº 151, DE 1991-CN
(Nº 673/91, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no limite de Cr\$49.845.620.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 26 de novembro de 1991. — **Fernando Collor**

E.M. Nº 596

Em 25-11-91

A Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor,
Presidente da República

Senhor Presidente,

O Ministério do Exército solicita abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 64.746.096.000,00 (sessenta e quatro bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões e noventa e seis mil cruzeiros), destinado à aquisição de fardamento para atender o contingente a incorporar em 1992, bem como para a reposição de seu estoque estratégico.

2. Segundo o Ministério do Exército, o efetivo a fardar em 1992 será assim constituído:

— Cabos e soldados	135.983
— Taifeiros	900
— Cadetes da AMAN	1.888
— Alunos da EsPCx	700
— Alunos do CPOR/NPOR	2.672
— Alunos da Essa	1.447
— Alunos da Essex	194
— Atiradores de Tiros-de-Guerra	30.000
— TOTAL	173.784

3. Do total expresso no item anterior, 72, 863 militares prestam serviço em regiões de clima quente, e os restantes 100.921 em clima temperado, cujo custo dos uniformes excede o dos primeiros em aproximadamente 44%.

4. Visando o equacionamento do pleito em questão, mas diante da absoluta carência de recursos orçamentários livres, este Ministério propõe o remanejamento dos recursos já consignados ao Ministério do Exército, e ainda indisponíveis pelo estabelecido no Decreto nº 21, de 1º-2-91, ao valor de Cr\$ 54.012.722.000,00, alocando-os da seguinte forma:

— Fardamento	Cr\$51.012.722.000,00
— Aviação do Exército	Cr\$3.000.000,00

5. Vale salientar que a importância de Cr\$51.012.722.000,00 adicionada à dotação consignada para Fardamento, na Lei Orçamentária do corrente exercício no valor de Cr\$5.835.512.000,00 perfaz o significativo montante de Cr\$56.848.234.000,00. Se considerado o efetivo de 173.784 militares, a despesa per capita com o referido tipo de gasto passa a ser de Cr\$327.120,00.

6. Tendô em vista que o valor a ser alocado em fardamento extrapola o limite de 20%, concedido ao Poder Executivo para abertura de crédito, pela Lei nº 8.175, de 31-1-91, presente suplementação poderá ser viabilizada da seguinte forma:

— Decreto	Cr\$ 1.167.102.000,00 e
— Projeto de Lei	Cr\$49.845.620,000,00

7. Com relação à Aviação do Exército, cuja dotação se encontra parcialmente contingenciada pelo Decreto nº 21/91,

poderá ter seu crédito liberado através de Portaria deste Ministério.

8. Este Ministério propõe que o valor do presente crédito permaneça bloqueado e sua liberação seja realizada de acordo com as disponibilidades do Tesouro Nacional, porquanto os recursos necessários para fazer face as despesas resultantes decorrerão do cancelamento das dotações atualmente contingenciadas pelo Decreto nº 21/91, observando, ainda, que a referida anulação está em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 49.845.620.000,00 (quarenta e nove bilhões, oitocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de meu mais profundo respeito.

PROJETO DE LEI Nº 78, DE 1991 — CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no limite de Cr\$49.845.620.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.175, de 31 de janeiro de 1991), em favor do Ministério do Exército, crédito suplementar no valor de Cr\$49.845.620.000,00 (quarenta e nove bilhões, oitocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrente do cancelamento parcial de dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
1818181818		4.481.700				4.481.700			
PARTICIPAÇÃO - UNIDADE		4.481.700				4.481.700			
06.062.0039.1700		4.481.700				4.481.700			
PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE NO CAPITAL DE EMPRESAS PROPRIETARIAS O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO - MANTENÇÃO DO CAPITAL DA UNIDADE DA UNIDADE		4.481.700				4.481.700			
06.062.0039.1700.0002	FISCAL	4.481.700				4.481.700			
INVESTIMENTO EM MATERIAL BEM-ESTAR DE UNIDADES - UNIDADE									
HABITAÇÃO E IMPLANTAR		2.108.810				2.108.810			
ADMINISTRAÇÃO		2.108.810				2.108.810			
EDIFICAÇÕES UNIDADE		2.108.810				2.108.810			
10.001.0029.1030		24.705				24.705			
UNIDADES HABITACIONAIS									
ATENÇÃO AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS SERVIDORES ATIVOS DE FINANCIAMENTO AQUISIÇÃO E/OU CONDIÇÃO DE INVESTIMENTO									
10.001.0029.1030.0002	FISCAL	24.705				24.705			
CONDIÇÃO DE INVESTIMENTO									
10.001.0029.2072		2.084.105				2.084.105			
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS									
CONSERVAÇÃO E REPARO DE BENS IMOVEIS									
10.001.0029.2072.0014	FISCAL	208.141				208.141			
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE RESIDÊNCIAS									
10.001.0029.2072.0015	FISCAL	1.877.964				1.877.964			
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE QUARTIS									
SANE E SANEAMENTO		7.058.812			7.058.812	708.042			
SANE		7.058.812			7.058.812	708.042			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E FARMACIA		7.058.812			7.058.812	708.042			
19.079.0428.2050		5.742.352			5.742.352				
SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES									
PROPORCIONAR ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR AOS MILITARES EM ATIVIDADE AOS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
19.079.0428.2050.0001	FISCAL	1.201.134			1.201.134				
ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR - FAZDA DE CASIN									
19.079.0428.2050.0007	FISCAL	4.541.218			4.541.218				
ATEND. AO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR									
19.079.0428.2109		1.314.650			518.818	795.832			
MANTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE SAÚDE									
POSSIBILITAR A MANUTENÇÃO E O SUPRIMENTO DO MATERIAL DE SAÚDE VISANDO MANTER OS ESTOQUES DE SUPRIMENTOS OPERACIONAIS EM NÍVELS COM ATIVIDADE COM AS NECESSIDADES DAS FORÇAS ARMADAS									
19.079.0428.2109.0011	FISCAL	160.378			160.378				
MANTENÇÃO DE MATERIAL DE SAÚDE									
19.079.0428.2109.0002	FISCAL	1.154.272			358.440	795.832			
SUPRIMENTO DE MATERIAL DE SAÚDE									
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO		223.380			223.380				
ASSISTÊNCIA		223.380			223.380				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		223.380			223.380				
19.081.0486.2052		223.380			223.380				
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL									
PRESTAR SERVIÇOS ASSISTENCIAIS AOS SERVIDORES LIVRES E MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E AOS SEUS DEPENDENTES									
19.081.0486.2052.0005	FISCAL	111.733			111.733				
ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES									
19.081.0486.2052.0006	FISCAL	75.724			75.724				
ATENDIMENTO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL									
19.081.0486.2072.117	FISCAL	36.923			36.923				
ASSISTÊNCIA A FAMILIAR QUANTO									
TOTAL FISCAL		49.845.617			34.941.277	14.904.340	35.184		

27000 - MINISTERIO DO EXERCITO
27102 - CENTRO TECNOLÓGICO DO EXERCITO

148 1 000 00

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

DETERMINAÇÕES EM QUANTAS ÀS FORTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06158.0011.0001.0001		1			1				
UNIDADE NACIONAL - UNIDADE NACIONAL									
06158.0011.0001.0002		1			1				
UNIDADE NACIONAL - UNIDADE NACIONAL									
06158.0011.0001.0003		1			1				
UNIDADE NACIONAL - UNIDADE NACIONAL									
06.011.0021.2072		3			3				
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE CENTRO DE PESQUISA									
06.011.0021.2072.0001	FISCAL	2			2				
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DO CENTRO TECNOLÓGICO									
06.011.0021.2072.0002	FISCAL	1			1				
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DO CENTRO TECNOLÓGICO EM FORTALEÇA									
TOTAL FISCAL		3			3				

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.175, DE 31 DE JANEIRO DE 1991

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 78, de 1991-CN, que trata de abertura de crédito.

O referido projeto será distribuído à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e apreciado em sessão conjunta.

Nos termos do disposto no Inciso III do art. 18 da Resolução nº 1, de 1991-CN, são os seguintes os prazos para a tramitação do projeto:

- a) dia 28-11 — distribuição de avulsos.
- b) dia 6-12 — prazo para apresentação de emendas perante a Comissão.
- c) até 12-12 — prazo para a comissão encaminhar à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 795, DE 1991-CN

Requeremos, fundamentados no art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por mais 90 (noventa dias) do prazo concedido à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA.

DEPUTADOS: Ronaldo Caiado — Fábio Meireles — José Lourenço — André Benassi — Rubens Bueno — Aroldo Cedraz — Osvaldo Melo — Rubem Bento — Daniel Silva — Mendonça Neto — Carlos Lupi — Aroldo Goes — Jorge Uequet — Chico Vigilante — Pedro Tonelli — Edmar Moreira — Angela Amin — Ney Lopes — João Mendes — Francisco Silva — Matheus Iensen — Avelino Costa — Carlos Scarpelini — Maurici Mariano — Beth Azize — Laire Rosado — João Fagundes — Paulo Titan — Francisco Coelho — Zila Bezerra — Nelson Morro — Antonio dos Santos — Avenir Rosa — Paulo Mandarino — Werner Wanderer — José Reinaldo — Costa Ferreira — Pinheiro Landim — Felipe Mendes — Renato Vianna — Adroaldo Streck — Gilvan Borges — Leomar Quintanilha — B. Sá — Jório de Barros — Atila Lins — Eduardo Moreira — Aécio de Borba — Célia Mendes — João Paulo — Jorge Khoury — Pinga Fogo de Oliveira — Fernando Diniz — Haguás Araújo — Paulo Paim — Messias Góis — José Burnett — Eduardo Siqueira Campos — Dejandir Dalpasquale — Neuto de Conto — Otto Cunha — Dercio Knop — Pauderney Avelino — Lourival Freitas — Osmano Pereira — Jerônimo Reis — José Teles — Carlos Azambuja — Nobel Moura — José Múcio Monteiro — Nelson Trad — Reditário Cassol — José Egidio — Gonzaga Mota — Elio Dala-Vecchia — Vivaldo Barbosa — Nestor Duarte — Sandra Starling — Maria Laura — José Augusto Curvo — Sebastião Ferreira — Célio de Castro — José Aldo — Mendes Ribeiro — Magalhães Teixeira — Luiz Pontes — Mauro Miranda — Pedro Abrão — Jurandyr Paixão — Alberto Goldman — Antonio Carlos Mendes Thame — Marco

Penaforte — Jarvis Gaidzinski — Jabes Ribeiro — José Fortunati — Edison Fidelis — Marcelo Luz — Waldir Pires — Arolde de Oliveira — Eurides Brito — Sandra Cavalcanti — Fausto Rocha — Paulo Romano — Maria Luiza Fontenele — José Carlos Sabóia — Benedito Figueiredo — Beto Mansur — Adão Pretto — Benedita da Silva — Sergio Naya — Rodrigues Palma — Prisco Viana — Fátima Pelaes — José Falcão — Elias Murad — Osvaldo Stecca — João Mellão Neto — Murilo Pinheiro — Paulo Portugal — Maria Valadão — Nelson Bornier — João Tota — Alacid Nunes — Mavial Cavalcanti — Antonio Faleiros — Jairo Azi — Luiz Carlos Haully — Carrion Júnior — Aécio Neves — Edson Silva — Jair Bolsonaro — Benedito Domingos — Paulo Bernardo — Heitor Franco — Osvaldo Reis — Djenal Gonçalves — Maurilio Ferreira Lima — João Henrique — Odacir Klein — Mauro Borges — Sérgio Gaudenzi — Munhoz da Rocha — Helio Rosas — Neif Jabur — José Dirceu — Edi Siliprandi — Giovanni Queiroz — Samir Tannus — Sergio Cury — Valdenor Gudes — Roberto França — Clóvis Assis — Jonas Pinheiro — Jackson Pereira — Sólton Borges dos Reis — Eraldo Tinoco — Wilson Moreira — Cleto Falcão — João Alves — Joni Variso — Lúcia Vânia — Raquel Cândido — Leur Lomanto — Paulo Silva — Cidinha Campos — George Takimoto — Rita Camata — Fernando Bezerra Coelho — Ivandro Cunha Lima — Freire Júnior — Aldir Cabral.

SENADORES: Beni Veras — Maurício Corrêa — José Paulo Bisol — Francisco Rollemberg — Aureo Mello — Ronaldo Aragão — Nelson Carneiro — Elcio Álvares — Jonas Pinheiro — Eduardo Suphcy — Iram Saraiva — Pedro Simon — Garibaldi Alves Filho — Mário Covas — Irapuan Costa Júnior — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Chagas Rodrigues — Mansueto de Lavor — Henrique Almeida — Meira Filho — Almir Gabriel — José Richa — Jutahy Magalhães — Cid Sabóia de Carvalho — José Eduardo — Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nos termos do art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedido o prazo requerido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Srª Deputada Benedita da Silva encaminhou a Mesa requerimento no qual solicita a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O Sr. Primeiro Secretário irá proceder a leitura.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 796, DE 1991-CN

Exmº Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 21 do Regimento Comum, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

Esta comissão será composta de 15 membros escolhidos entre deputados e senadores e igual número de suplentes.

A solicitação da criação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deve-se ao fato de que a esterilização de mulheres é, atualmente, o método anticoncepcional mais usado no Brasil. Estatísticas divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a respeito da esterilização apontam

para os seguintes dados: 71% das mulheres casadas ou unidas entre 15 e 54 anos usam algum anticoncepcional, sendo que 33% utilizam a esterilização e 38% os outros métodos. Se considerarmos os métodos utilizados pelas mulheres no Brasil em idade fértil veremos que a esterilização representa 44%, sendo o método mais utilizado, seguido da pílula com 41%. Para efeito de comparação, nos países desenvolvidos, onde 70% das mulheres usavam algum anticoncepcional, a esterilização corresponde a 7%. E nos países menos desenvolvidos o percentual sobe para 15%. Na Itália é de 1%, no Reino Unido 8% e na Bélgica 5%.

Com esses números podemos concluir que a quantidade de mulheres esterilizadas no Brasil é alarmante, principalmente se considerarmos que esse número foi atingido dentro de uma situação de suposta ilegalidade da esterilização, na medida em que o Código de Ética Médica proíbe esta prática e que não existe, entre nós, nenhuma lei específica que regulamente esta questão. O que existe é o Código Penal Brasileiro que, no Capítulo das Lesões Corporais, art. 129, penaliza a esterilização quando diz "ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem", ou se resulta em "debilidade permanente de membro, sentido ou função", neste caso a função reprodutora.

Recentemente o IBGE divulgou estatística afirmando que 7 milhões e 500 mil mulheres brasileiras em idade reprodutiva, entre 15 e 54 anos, estão incapacitadas para terem filhos.

Considerando essa dramática realidade, solicitamos, nos termos regimentais, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a incidência de esterilização massiva de mulheres no Brasil, apontando responsabilidades, com base nas seguintes estatísticas e avaliações:

1º) A evidência de que 45% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estão esterilizadas. Os mais altos índices, conforme dados do IBGE/PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), segundo as unidades da federação, estão assim definidos:

- Maranhão: 79,8%
- Goiás: 74,7%
- Alagoas: 64,3%
- Pernambuco: 64,1%
- Piauí: 62,7%
- Mato Grosso do Sul: 61,3%
- Mato Grosso: 55,5%
- Amazonas: 55,4%
- Distrito Federal: 55,5%
- Rio Grande do Norte: 51,3%
- Paraíba: 47,0%
- Paraná e Bahia: 47%
- Rio de Janeiro: 46,3%
- São Paulo: 44,9%
- Minas Gerais: 42,3%
- Santa Catarina: 30,9%
- Rio Grande do Sul: 22,6%

É sintomático constatar que o maior percentual de esterilizadas encontra-se exatamente nos estados das regiões que concentram os maiores índices de miséria e pobreza do nosso país, e onde a composição populacional aponta para uma maioria negra, como por exemplo no Nordeste e Centro Oeste. Por outro lado, em estados de maioria branca, como por exemplo o Rio Grande do Sul, o índice de mulheres esterilizadas fica abaixo da média nacional.

2º) A esterilização é apresentada às mulheres como o primeiro, o principal e o único método contraceptivo, atendendo uma política de controle de natalidade.

3º) A maioria das nossas mulheres não têm informações sobre o processo reprodutivo.

4º) A situação de miséria e ausência de esclarecimento de métodos contraceptivos inócuos à saúde fazem com que as mulheres brasileiras se submetam à esterilização como única saída, desconhecendo o caráter irreversível dessa cirurgia.

5º) É notório que grande número de mulheres se arrependem de terem se submetido à cirurgia de esterilização.

6º) A maioria da população feminina que se submete à esta prática é negra, o que revela o caráter racista da esterilização.

7º) A sociedade civil organizada (movimentos populares, sindicatos, partidos políticos) vêm denunciando a exigência de atestado de esterilização para admissão de mulheres no mercado de trabalho, desrespeitando a Constituição Federal que proíbe a discriminação em razão do sexo. Fere também a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres, ratificada pelo Brasil.

Diante do exposto, propomos a criação desta CPI Mista que, esperamos, obtenha mais uma vez o apoio dos companheiros deputados e senadores.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1991.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A INCIDÊNCIA DA ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL.

DEPUTADOS: — Benedita da Silva — José Genoíno — Valdir Ganzer — Pedro Tonelli — Hélio Bicudo — Sandra Starling — Jaques Wagner — Carlos Santana — Lourival Freitas — Agostinho Valente — Paulo Paim — Adão Pretto — Ricardo Moraes — Paulo Rocha — Ernesto Gradella — José Cicote — Luiz Gushiken — Irma Passoni — Eduardo Jorge — Paulo Delgado — Paulo Bernardo — Aloizio Mercadante — Maria Laura — Waldir Guerra — Giovanni Queiroz — Raquel Cândido — José Fortunati — Clovis Assis — Cidinha Campos — Nilmário Miranda — Elio Dalla-Vecchia — Miguel Arraes — Miro Teixeira — Carlos Lupi — Vivaldo Barbosa — José Carlos Sabóia — Luiz Piauhyllino — Maria Luiza Fontenele — Renildo Calheiros — Jandira Feghali — Benedito Domingos — Augusto Carvalho — Sigmaringa Seixas — Alceste Almeida — José Egydio — Aldir Cabral — Luiz Carlos Haully — Jamil Haddad — Carlos Scarpelini — Romero Filho — Said Ferreira — Odacir Klein — Aécio Neves — Andre Benassi — Edmundo Galdino — Beredito de Figueiredo — Marcelo Barbieri — José Augusto Curvo — Nelson Bornier — Alberto Goldman — Rubens Bueno — Germano Rigotto — Valter Pereira — Flávio Arns — Vital do Rego — Irani Barbosa — Zé Gomes da Rocha — Ronivon Santiago — Mario Martins — Leomar Quitanilha — Francisco Silva — Junot Abi-Ramia — Wagner Nascimento — José Dirceu — João Almeida — Neuto de Conto — Chico Vigilante — Eduardo Moreira — Armando Costa — Marinho Clinger — Antonio Carlos Mendes Thame — José Moura — Socorro Gomes — Zaire Rezende — Orlando Bezerra — Hermínio Calvino — Nelso Trad — Luiz Girão — Jonas Pinheiro — Ney Lopes — Elias Murad — Ricardo Murad — Paulo Duarte — Mendonça Neto — Aroldo Goes — Roberto Valadão — Ivo Mainardi — Paulo Heslander — Rita Camata — Fernando Bezerra Coelho — Luiz Soyer — Luiz

Viana Neto — Aldo Rebelo — Jackson Pereira — Delcino Tavares — Joaquim Sucena — Wilmar Peres — Mendes Botelho — Daniel Silva — João de Deus Antunes — Vittorino Mediolli — Mendes Ribeiro — Jório de Barros — Ronaldo Caiado — Nilton Baiano — Tilden Santiago — B. Sá — Luciano Pizzatto — Carrion Júnior — Pedro Pavão — José Santana de Vasconcellos — Israel Pinheiro — Ruben Bento — Paulo Portugal — Walter Nory — Ariosto Holanda — Francisco Dornelles — Flávio Rocha — Teresa Jucá — Antonio dos Santos — Jesus Tajra — Maurilio Ferreira Lima — Paulo de Almeida — Jairo Azi — Annibal Teixeira — Osvaldo Reis — Mauro Miranda — Roberto Rolemberg — Jorge Khoury — Mauro Borges — Marco Penaforte — Solon Borges dos Reis — Beraldo Boaventura — Valdenor Guedes — Manoel Castro — Edesio Frias — Gilvan Borges — Orlando Pacheco — Francisco Rodrigues — Ivandro Cunha Lima — Célia Mendes — João Henrique — Haroldo Sabóia — Francisco Coelho — Ubiratan Aguiar — Cesar Bandeira — Sergio Guerra — Roberto Torres — Wilson Campos — Gustavo Krause — Avenir Rosa — Ruberval Pilotto — Nestor Duarte — Romel Anisio — Fernando Diniz — Sergio Cury — Neif Jabur — Dercio Knop — Osmânio Pereira.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A INCIDÊNCIA DA ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL.

SENADORES: — Eduardo Suplicy — Nabor Júnior — Coutinho Jorge — Wilson Martins — Márcio Lacerda — Henrique Almeida — Áureo Mello — Mário Covas — Ronan Tito — Mágnio Bacelar — Guilherme Palmeira — Lavoisier Maia — Ruy Bacelar — Telmo Vieira — Pedro Simon — Abdias do Nascimento — Esperidião Amin — Onofre Quinan — Divaldo Suruagy — Beni Veras — Alfredo Campos — José Paulo Bisol — Júnia Marise — Teotonio Vilela Filho — Garibaldi Alves Filho — Cesar Dias — Nelson Wedekin — João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O documento lido, conforme anunciou o Sr. Primeiro Secretário, contém o número constitucional de subscritores exigido para a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Assim constituída, a Presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações que vir a receber das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu expediente do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação, que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 797, DE 1991 — CN

Ofício nº 19/91 Brasília, 8 de novembro 1991

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 595, de 1991 — CN, destinada a “Apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação”, solicito a Vossa Excelência, conforme o disposto na alínea a, § 1º, do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o § 3º do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a prorrogação por mais 150 (cento e cinquenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência agradeço antecipadamente. — Senador **Henrique Almeida**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Está concedida a prorrogação do prazo solicitado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tive a oportunidade de conversar inúmeras vezes com V. Exª e tenho aguardado natural e pacientemente solução para um requerimento subscrito por mais de um terço dos Srs. Deputados e Senadores com o objetivo de ser restabelecida a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a questão da dívida externa.

Gostaria de solicitar a V. Exª, que acabou de submeter a votos um requerimento para constituição de CPI, que pelo menos acolhesse o requerimento a que me referi. Trata-se da constituição de uma nova CPI para aprofundarmos a apuração da questão da dívida externa, um dos fatos mais graves da vida do País.

Este é o apelo que faço a V. Exª, na medida em que estamos terminando o ano de 1991. Por isso, é importante a instalação desta CPI para que o Congresso Nacional possa cumprir com a sua responsabilidade constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa diligenciará no sentido de atender à solicitação reiterada pelo nobre Deputado Paulo Ramos, a fim de que se processe uma investigação em torno da dívida externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Acha-se inscrito ainda para falar o nobre Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, a situação de arrocho salarial neste País está chegando ao limite da intolerância. Basta verificarmos o semblante de cada um dos funcionários que trabalham na Casa, seja nos gabinetes, seja nos elevadores, seja em qualquer outro local. A reclamação dos servidores é constante com relação aos reajustes de salário que não saem.

Portanto, é necessário que os Srs. Congressistas comparem hoje e votem de uma vez por todas para que possamos derrubar esses vetos, em seguida, discutirmos os reajustes para os servidores públicos.

Sr. Presidente, os trabalhadores da limpeza desta Casa já estão com uma greve programada para sexta-feira, caso não seja resolvida a questão salarial e amenizada a situação. Tenho certeza de que vamos resolver até sexta-feira a situação das faxineiras da Casa, até porque estamos contando com a colaboração e com a boa vontade do Primeiro Secretário da Casa, Deputado Inocêncio Oliveira.

Outras categorias também já se mobilizam, já se movimentam no sentido de tentar recuperar as suas perdas salariais, como é o caso dos rodoviários do Distrito Federal. Essa categoria começou hoje uma operação de greve-relâmpago em toda a cidade. Hoje à tarde eles paralisaram a rodoviária do Plano Piloto, exigindo o cumprimento de um acordo cole-

tivo assinado, o qual os empresários e o Governo do Distrito Federal não estão cumprindo.

Portanto, a situação que os trabalhadores estão vivendo é de insatisfação completa, é explosiva, é grave. Agora, na discussão dos salários, o Governo vem com uma proposta de 10.500 cruzeiros, como abono salarial. Quero propor ao Presidente Collor que tente viver durante um dia com 10.500 cruzeiros. Quero também propor ao Presidente que determine um abono de 10.500 para o porta-voz do Presidente da República, o porta-desaforo, como já nos acostumamos a chamar o Sr. Cláudio Humberto. Que se dê o mesmo abono de 10.500 cruzeiros para os Ministros Jarbas Passarinho, Antônio Rogério Magri e outros, porque não dá para continuar a viver nessa situação de miséria, de arrocho em que se encontram os trabalhadores. Sou testemunho de que fizemos a nossa parte. Aqui está o Deputado Amaury Müller, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e o Deputado Marcelo Barbieri, integrante da mesma Comissão. Cabe, agora, ao Governo, fazer a sua parte também, e acabar com essa insensibilidade e irresponsabilidade que tem campeado no Palácio do Planalto. Não adianta, na hora da votação, o Governo deslocar Ministro aqui para dentro a fim de fazer lobby. É o caso do Ministro da Saúde e de outros Ministros que estão vindo aqui fazer lobby, para tentar cabalar voto de Deputado e Senador. Não precisamos disso. Precisamos que o Congresso decida com altivez e com seriedade, e, de uma vez por todas, derrube esses inquietadores vetos, injustos para com a sociedade brasileira.

Concluindo, quero convidar meus colegas Parlamentares para que compareçam ao plenário. Vamos dar um **quorum** alto, 420 Deputados, e derrubar esses vetos injustos e imorais que a classe trabalhadora não suporta mais.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado por esta oportunidade de poder me dirigir à Casa, Sr. Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Líder Amaury Müller certamente deseja mais uma brilhante intervenção na noite de hoje.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agradeço a generosa referência de brilhante intervenção e quero oferecer à reflexão, à inteligência e a magnânime boa vontade de V. Ex^a a seguinte questão de ordem: o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu que serão revistas pelo Congresso Nacional, através de Comissão Mista, todas as doações, vendas e concessões, de terras públicas com áreas superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

Nobre Presidente, a instalação dessa Comissão Mista que examinaria essas doações, concessões e vendas de terras públicas feitas a afilhados do regime militar, a latifundiários, a poderosos grupos econômicos, não ocorreu e o prazo de vigência da sua atividade esgotou-se no dia 5 de outubro deste ano. Como não se reuniu, Sr. Presidente, — pediria à nobre Deputada Cidinha Campos que me permitisse um mínimo de atenção do Presidente, porque o assunto é importante — um grupo, não sei formado por quem, decidiu encerrar as atividades da Comissão, sem que houvesse nenhum exame, nenhum debate a respeito dessas concessões, doações e vendas

de terras do povo brasileiro para latifundiários e grupos econômicos internacionais.

Então, o que proponho, em nome do texto constitucional e do interesse brasileiro, é que V. Ex^a reexamine a decisão, tomada por quem não sei, do encerramento dessa Comissão, a fim de que ela retome as suas atividades e possa realmente constatar que, durante o obscuro período da ditadura militar, mais de 30 milhões de hectares — isto corresponde a 300 mil km² — foram concedidos, doados e vendidos de forma dolosa a poderosos grupos internacionais, enquanto hoje 11 milhões de brasileiros, vocacionados para a agricultura, percorrem melancolicamente os corredores dos latifúndios e as beiras das estradas em busca de um pedaço de chão.

Sei que o assunto não é pertinente ao tema que está em discussão, Sr. Presidente, mas se trata de uma questão que interessa ao Brasil e sobre a reforma agrária que faremos, gostem ou não gostem seus adversários.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Amaury Müller, a Mesa vai buscar as informações que lhe permita decidir, em consonância com o art. 51 da Carta Magna em vigor.

A informação que neste primeiro momento chega à Mesa é a de que, mesmo composta a Comissão, ela não chegou a cumprir a relevante missão consignada no texto da Lei Magna em vigor. Entretanto, a Mesa vai buscar informações mais abalizadas a respeito dessa matéria a fim de que possa, na sessão subsequente, informar a V. Ex^a e à Casa qual o procedimento adequado, no sentido de melhor garantir a eficácia e a aplicabilidade desse dispositivo da Constituição brasileira.

O SR. AMAURY MÜLLER — Agradeço a V. Ex^a e convoco a consciência do Congresso Nacional para derrubar os vetos apostos pelo Presidente da República à Lei Salarial.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Deputado e cientista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, alguns podem dizer que é obsessão. Não é, porque sei que não sou um obsessivo. Outros, talvez, possam pensar que se trata de convicção religiosa. Tampouco o é, porque o assunto não tem conotação teológica. Pelo menos, na minha opinião. Não desejo também fazer patrulhamento de qualquer espécie sobre os colegas, pois detesto todos os tipos de patrulhamento.

A minha preocupação é a saúde. O bem-estar de todos aqueles que militam e trabalham neste plenário. Por isso volto, sempre que posso, ao assunto. Tenho a certeza de que quase todos já adivinharam do que se trata, pois me encontro nessa tribuna, talvez pela décima vez, a fim de falar sobre o tabagismo no plenário.

Não o faço somente em nome dos safenados. E sei que os há neste plenário. Tampouco unicamente em nome dos portadores de asma brônquica ou bronquite asmática e outras perturbações respiratórias que, muitas vezes, até evitam este ambiente. Ou ainda portadores de distúrbios cárdio-vasculares. Falo também em nome daqueles que se preocupam com a sua saúde em geral e com a saúde de seus semelhantes. Enfim, tabagistas ou não, mas que estão conscientes dos males do chamado tabagismo involuntário ou passivo, isto é, daqueles que não fumam e são obrigados a suportar e absorver a fumaça dos cigarros de seus colegas que não respeitam as

suas ponderações e tampouco o Regimento Interno desta Casa.

Mais uma vez — e talvez não seja ainda a última — trago aqui as mais recentes observações da OMS sobre o assunto, que afirma o seguinte:

“A fumaça diluída no ambiente é muitas vezes mais prejudicial à saúde do que a fumaça aspirada pelo fumante, segundo a Organização Mundial de Saúde, que comemorou o Dia Mundial de Combate ao Fumo defendendo os direitos dos não fumantes. O tema escolhido para a campanha deste ano — Transportes e lugares públicos: melhores sem o tabaco — chama a atenção do público e autoridades para os riscos de se expor aos cigarros alheios em recintos fechados.

Esta fumaça de segunda mão contém cerca de cinco vezes mais dióxido de carbono, três vezes mais alcatrão e nicotina, quanto vezes mais benzopireno e 46 vezes mais amoníaco, informa a OMS. Além disso, as nitrosaminas, que têm um efeito cancerígeno poderoso, apresentam uma concentração muito maior.

Outro perigo apontado pela OMS é a dificuldade de medir a quantidade de fumaça inalada pelo fumante passivo. Ao contrário do fumante, que pode controlar quantos cigarros fuma por dia, o não fumante não tem idéia de quanta fumaça está aspirando, pois isso depende do tamanho, tipo de ventilação e outras especificidades do local onde se expõe ao tabaco.

Quem trabalha em local impregnado de fumaça “fuma” o equivalente a dois ou três cigarros por dia. Cinco horas numa sala cheia de fumaça triplicam as taxas de nicotina no sangue do não fumante. Os efeitos, entretanto, são semelhantes: doenças respiratórias, tosse crônica, diminuição da capacidade pulmonar, irritação nos olhos, nariz e garganta, asma, rinites e câncer no pulmão atacam tantos os fumantes ativos como os passivos.”

Colegas Deputados e Deputadas, Sr. Presidente, sei que a minha voz não é uma voz solitária. Ela tem o respaldo de centenas de colegas desta Casa. Para ser exato, dos 205 Parlamentares que assinaram junto comigo a solicitação à Mesa de que se coloque no Plenário a advertência: “Não Fume: inciso XIV, art. 73, Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, até hoje não foi atendida.

Vamos cumprir o Regimento que nós mesmos aprovamos. Se os tabagistas que insistem em fumar neste plenário não respeitam a sua saúde, pelo menos que respeitem a dos seus semelhantes. É o mínimo que podemos lhes pedir. (Palmas.)

O Sr. Eliel Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, aproveitamos a oportunidade para parabenizar o companheiro Elias Murad pela atitude. Estamos totalmente solidários com S. Exª. Não entendemos como os companheiros não atentam para a necessidade de se obedecer ao inciso regimental com patriotismo, dignidade e respeito aos demais colegas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª faz justiça ao Deputado Elias Murad, grande Parlamentar, que sempre gratifica este Casa trazendo questões de interesse vital ao povo brasileiro.

Srs. Congressistas, dentro de mais alguns instantes se iniciará o processo de votação. A Presidência aguarda com a tolerância habitual, que se exaurirá dentro de 5 minutos, a presença dos Líderes partidários. Há expectativa de que S. Exªs cheguem para que iniciemos, imediatamente, a apreciação da matéria constante na Odem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Deputado Gilvam Borges e, logo em seguida, a nobre Deputada Beth Azize.

O SR. GILVAN BORGES (Bloco — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, chegamos ao momento de tolerância máxima quanto ao comportamento da classe política brasileira.

Hoje, o povo brasileiro anda cabisbaixo pela importância de reagir diante da situação. A classe dominante irresponsável, que está sob o comando dos políticos, não tem respondido à altura com um plano efetivo para que se possa trazer salário, justiça e saúde.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a convergência vem das divergências das Lideranças, que se têm sentado em gabinetes, dia após dia, em busca de uma solução que possa dar um salário justo à classe trabalhadora e ao povo brasileiro de modo geral, que já não suporta esta situação.

O Congresso Nacional, como representante máximo da alma do povo brasileiro, deverá assumir uma posição definitiva e justa diante do quadro vergonhoso em que se encontra a Nação brasileira. Chamamos a atenção dos companheiros para que acorram ao plenário a fim de que haja **quorum**, e, com um posicionamento equilibrado e justo, derrubemos o veto para facilitar a vida dos brasileiros.

Preocupa-nos a impotência e a falta de tesão do nosso povo. Poderemos ter, brevemente, uma convulsão social. Peço aos Congressistas que, neste momento, registrem sua presença com consciência para que possamos chegar em nossos Estados, no meio das pessoas deste Brasil, de cabeça erguida.

Viva o Brasil, viva o Congresso Nacional, respondendo positivamente a este povo tão sofrido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à Deputada Beth Azize.

O SR. BETH AZIZE (PDT — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, aproveito esta sessão do Congresso Nacional para prestar uma homenagem à Comissão de Parlamentares brasileiros que recentemente esteve em Portugal, às suas próprias expensas, em nome deste Parlamento, para resolver uma questão que angustia milhares de emigrantes brasileiros.

Esses emigrantes estão passando por um processo de discriminação em razão da decisão do governo e do próprio Parlamento português de não aceitar, não regularizar e não legalizar os diplomas desses profissionais brasileiros, para que possam exercer as suas profissões em território português.

O trabalho que a comissão desenvolveu naquele país merece ser registrado, porque é assim que devem ser as viagens oficiais, principalmente de Parlamentares que vão representar o Congresso Nacional no exterior. Quero homenagear, em nome desta Casa e dos brasileiros que sofrem esse processo de discriminação em Portugal, a comissão composta pelos

Deputados Djenal Gonçalves, Edésio Frias, Roberto Cardoso Alves, José Lourenço, Diogo Nomura e Adylson Motta. Ainda há pouco, o ilustre Deputado José Lourenço dizia a alguns Parlamentares que, em breves dias, tudo estará resolvido, que a questão da legalização dos diplomas de profissionais brasileiros em Portugal era assunto praticamente definido.

Sr. Presidente, é assim que age o Congresso Nacional, embora muitas vezes seja injustificado. Entretanto, quando se trata de uma questão de interesse nacional, no território brasileiro ou fora dele, o Congresso Nacional é chamado a resolvê-la. A solução para essas questões deveria partir do próprio Governo, mas, não o fazendo, o Congresso Nacional passa por cima de eventual omissão e busca solução para elas. O Governo brasileiro, muitas vezes, não tem competência para solucionar os problemas brasileiros, por isso se omite.

Sr. Presidente, para concluir gostaria de dizer a V. Ex^a que estamos neste plenário e, segundo informações extra-oficiais, há 460 Congressistas na Casa. Seria interessante que começássemos logo o processo de votação para derrubar os vetos do Governo que afligem, cada dia mais, a classe trabalhadora, tirando-lhe a tranquilidade e a esperança. O Congresso Nacional não pode servir de instrumento para o Governo, que quer arrastar essa decisão para fazer dinheiro de caixa e deixar de pagar, assim, a sua contribuição social para a classe trabalhadora.

É preciso que todos nós estejamos presentes para derrubar os vetos. Se isso não for possível, vamos bater chapa para mostrar à Nação brasileira quem está a favor e quem está contra o trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica à Casa que falarão agora os dois últimos oradores: o Deputado Valdir Ganzer e a Deputada Cidinha Campos, após o que a Mesa iniciará o processo de votação.

Já se vê estampado na fisionomia dos presentes um ar de preocupação com o retardamento do início do processo de votação. Outrossim, a Mesa tem de se mostrar sensível ao anseio do Plenário, que é votar as proposições que se encontram na Ordem do Dia, a começar pelos vetos do Sr. Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para lembrar aos Srs. Congressistas que a Mesa, tendo em vista o número expressivo de vetos constantes da Ordem do Dia, concebeu uma cédula única. E se houver assentimento do Plenário, após a votação do veto à política salarial, nós tencionamos submeter aos Srs. Congressistas essa cédula única, através da qual serão apreciados, simultaneamente, 23 vetos. Com isso, pretendemos desembargar a pauta da Ordem do Dia.

Portanto, se houver um assentimento indiscrepante do Plenário para a utilização dessa sistemática, a Mesa, no momento próprio, com uma urna para a Câmara e outra para o Senado, em uma votação simultânea, submeterá essa processualística à decisão do Plenário do Congresso Nacional.

Com a palavra o nobre Deputado Valdir Ganzer.

O SR. VALDIR GANZER (PT — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, tivemos uma sessão no Senado Federal onde ouvimos o depoimento do Ministro da Infra-Estrutura. Convocado pelo Senador Coutinho Jorge, ofereceu-nos o Sr. Ministro a sua visão sobre a problemática da Amazônia, sobretudo no que

diz respeito à abertura e à conservação de rodovias federais e ao abastecimento de energia elétrica na região.

O que posso afirmar é que constatei aquilo que já havia observado em outros Ministros do Governo Collor: falam, fazem discursos, aparentemente estão resolvendo os problemas do País, mas, na prática, percebemos a fragilidade tanto do Presidente da República como da sua equipe de Governo.

No depoimento feito hoje, João Santana afirmou que asfaltaria a Transamazônica desde o quilômetro zero até Itaituba. Depois, quando perguntado pelo Senador Coutinho Jorge, e principalmente pelo Senador Eduardo Suplicy, qual o cronograma da aplicação do Governo no que diz respeito ao asfaltamento, João Santana foi muito claro, dizendo que aquele programa era difícil, com previsão para dez anos, quando talvez se pudesse asfaltar aquele trecho, por ser muito longo. Mas no discurso inicial, como faz o Presidente Collor permanentemente quando aparece na televisão, dá a impressão de que resolverá os problemas do País.

Quando perguntamos sobre o cronograma de atividades que o Governo deve desenvolver, percebemos a contradição entre o discurso e a prática, principalmente no tocante à aplicação dos recursos destinados a cada obra.

Por outro lado, analisando um documento oficial trazido pelo Ministro, notamos a existência recursos destinados, ainda neste exercício, para os portos de Belém e de Vila do Conde, no Estado do Pará.

No caso do porto de Belém, tendo em vista a existência de 700 bilhões de cruzeiros, a preços de janeiro, que deveriam ter sido aplicados na melhoria daquele porto, o Senador Eduardo Suplicy quis saber quais as melhorias ali introduzidas e me pediu que perguntasse por que o porto não recebera obras, mas o Ministro respondeu que o dinheiro já havia sido liberado, mas não sabia dizer o que havia sido feito.

Quero afirmar que no porto de Belém nenhum cruzeiro foi aplicado este ano. Não perguntei pelo porto de Vila do Conde, por não ter estado ali nos últimos tempos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, percebemos uma extraordinária fragilidade neste Governo.

Ontem à noite estivemos — vários Deputados — na abertura do 5º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, e ali percebemos igualmente a angústia e insatisfação daqueles trabalhadores. A Contag engloba um conjunto de sindicatos, representativos dos vários Estados brasileiros, ligados à CUT e a outras centrais sindicais. Ali estavam presentes trabalhadores que votaram em Collor, em Maluf, em Ulysses Guimarães, em Lula, nos vários candidatos do primeiro turno e que, no segundo turno, dividiram seus votos entre os dois que concorreram. Mas era flagrante o descontentamento dos mais de 2 mil trabalhadores no tocante ao abandono da agricultura.

O Ministro Cabrera, na audiência que tivemos com S. Ex^a, na terça-feira, às 7 horas da manhã, a propósito dos recursos destinados à agricultura, informou-nos de que, no tocante ao Pará, a previsão era do assentamento de 48 mil famílias. Liguei então para o Presidente do Inbra a fim de saber quais as famílias e quais os projetos de colonização seriam beneficiados. O Presidente do Inbra me informou. “Não, Deputado; esse é um problema do Governo, mas, de fato, vão chegar para mim em torno de 5% desses recursos. Aí, vou ter que mandar para o Inbra para o Inbra, fazer um levantamento, e aí vai para o Banco do Brasil, para saber quais os trabalhadores que poderão ser beneficiados”.

Percebe-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que nós, Deputados e Senadores aqui presentes, que vamos daqui a pouco votar os vetos do Governo Federal, precisamos ter pelo menos bom senso para tirar este País do atoleiro em que se encontra e o Governo o de aplicar corretamente as verbas que não são suas, mas do povo brasileiro, o que não está sendo feito.

Esperamos no ano que vem poder fazer com que os vários setores se desenvolvam e cresçam com o empenho de todos nós, para que cada cidadão possa voltar a ter confiança no País, alegria e coragem de trabalhar, porque hoje todos estão perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, a nobre Deputada Cidinha Campos. Logo em seguida, iniciaremos o processo de votação. Daí por que a Mesa apela para os Líderes partidários que se acham reunidos no sentido de que se encaminhem para o plenário, já que dentro de alguns instantes iniciaremos o processo de votação.

Com a palavra a nobre Deputada Cidinha Campos.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, esta Casa é testemunha de que não tenho usado este microfone para fazer nenhuma acusação pessoal a respeito das investigações que venho fazendo sobre fraudes no INSS. Hoje, no entanto, recebi em meu gabinete xerox, com o carimbo do Deputado Fábio Raunheitti, de matéria publicada num jornal de Nova Iguaçu, cujo título é: “Fábio diz que Cidinha ataca somente porque quer aparecer”.

Cabe uma resposta. Em primeiro lugar, o Deputado não deve usar papel da Casa para fazer distribuição dessa natureza. Cabe também uma explicação. Eu me enganei quando disse que o Deputado Fábio Raunheitti fraudava o INSS. S. Ex^a não fraudava só o INSS; fraudava o SUS e fraudava a eleição. Seria muito bom, hoje, quando se discute o aumento dos trabalhadores — e o Governo usa como argumento para o arrocho a possibilidade de falência da Previdência Social — que esse Deputado desse o exemplo, pagando o que deve. Eu tenho a relação dos maiores devedores do INSS de outubro, e a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu, que pertence a S. Ex^a, deve 541 milhões, 802 mil, 29 cruzeiros e 1 centavo. Mas não é só isso o que S. Ex^a deve. Na Justiça, com muitas fraudes, há uma execução fiscal de débito ao Iapas que, em dólares, deve estar em cerca de 1 milhão e 250 mil.

Evidentemente, tenho seguido o critério de levar essas denúncias ao Ministério Público. Há também uma denúncia do SUS de que o hospital que o Deputado tem em Nova Iguaçu, só no mês de junho, fraudou mil e sessenta e sete AIHs, denúncia esta já comprovada pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Conforme documentos que recebi hoje, num total de treze meses, há fraudes em três mil, seiscentos e noventa e três AIHs.

Vamos discutir a questão salarial, da dívida da Presidência e do rombo do INSS. Aliás, as denúncias são muito necessárias, como, por exemplo, a do envolvimento do próprio Presidente do INSS, Sr. Arnaldo Rossi, que acaba de fazer um acordo escandaloso com a Empresa de Correios e Telégrafos, que deve um trilhão de cruzeiros àquela instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Raunheitti — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FÁBIO RAUNHEITTI (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui citado nominalmente pela Deputada Cidinha Campos como fraudador, como homem que está sendo processado pelo Ministério Público, como homem que tem hospital e escola.

Duas verdades: tenho hospital e escola. Não tenho é lábia, não tenho microfone nem televisão para fraudar o povo de Nova Iguaçu vendendo casas inexistentes. Gente pobre vendeu até as alianças para dar dinheiro a essa Deputada que aqui me vem afrontar.

Quero dizer a V. Ex^a que não estou sendo processado por ninguém, que não existe nenhuma fraude, que estou recolhendo todos os dados para levar esta Deputada às barras do Tribunal. Espero que esta Casa conceda licença para que S. Ex^a seja processada, para que deixe de desmoralizar os deputados e esta egrégia Casa, onde me orgulho muito de ombrear com tantos e tantos companheiros que por aqui passam. Sou um pai de família, um homem com 63 anos de idade, que construiu uma universidade que tem 10 mil alunos, que construiu um hospital que atende a 100 mil pessoas por mês. Portanto, não existe fraude alguma. Ao contrário, sou credor do SUS porque não recebo sequer a metade do serviço que presto à população de Nova Iguaçu. Eu não, mas a instituição que eu criei, porque não tenho nada. O que existe é uma sociedade em que todos se reúnem para servir à população de Nova Iguaçu e até da Baixada Fluminense.

Esta Deputada nunca construiu absolutamente nada, apenas usa o seu mandato, usa o microfone das rádios e das televisões para detratar, para denegrir, para difamar, enfim, para achincalhar e enlamear que em só tem honrado o seu mandato, quem só tem construído em prol do seu povo. É preciso que nossos colegas olhem bem para ela. Vejam com ela treme quando fala as suas mentiras, como ela tem coragem, desfaçatez para isso. Mandem ela mostrar uma única obra que tenha construído, um único bem que tenha realizado. Ao contrário, ela procura denegrir, detratar e, sobretudo, achincalhar esta Casa. Tenho provas de que, em São Paulo, num programa de televisão, ela disse que esta Casa é um antro de ladrões, que aqui existe um corporativismo, que aqui todos se reúnem para defender os malfetores. tudo isso constitui falta de decoro e de respeito, sobretudo, de desacato. Não perco minha classe, não posso descer até S. Ex^a para dar-lhe o que ela realmente merece. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência conclama os Srs. Deputados e Senadores a, num clima de absoluta tranquilidade, sem qualquer passionalismo, ocuparem a tribuna da Casa, nesta noite de grandes decisões, em que o Congresso brasileiro deverá manifestar-se sobre os vetos do Sr. Presidente da República apostos a numerosos projetos de lei.

Portanto, a manifestação da Presidência é no sentido de que os Srs. Congressistas mantenham uma linha de serenidade, para que conduzamos os trabalhos desta Casa em meio à maior normalidade, permitindo a todos que expressem seus votos nas matérias a serem submetidas, logo mais, à deliberação do Plenário.

Este é o apelo que a Presidência transmite com a maior veemência a todos os Srs. Congressistas.

Vai-se processar, dentro de alguns instantes, a votação das matérias constantes da Ordem do Dia. Há uma expectativa de que os demais Líderes partidários, comparecendo ao plenário, possam ensejar o início imediato da votação.

A Sra. Maria Luíza Fontenele — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputada Maria Luíza Fontenele, como V. Exª está aniversariando no dia de hoje, a Presidência lhe defere a oportunidade. Certamente V. Exª deseja agradecer pelos cumprimentos que deve ter recebido durante o dia dos seus Pares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSB — CE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, no dia 19 próximo passado, esta Casa recebeu trabalhadores sem-terra e sem-teto, representantes de quase todo o Brasil, para a entrega de emenda popular da maior importância que cria o Fundo de Habitação. A caravana que veio do Ceará teve oportunidade de chegar ao gabinete de V. Exª, tendo sido ali recebida. E um dos pleitos entregues a V. Exª. Presidente do Congresso Nacional, pela importância do cargo que ocupa, foi no sentido de que, junto ao INSS, fosse liberada uma terra, objeto de pedido de reintegração de posse.

Comunico a V. Exª, Sr. Presidente, que já recebemos resposta do Presidente do INSS. Sábado passado, em Fortaleza, aquela comunidade comemorou essa vitória com muita festa a conquista e, por meu intermédio, solicita sejam transmitidos a V. Exª os agradecimentos pelo fato de ter contribuído para essa conquista. Podemos dimensionar isso. Ontem, na abertura do Congresso da Contag a palavra de ordem mais forte, era exatamente esta: "terra para quem quer produzir e para quem quer morar".

Faço este registro também porque considero a realização do Congresso da Contag, bem como a abertura desta Casa para receber os sem-terra, um momento importante da reorganização da luta e da resistência do povo brasileiro, principalmente dos mais sofridos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece à Deputada Maria Luíza Fontenele a referência que fez a uma intervenção na defesa de uma causa justa dos trabalhadores rurais no Estado do Ceará.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, gostaria de dar ao Plenário uma informação que acho da maior importância, já que todos estão ávidos para votar. Estou vindo de uma reunião em que os partidos decidiram votar a matéria agora. Já estão todos se dirigindo ao plenário. Creio que dentro em pouco poderemos votar a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — É auspiciosa a notícia que o nobre Líder José Luiz Maia transmite ao Plenário. Em razão disso, a Presidência pede, desde já, aos Deputados que tomem assento nas suas respectivas bancadas, porque vai se processar a votação.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de solicitar a V. Exª que acione as campanhas, convocando os Srs. Congressistas, a fim de que todos se dirijam ao plenário e tenhamos **quorum** qualificado, para apreciação do veto ao salário mínimo.

Pedimos desculpas ao Plenário, porque até agora estávamos tentando um acordo com o Governo. Mas o acordo é impossível para as oposições. Acharmos que, apesar de alguns ganhos para os aposentados, a proposta de abono para os trabalhadores da iniciativa privada, nos termos em que o Governo está apresentando, é inaceitável para as oposições e particularmente para o nosso partido. Portanto, mantemos o voto contra, pela rejeição do veto.

E se, por acaso, esse projeto chegar ao plenário, Vamos alterá-lo profundamente, tanto em relação ao valor, quanto em relação ao critério para extensão do abono aos assalariados.

Para nós é da maior importância que tenhamos no plenário 420 Deputados, porque, hoje, estaremos dizendo à Nação, aos trabalhadores que estamos votando pela derrubada dos vetos.

Os partidos de Oposição irão anunciar, desta tribuna, a sua posição, que é pela derrubada do veto.

O Partido dos Trabalhadores quer deixar claro que a sua bancada, seus 35 Deputados estão em plenário. Não poderiam Estar, porque, neste momento, o PT abre o seu primeiro Congresso, mas estamos aqui para dar o voto contrário ao veto, pela derrubada do veto.

Sr. Presidente, é fundamental que as oposições mantenham, perante esta Casa, a posição de derrubada do veto. A derrubada do veto ao art. 8º aumenta o salário mínimo para 54 mil, 280 cruzeiros. Portanto, apelamos para os Deputados da situação e da oposição no sentido de que votem pela derrubada do veto.

Reitero a V. Exª, Sr. Presidente, o pedido para que convoque e reconvoque insistentemente os Srs. Parlamentares, a fim de que venham ao plenário e possamos derrubar o veto esta noite, nesta sessão do Congresso Nacional.

Esta é minha comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Líder José Genoíno que todas as suas forças vocais já foram utilizadas neste microfone na conclamação a Senadores e Deputados para que Venham ao plenário participar da votação. Até aquilo que raramente fazemos, que é sustenizar a voz, fomos obrigados a fazer na sessão de hoje, para darmos uma maior tronuância àquilo que desejamos alcançar, que é a presença maciça dos Srs. Congressistas, que já se registra, no plenário do Congresso Nacional. Mais de 400 Deputados e Senadores estão presentes, o que significa dizer que hoje vamos, de fato, adentrar a madrugada apreciando os vetos à política salarial e as outras matérias que integram a Ordem do Dia da sessão de hoje.

A Presidência pede aos Srs. Congressistas que comecem a tomar assento nas respectivas bancadas, a fim de que haja, realmente, uma votação tranqüila, com todos exercitando o

direito de voto nas suas bancadas, sem necessidade de utilização dos postos avulsos.

O Sr. Sarney Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (Bloco — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já que o painel eletrônico registra a presença de 411 Srs. Deputados, já que as Lideranças que ficaram reunidas durante mais de uma hora e meia não tiveram a consideração de dar notícias ao Plenário sobre o andamento da reunião e já que estamos todos aqui dispostos a votar, peço a V. Exª que inicie o processo de votação, porque não é possível que haja Deputados de primeira categoria, como os Líderes, determinando o horário em que os Deputados de segunda categoria devam votar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência não hierarquiza os Deputados. Para ela, todos são da mesma categoria, inclusive V. Exª, uma das figuras mais preeminentes desta casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Deputado Hélio Rosas deseja fazer uma rápida intervenção, antes do início da votação. Os Líderes já devem postar-se diante do microfone para anunciar a posição das respectivas bancadas.

O nobre Deputado Hélio Rosas disporá de apenas dois minutos do tempo que lhe era destinado, após o que iniciaremos o processo de votação, com todos os Srs. Deputados ocupando as respectivas bancadas.

Com a palavra o nobre Deputado Hélio Rosas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Deputado Hélio Rosas desistiu de fazer uso da palavra para que haja maior celeridade no processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jones Santos Neves.

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, tenho reiteradamente destacado, desta tribuna, que tão importante quanto o combate à inflação neste País é o combate ao iníquo e impiedoso perfil que apresentamos quanto ao desnivelamento da renda de nossa população.

Chegamos a ser recordista internacional negativo neste perfil, cabendo envergonharmo-nos diante do quadro melancólico de possuir metade da população segurando apenas 12% da receita nacional (os 50% mais pobres), enquanto os 7% mais ricos retinham 50% de toda a riqueza.

Agora, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), divulgada anteontem pelo IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — vem demonstrar que, em dez anos, a situação se agravou ainda mais. Com efeito, embora a concentração de renda, no ano passado, tenha sido menor do que em 1988 e 1989, ela foi superior a todos os demais anos da década.

Segundo a pesquisa do IBGE, a fatia privilegiada dos mais ricos de todos (1% da população) teve a sua parcela de renda acrescida dos 13,0% que detinha em 1981, para 14,6% que passou a deter em 1990. Na outra ponta, os 10% mais pobres foram ainda mais esmagados na sua miséria, posto que em 1981 participavam com 0,09% da renda e em 1990 passaram a participar com 0,8%.

Algumas outras indicações importantes — e lamentavelmente depressivas — emanam da mesma pesquisa. Revela-se, por exemplo, que o poder de compra do salário mínimo, em 1990, caiu 38,3% em relação a 1981, que 24,2% da força de trabalho recebe menos de 1 salário mínimo, índice este que cresce para 41,3% na Região Nordeste, a mais pobre do País, e que apenas pouco mais da metade dos trabalhadores (58,8%) possuem carteira de trabalho assinada.

Existem também alguns aspectos curiosos que caracterizam a estrutura psicossocial da sociedade que estamos construindo. Entre eles, por exemplo, é o mínimo curioso que os lares brasileiros possuam mais aparelhos de televisão do que filtros de água potável. Enquanto 73,7% dos domicílios brasileiros possuem aparelhos de televisão, apenas 57,1% dispõem de água filtrada. O número de aparelhos de televisão é inclusive maior do que o de geladeiras, que corresponde a 71,5% dos domicílios.

Além do enorme problema da superconcentração de renda em faixa cada vez menor da população, um outro gigantesco empecilho ao nosso desenvolvimento econômico está concentrado no problema da explosão demográfica. A pesquisa do IBGE aponta, para o final da presente década, uma população brasileira estimada em 179,4 milhões de pessoas, ou seja, uma população 19,3% maior do que a atual.

A combinação dos dois fatores — a excessiva concentração de renda e o excessivo crescimento da população — tem um efeito profundamente destruidor. Segundo o Professor Geraldo Cavagnari, Diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (UNICAMP), “a reversão deste quadro exigirá um esforço redobrado por parte do governo, tendo em vista que a recessão econômica faz com que o bolo encolha e seja distribuído de maneira mais desigual”. Apostando na reversão do quadro atual, a médio e longo prazo, ele lembra que os efeitos benéficos vão custar a chegar. E vaticina: “A retomada do desenvolvimento só melhorará o quadro social brasileiro a partir do ano 2030”. Até lá, a população terá que conviver com todas as mazelas (aumento da criminalidade, conflitos agrários, etc), gerados pela combinação explosiva da impiedosa distribuição de renda com o elevado índice de crescimento demográfico.

Sr. Presidente, ao traduzir para os companheiros desta Casa os principais dados analíticos retirados da importante pesquisa realizada pelo IBGE, a minha intenção é sensibilizá-los para o exame das duas seguintes afirmativas, que considero irrefutáveis:

1ª) A sociedade brasileira continua a empobrecer aceleradamente, e o Governo continua omissivo em produzir qualquer política que venha a corrigir o impiedoso desequilíbrio de rendas, que estrangula e dilacera a dignidade de seus habitantes;

2ª) a situação de empobrecimento se agrava ainda mais, diante da criminosa inação do Governo, incapaz de conter a autodestruição de nosso povo, decorrente da completa inexistência de qualquer política demográfica e de crescimento da nossa população.

Precisamos destruir imediatamente o pavoroso fantasma desta dupla deterioração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 1991

(Nº 638/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências, tendo

— RELATÓRIO, sob nº 7, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 92/91-CN.)

Partes vetadas:

- parágrafo único do art. 1º — mantido;
- art. 5º — mantido;
- parágrafo único do art. 8º;
- inciso I do art. 10;
- inciso III do art. 10 — mantido;
- art. 13;
- art. 14;
- art. 15;
- art. 16;
- art. 17, mantido, e
- art. 18.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

A parte que será apreciada neste momento, porque destacada foi, é o parágrafo único do art. 8º

A 1ª Secretária, Deputada Irma Passoni, vai proceder à leitura do texto que será, logo mais, submetido à votação.

É lido o seguinte

Parágrafo único — Em outubro de 1991, o salário mínimo mensal passará a valer o equivalente a Cr\$46.000,00 (quarenta e seis mil cruzeiros), reajustado pela variação do INPC no mês anterior, incorporada, para mais ou para menos, a antecipação prevista no inciso I do art. 10 desta lei "

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Líderes partidários que se manifestem, cada qual utilizando 10 segundos para anunciar o posicionamento da sua bancada.

Há uma expectativa por parte da sociedade quanto a essa decisão do Parlamento, e tornamos conhecida a nossa posição através da manifestação dos Líderes.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PMDB veio a esta tribuna na sessão de quinta-feira passada para declarar que não participaria, daquele momento em diante, de nenhuma votação, até que o Governo modificasse ou alterasse a sua posição inflexível: a da negociação em relação aos vetos à lei salarial.

Recordando, queremos dizer que propusemos ao Governo o entendimento sobre a votação dos vetos, pedindo apenas a rejeição de dois deles — repito, apenas dois desses vetos. E quais eram eles? O veto ao parágrafo único do art. 8º, que estabelecia um salário de 46 mil cruzeiros a partir de outubro e uma correção que elevaria esse salário para 54 mil cruzeiros nos meses de novembro e dezembro, e o

inciso I do art. 10, que determinava a correção bimestral deste salário.

Srs. Congressistas, seria o mínimo que o Governo poderia fazer para o amplo entendimento nesta Casa. Mas o Governo se manteve inflexível, irredutível. Por isso nos declaramos em obstrução nesta Casa e dissemos que permaneceríamos com essa posição até o momento em que o Governo se movesse para apresentar uma proposta capaz de eliminar o impasse. Não queríamos, nunca quisemos e não queremos o impasse nesta Casa, porque compreendemos as responsabilidades para com os interesses maiores do País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo, inicialmente, apresentou aos partidos de Oposição uma proposta absolutamente inaceitável: ofereceu um abono, mas com a condição de não estendê-lo aos aposentados. Esta proposta foi imediatamente rechaçada pelos partidos de Oposição. Dissemos que não aceitaríamos chancelar, nem avaliar nenhuma proposta que discriminasse os aposentados, que já estão em luta no Judiciário porque o Governo se nega a garantir os 147%, oferecendo, através de Portaria um índice de 54%. Mantivemos, então, a firme disposição de continuar a obstrução. E, de repente, Sr. Presidente, o Governo dá mais um passo em direção ao entendimento, na medida em que aceita discutir a questão dos aposentados, de modo a oferecer algum ganho para a classe.

Diante da proposta de abono que o Governo oferece aos trabalhadores da ativa e diante da disposição do Governo de discutir o índice de correção para os aposentados, creio que, refletindo o pensamento da minha bancada, tomo, neste momento, a decisão de interromper a obstrução e partir para a votação. Não temos nenhum compromisso com o Governo quanto à votação do abono nos termos em que foi proposto. Não temos nenhum compromisso com o Governo de discutir a proposta em relação ao percentual dos aposentados. Mas, neste momento, interrompemos a obstrução e nos colocamos à disposição para discutir a questão das propostas apresentadas pelo Governo. Entendemos que a obstrução, Sr. Presidente, cumpriu o objetivo determinado: forçar o Governo a partir para a negociação. E o governo veio à mesa de negociação e apresentou as suas propostas. Em princípio, não as aceitamos, mas nos dispomos a discuti-las, interrompendo neste momento a obstrução. Vamos manter a posição do PMDB contra os vetos. Desde os primeiros momentos, há um compromisso entre os partidos de Oposição que votaram e ganharam, aqui no plenário, a lei salarial. E esse compromisso vai até a votação final dos vetos.

Vamos votar, portanto, contra os vetos, interrompendo a obstrução e nos sentando à mesa de negociação para discutir as propostas apresentadas.

Essa é a posição do PMDB. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência anuncia ao Plenário que praticamente todos os Líderes estão inscritos, dentre eles os Srs. Deputados José Genoíno, Vivaldo Barbosa e José Serra.

Inicialmente, falará o Deputado José Genoíno. Logo em seguida se pronunciará o Deputado Vivaldo Barbosa e imediatamente após terá a palavra o Deputado José Serra.

Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, solicitando a compreensão dos Srs. Deputados Vivaldo Barbosa e José Serra, porque, no entender da Assessoria da Mesa, teria sido essa a seqüência da inscrição.

Acrescento ainda que após os citados Líderes se pronunciará o nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, neste momento, em que este Parlamento votará o veto ao salário mínimo, peço a paciência e a compreensão dos nobres colegas para expor a posição do nosso partido a respeito de uma questão da maior importância. O que vamos expor aqui é basicamente o que abordamos na reunião das Lideranças que se realizou recentemente.

Sr. Presidente, a posição dos partidos de Oposição, quando declararam obstrução, forçou o Governo a mudar sua postura intransigente, intolerante e inaceitável. O Governo se moveu. Portanto, a obstrução representou vitória parcial. No entanto, a proposta apresentada pelo Governo às Oposições, de abono de 10 mil cruzeiros fixos para os meses de novembro e dezembro, foi contestada por nossa bancada, pela Liderança e pelo companheiro Paulo Paim desde seu surgimento.

Apresentamos um salário de emergência para estendê-lo a todas as faixas salariais beneficiadas pelo salário mínimo e aos aposentados. O Governo apresentou proposta de abono de 10 mil cruzeiros, que incidirá fixamente sobre 42 mil cruzeiros. Quem ganha 50 mil cruzeiros, receberá 2 mil cruzeiros de abono; quem ganha 51, receberá um abono de mil cruzeiros; e quem ganha 52 mil não receberá abono. Portanto, este abono de 10 mil cruzeiros só vale para quem ganha 42 mil cruzeiros.

Ora, a lei em vigor dá aos grupos I, II, III e IV, que são as categorias já em dissídio, uma antecipação de 16%. Então, a faixa de trabalhadores que se beneficiará com esse abono é muito restrita. Por isso, o abono, nos termos em que se apresenta, é uma esmola para uma faixa muito pequena de trabalhadores.

Nossa proposta era no sentido de que se garantisse o abono a todos os trabalhadores que ganham de um a três salários mínimos. Esta é a proposta do Deputado Paulo Paim, que estabeleceu o salário de emergência. O abono de 10 mil cruzeiros significará muito pouco para os assalariados. Apenas uma pequena faixa receberá esse abono.

O Governo, pressionado pelas Oposições e pelos aposentados, deu um ganho real de 79% para os aposentados. Seria melhor se fosse derrotado o veto ao art. 18, mas o Governo apresenta a possibilidade de, através de uma emenda ao projeto de lei, estender os 24 para os 79%.

Colegas, não podemos aceitar essa proposta. Ela não tem nosso aval. O Partido dos Trabalhadores procurou construir uma unidade das Oposições — e aqui me dirijo especialmente ao esforço da Liderança do PMDB como um fator importante — mas essa unidade não pode estar satisfeita com essa proposta do Governo.

Por isso, adotamos as seguintes posições: em primeiro lugar, somos contra o veto e queremos derrubá-lo. Mas, além de sermos contra o veto, é necessário um movimento político, para que possamos, através do voto secreto, derrotar o veto ao parágrafo único do art. 8º Hoje, a votação desse veto, certamente, implicará uma derrota, através do voto secreto, porque o clima político não é favorável à votação nesta sessão de hoje à noite. Assim, nós, do PT, nos manifestaremos contra o veto. A nossa bancada não vai participar dessa votação.

A outra decisão, Sr. Presidente, é no sentido de que, quando o Governo mandar o projeto de lei, a nossa bancada

estará inteiramente liberada para apresentar as emendas relativas ao abono e aos aposentados.

Para concluir, ou o Congresso Nacional assume a posição clara perante a sociedade de que quer defender os assalariados, que não quer migalhas e esmolos, ou, então, perderá a credibilidade perante a maioria do povo brasileiro.

Repito: o abono, da forma como está sendo dado é uma enganação. Não há garantia para os aposentados. Não podemos votar o abono, porque é uma esmola para uma faixa muito pequena de trabalhadores que dependem desse salário de 42 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, por isso, a nossa bancada inteira é contra essa proposta do Governo. Nossos 35 membros estão aqui, quando deveriam estar na abertura do Congresso do nosso partido. Estão todos neste plenário e dele sairão usando o direito de obstrução, a fim de impedir que se legitime a manutenção de um veto — para nós, inaceitável — que arrocha o salário mínimo.

Com flexibilidade, fizemos a proposta da derrubada do art. 8º — e não temos essa garantia — que eleva o salário mínimo para 54 mil cruzeiros em outubro, novembro e dezembro.

Somos obrigados a sair do plenário para não legitimar o arrocho do salário mínimo. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias).

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria, através de V. Ex^a, de fazer uma solicitação aos Líderes partidários para que desistam das suas inscrições, a fim de que a votação seja iniciada. Está-se falando demais e se votando de menos neste plenário. Precisamos votar, pois todo nós estamos esclarecidos sobre a matéria em pauta. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consulta o nobre Líder, Deputado Vivaldo Barbosa, se deseja falar agora ou apenas no final da ordem de inscrição.

V. Ex^a tem o privilégio do respeito e a estima da Mesa. A posição na ordem de inscrição V. Ex^a escolherá.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, na semana passada, diante da derrota das Oposições, que significou a derrota dos trabalhadores brasileiros, pois não conseguimos derrubar o veto, este Congresso Nacional, pela unidade das Oposições, tomou uma atitude enobrecedora. Estamos num processo de obstrução, com o propósito de só voltarmos a dar seguimento a qualquer questão nesta Casa depois da derrubada do veto ou do fechamento de um acordo satisfatório com o Governo em defesa dos trabalhadores.

Entre nós, um Deputado teve a grandeza de, além de se declarar em obstrução, proclamar-se em greve de fome e ficar isolado aqui neste plenário. Foi preciso a mobilização de seus amigos, de seus líderes e de seus companheiros para demovê-lo dessa idéia, tal a sua indignação, diante do quadro da semana passada e diante da derrota que nós e os trabalhadores tivemos neste Congresso Nacional.

Pois bem, agora, uma semana depois, estamos na mesma situação. Não vamos conseguir derrubar os vetos, porque,

somados todos os partidos de Oposição, mesmo acreditando que eles votariam integralmente pela derrubada do veto, somos apenas 220 Parlamentares.

Os outros partidos que somariam eventualmente conosco já nos comunicaram que vão votar pela manutenção do veto.

Portanto, estamos aqui na mesma situação de derrotados diante do veto. Mas hoje oferecemos uma alternativa ao Governo: mesmo não estendendo esse abono aos aposentados, que ele concorde em derrubar o art. 18, com isso permitindo aos aposentados saltarem dos 54% da nefanda e hipócrita portaria do Ministério do Trabalho para 79,96% nos seus reajustes. Aceitamos isto. Oferecer-se-ia ao trabalhador aposentado uma melhora nos seus reajustes, e, em compensação, sairíamos do processo de obstrução.

E o que o Governo fez? Qual a resposta que nos deu? Quer que entreguemos, de bandeja, a cabeça dos aposentados do Brasil. Quer manter o veto e pretende que venhamos a redigir uma nova lei, lei essa que, ao conceder aos aposentados o direito aos 96%, derruba o direito de continuarem sua luta judicial, vitoriosa até aqui, pelo reajuste de 147%.

Diante disto, nós, do PDT, acabamos de proclamar, na reunião de Lideranças — e fomos o único partido que fez essa proclamação naquela reunião — que continuaremos no processo de obstrução, porque as razões da obstrução permanecem. A proposta do Governo de um abono irrisório, ineficiente não nos satisfaz, nem satisfaz aos trabalhadores. Por isso é que não aceitamos esse abono irrisório, ofensivo até à dignidade do trabalhador deste País, porque, com o abono, querem sacrificar os aposentados e, com a oferta do reajuste de 79% querem matá-los, querem entregar de bandeja a cabeça dos aposentados nas mãos do Governo, querem revogar a possibilidade de os aposentados continuarem na sua luta judicial — vitoriosa até aqui — para receberem os 147%.

Por isso, nós, do PDT, concitamos os Srs. Congressistas a que permaneçam todos fiéis aos nossos compromissos. Não vamos votar esse veto porque sabemos que já estamos derrotados, e a nossa presença seria legitimar a manutenção do veto, legitimar aquilo que o Governo quer: matar a possibilidade de os aposentados continuarem na sua luta judicial.

Daqui, faço essa proclamação especialmente à direção da Confederação Brasileira dos aposentados, que durante todo o dia nos dirigiu um clamor, para que não retiremos o direito de continuarem lutando pelos 147%. Mesmo que estejamos sozinhos, mesmo que estejamos isolados, mesmo que não tenhamos número suficiente para encerrar esta sessão, nós, do PDT, não vamos jamais entregar, de bandeja, a cabeça dos aposentados ao Governo. Continuaremos lutando, palmo a palmo, em todas as frentes, para não permitir que o Congresso Nacional venha a votar um texto que dê um ganho de 79% e revogue todos os fundamentos legais que poderão dar a vitória dos 147%.

Por isto, Srs. Congressistas, venham somar-se a nós, para mantermos a dignidade e o respeito dos trabalhadores e dos aposentados do Brasil. Vamos manter a nossa dignidade. Não compactuemos para legitimar essa crueldade para com os trabalhadores e os aposentados. Nós, do PDT, vamos sair. Venham muitos a sair conosco! (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Líder do PSDB, o Deputado José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, queria esclari-

recer de maneira muito breve qual tem sido a posição clara e transparente do PSDB. Desde o primeiro momento, fizemos parte das forças que se empenharam na obstrução do processo legislativo, até que o Governo reabrisse canais e procedimentos para que os vetos salariais pudesse ter um desdobramento concreto, no que se refere à política salarial e à questão dos aposentados.

Em segundo lugar, de fato, essa obstrução nos levou a discutir possibilidades de abertura, a fim de que novas soluções fossem criadas.

Em terceiro lugar, dissemos, com muita clareza, na reunião das lideranças de todos os partidos, que manteríamos, mesmo diante de propostas do Governo, a nossa posição, primeiro, de que o veto fosse votado hoje; segundo, de que continuaríamos empenhados na derrubada dos vetos. Que isto fique muito claro.

Dissemos também que tínhamos restrições muito importantes quanto à proposta, por parte do Governo, de concessão de um abono para quem ganha um salário mínimo até o limite superior do mesmo.

Ou seja, se o salário mínimo, hoje, é 42 mil cruzeiros, dá-se 10 mil cruzeiros para o trabalhador que ganha 42 mil cruzeiros, que passará a receber, dessa forma, 52 mil cruzeiros. Portanto, ele ganha 10 mil cruzeiros. Mas quem recebe 45 mil cruzeiros ganhará 7, quem recebe 50 mil cruzeiros ganhará 2 e quem recebe 52 mil cruzeiros não ganhará nada. Manifestamos a nossa crítica e a nossa oposição a essa forma de concessão do abono por parte do Governo, mostrando que ela, na verdade, não vai beneficiar praticamente ninguém, uma vez que hoje, na economia, setores muito pequenos da força de trabalho recebem um salário mínimo, e que o lógico seria que a concessão do abono fosse estendida a todos os assalariados, quiçá até com algum limite mais alto. Isto não traria aumento da despesa pública, não traria maiores problemas do ponto de vista do déficit do Governo, nenhuma explosão de demanda, nem nada parecido, uma vez que o abono sequer inclui o pagamento dos encargos sociais, que hoje se elevam a 60, 70% do valor dos salários.

Portanto, manifestamos nossa crítica à questão do abono tal como foi colocada. Dissemos, então, que lutaríamos pela derrubada do veto e que nos reservaríamos o direito de fazer emendas ao projeto do Governo. É esta a nossa posição, que queria expor aqui com muita clareza. Na própria reunião, manifestamos a todas as forças políticas a necessidade de vir aqui para enfrentar a questão do veto.

Esta é a posição do PSDB. E o que vamos fazer, caso seja enviado de fato o projeto anunciado pelo Governo.

Queremos dizer também, reiterando aquilo que foi afirmado no início, que foi esse trabalho de obstrução que realmente permitiu que as questões fossem reabertas e recolocadas.

Manteremos a bancada coesa e inteira, no sentido de que seja defendido o valor daquela parcela da força de trabalho que ganha pouco e, por outro lado, sejam obedecidos e respeitados os direitos dos cidadãos aposentados deste País, que têm sido tratados, ao longo destes anos, como cidadãos de segunda classe. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribu-

na, inicialmente, para dar alguns esclarecimentos aos Srs. Deputados e Senadores.

Na semana passada, o PL, sugeriu, desta tribuna, a derrubada do veto ao parágrafo único do art. 8º porque nós, do Partido Liberal, achávamos que o salário mínimo de 42 mil cruzeiros era muito baixo para a classe trabalhadora e os aposentados e que, derrubando esse veto, os benefícios alcançariam inclusive o aposentado.

Na semana passada e durante toda esta semana, participamos das negociações com os partidos de Oposição e com o partido do Governo; e hoje ainda levamos ao Governo uma sugestão no sentido de que o PL continuaria na mesma posição e votaria contra o veto, se o Governo não se manifestasse e trouxesse a esta Casa uma proposta concreta.

Inicialmente, o Governo trouxe a proposta do abono de 10 mil cruzeiros em três parcelas: novembro, dezembro e 13º. Isto não convenceu o Partido Liberal, que, mais uma vez, propôs ao Governo que desse alguma coisa de positivo para os aposentados, do contrário continuaríamos na mesma posição. Agora, há cerca de vinte minutos, o Governo trouxe uma proposta que beneficiará o aposentado a partir de setembro, dando acima do que ele ganha, 26% em setembro, 26% em outubro, 26% em novembro e 26% em dezembro. O aposentado, no fim do ano, terá um aumento superior a 100%.

Por isso, meus amigos, quero agora cumprimentar os partidos que barraram a obstrução e cumprimentar o Líder do Governo e os do Bloco que ouviram o apelo do PL, do PTB, do PDS e do PDC.

Muito obrigado.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há alteração na posição da Liderança do PTB, que se declarou contra a obstrução e recomendou aos partidos, inclusive ao PMDB, que não fizessem obstrução, pois seria contra os interesses nacionais e contra os interesses da população brasileira de ver votada todas as matérias, inclusive os vetos.

Por outro lado, quero registrar o avanço do Governo em termos da oferta não só do abono, como do reconhecimento da majoração dos salários dos aposentados e pensionistas da ordem de 79,97%, o que equivale dizer que esses beneficiários da Previdência Social fiquem na malha judiciária, ao longo do tempo, anos e anos, lutando por um direito que a lei elementarmente lhes garante.

A Liderança do PTB manterá seu voto “não” ao veto e enaltece o Governo por ter sido complacente e compreensivo nesta negociação, concedendo o mínimo à classe trabalhadora.

O Sr. Eraldo Trindade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho procurado, como Parlamentar, aceitar os acordos de Liderança, mas há duas semanas não votamos nada neste Congresso, exatamente por falta de acordo. Já estamos aqui há várias horas, aguardando o momento da votação.

Em nome de outros Parlamentares que não exercem nesta Casa o poder das Lideranças, gostaria de fazer um apelo aos Líderes, no sentido de que sejam também complacentes com os demais Parlamentares. A maioria já sabe como vai votar e conhece a matéria que será votada. Então, que os Líderes

observem a disposição dos Parlamentares que aqui estão para cumprir sua missão. Vamos decidir a questão no voto.

É o apelo que deixo à Mesa. Muito obrigado (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência retransmite o apelo aos Srs. Líderes, mas não lhes pode furtar o direito de ocupar a tribuna para anunciar a posição de sua respectiva bancada.

Concedo a palavra ao nobre Líder José Carlos Sabóia, que falará pelo PSB.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, a nossa posição, de fazer obstrução foi muito clara desde o início do processo de discussão.

Todos os Srs. Líderes que estavam fazendo oposição foram capazes — como há muito tempo não acontecia neste Congresso Nacional, nem na Câmara dos Deputados — de se manter unidos até o final do processo de negociação. É preciso ressalvamos isso. A unidade dos partidos que não pertencem à Oposição, que eventualmente sempre apóiam o Governo, fez juntamente conosco, da Oposição, com que o Governo saísse da intransigência em que estava e viesse negociar. A negociação se dava, na compreensão do PSB, basicamente em torno da questão, qualquer que fosse o abono, que poderia ser três ou quatro vezes maior do que o que o Governo está mandando ou poderia ser até de 50 mil cruzeiros. Mas, se se colocasse os aposentados numa situação de discriminação, de não reconhecimento do direito dos mesmos, votaríamos contra, continuaríamos obstruindo. Hoje há uma situação diferente, e nós, do PSB, continuaremos discordando da forma como o Governo quer negociar. Iremos votar contra o veto e estaremos aqui para isso.

Queremos fazer um apelo a todos os Congressistas: a posição do Governo não satisfaz aos representantes dos aposentados. Os ilustres representantes dos aposentados, ao mesmo tempo em que falaram para os Líderes — e quero que isso fique bem claro — que aceitavam a proposta de 79%, independente de continuarem lutando na Justiça pelos 154%, disseram que era fundamental derrubar o veto, para que o respeito pelo Congresso por parte deles permanecesse. É essa a nossa posição. Iremos votar contra o veto. No momento em que entramos no Plenário, vimos que não dava mais para fazer obstrução. Queremos derrubar o veto.

Por último, quero dizer, por uma questão de ordem interna, de economia doméstica, mas que tem muito a ver com a ética, com a nossa dignidade no exercício parlamentar, que, se formos incapazes de derrubar esse veto e se não houver consistência para derrubá-lo, jamais teremos condições de pensar no aumento de quem quer que seja, muito menos no dos Srs. Parlamentares. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador:) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, todos os Líderes dos partidos opocionistas fizeram aqui uma rápida preleção acerca do comportamento desses partidos no período em que estamos discutindo a derrubada desses vetos.

É nossa opinião que a atitude dos partidos opocionistas foi correta. Todos os seus Líderes, bem como as bancadas, estiveram firmes na defesa dos direitos dos trabalhadores do Brasil, na defesa de uma política salarial mais adequada às

necessidades do nosso povo e da extensão desse direito aos aposentados e beneficiários da Previdência de modo geral

A partir do momento em que percebemos que havia dificuldades para derrubar os vetos e com objetivo de pressionar o Governo para que viesse negociar conosco uma posição mais favorável aos trabalhadores e previdenciários, os partidos opositoristas optaram pela política de obstrução dos trabalhos parlamentares. E alargamos esta nossa disposição, para obstruir não só os trabalhos do Congresso Nacional, mas também os trabalhos da Câmara dos Deputados, inclusive das suas Comissões, à exceção da Comissão de Orçamento, atitude tomada conjuntamente.

Sr. Presidente, nossa opinião é a de que a postura dos partidos opositoristas de obstruírem o trabalho Parlamentar foi correta até agora e foi vitoriosa.

Na verdade, ela não pode considerar-se vitoriosa no sentido de que não conseguiu fazer com que o Governo quebrasse a sua intransigência e, sensível às necessidades do povo, dos trabalhadores e previdenciários, de maneira geral, viesse negociar conosco uma forma mais adequada ao encaminhamento dessa grave questão.

Entretanto, chegamos, neste instante, a uma situação em que o Congresso Nacional tem **quorum**. Falando agora quase em último lugar entre os Líderes inscritos, posso verificar, pelo encaminhamento e pela postura das diversas bancadas, mesmo as opositoristas, que estiveram aqui lutando pela obstrução dos trabalhos do Congresso, que haverá um **quorum** sensível para a votação dos vetos do Sr. Presidente da República.

Consideramos, Sr. Presidente e nobres Colegas Deputados e Senadores, especialmente os companheiros de partidos opositoristas, que a tática da obstrução é absolutamente pertinente, justa e correta, desde que efetivamente obstrua os trabalhos do Congresso ou, se for o caso, da Câmara dos Deputados.

Se entretanto a tática da obstrução não obstrui os trabalhos, se os trabalhos prosperam, corremos o risco de, ao retirarmos nossas forças, enfraquecermos a batalha pela derrubada dos vetos. (Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede a atenção do Plenário para o orador que está na tribuna.

O SR. HAROLDO LIMA — Por conseguinte, Sr. Presidente, a tática da obstrução, não podendo ser levada à prática, porque haverá **quorum**, fica prejudicada na sua motivação. E com a retirada para depois voltar e votar a obstrução não é feita.

Permaneceremos no plenário para votar contra os vetos (palmas) e conclamamos todos os Parlamentares a que façam o mesmo. Aqueles que saírem e retornarem em seguida — atitude que respeitamos — também devem votar contra os vetos. Faremos o máximo de esforço que pudermos para infligir uma derrota ao Governo, derrubando esses vetos do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, serão brevíssimas as minhas explicações, porque entendo que a Casa já está suficientemente esclarecida sobre o problema. (Palmas.)

Estamos passando a correção dos proventos dos aposentados, já em agosto, para 79%. Estamos dando dois abonos de 20%, através de um projeto que virá, em novembro e dezembro, sendo que o de dezembro incidirá também sobre o 13°. Portanto, pedimos aos companheiros que digam “sim” à manutenção do veto. (Apupos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência adverte às galerias que não podem manifestar-se. Se até aqui se comportaram com a maior seriedade, a Mesa espera que no prosseguimento da sessão seja essa mesma a postura adotada pelos que se encontram nas galerias. Do contrário, suspenderei a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Luiz Carlos Hauly, que falará pela bancada do PST.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PST — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, o PST entende que a obstrução trouxe vantagens até agora: o reconhecimento pelo Governo dos 79,9% para os aposentados e o abono de 10 mil cruzeiros. Mas o PST também reconhece que é muito pouco, porque chegamos a um salário mínimo de 100 dólares e hoje estamos com um salário mínimo de 50 dólares. Na verdade, tudo o que está acontecendo hoje no Brasil é fruto dessa política recessiva implantada deliberadamente pelo Governo Collor. Entendemos que, a manter-se a situação do jeito que está, o País está na iminência de uma hiperinflação, e o poder de compra do assalariado está realmente muito abaixo. Por isso, Sr. Presidente, votamos pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIANI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta Casa precisa votar. Participamos, durante a semana, do esforço para ultrapassar os problemas de obstrução dos trabalhos de votação. Conseguimos demover o Governo, em favor dos aposentados e trabalhadores de salário mínimo.

Por isso, conclamo minha bancada e todas as demais a que passemos ao processo de votação, a fim de podermos deliberar a respeito de tão importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Paulo Mandarinó.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Partido Democrata Cristão tem hoje motivos para estar profundamente satisfeito, porque ponderou e insistiu junto às Lideranças do Governo e aos Ministros que têm contato com esta Casa sobre a necessidade de reverem sua postura com relação ao salário mínimo e à remuneração dos pensionistas e aposentados.

Na realidade, essas ponderações, somadas às de inúmeros outros Líderes e membros deste Congresso, causaram repercussão, e a prova está na nova proposta que o Governo trouxe, que viabilizou o retorno dos Parlamentares a este Plenário, acabando com a obstrução, que certamente comprometeu muito os trabalhos neste final de ano legislativo.

Portanto, mesmo sem entrar no mérito da proposta do Governo, o que fica a critério de cada um dos membros do nosso partido, a verdade é que o final da obstrução é uma marca importante nos trabalhos deste ano e significa uma

nova postura do Governo, que volta a buscar o diálogo e o entendimento.

Deixo, portanto, ao Líder do Governo os cumprimentos do Partido Democrata Cristão pelo trabalho que desenvolveu. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, Deputado Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero apenas deixar, em poucas palavras, claramente registrada a posição do Governo nesta negociação.

O Governo entende que a derrubada dos vetos atinge profundamente a Previdência e até mesmo a inviabiliza, pois impossibilita o pagamento dos hospitais e dos aposentados. A Previdência já tem um déficit de 1 trilhão de cruzeiros neste ano. Se caírem os vetos, a despesa da Previdência no ano que vem será de 47 trilhões, segundo os cálculos que distribuimos às oposições e que não foram contestados. (Apupos nas galerias. Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede a atenção da Casa para o orador que está na tribuna.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, venho apresentar a proposta que o Governo fez e que não foi aceita pelas oposições em decorrência do radicalismo, e alertar para o prejuízo que isto poderá causar aos aposentados.

(Novas manifestações do Plenário.)

O SR. HUMBERTO SOUTO — Peço paciência aos colegas porque é importante dar conhecimento da proposta feita pelo Governo.

Sr. Presidente, o Governo propôs remeter um projeto, como de fato vai remeter, concedendo aos trabalhadores um abono de 10 mil cruzeiros nos meses de novembro e dezembro, com reflexo no 13º salário. Isso representará uma correção maior do que a que consta da lei salarial e impedirá que se prejudiquem ainda mais a Previdência, as Prefeituras e os Governos estaduais, que já não conseguem mais se manter.

O Governo ainda propôs remeter ao Congresso Nacional projeto elevando o índice de correção dos salários dos aposentados de 54% para algo próximo a 80%, que seria o INPC cheio, perfazendo o período de março a agosto. Mesmo sendo o pagamento dessa diferença feito em janeiro, haveria um ganho para os aposentados de mais de 100% nos seus salários, pois seria profundamente alterada a base de cálculo. Enquanto isso, o Congresso Nacional deveria comprometer-se, através das suas lideranças, a votar a matéria relativa ao Finsocial, de forma a viabilizar o recolhimento do fundo, pois um dos entraves que estão dificultando, inviabilizando a Previdência, é que as empresas, através de ação judicial, deixaram de pagá-lo.

Pois bem, Sr. Presidente, mesmo feitas essas propostas, as oposições mais radicais insistiram em não aceitar a manutenção dos vetos e, em decorrência disto, dificultaram o acordo que poderia ter sido feito quando o Governo demonstrou disposição para construir definitivamente o entendimento nesta Casa.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos votar, vamos permanecer aqui para votar contra esse veto, mas é importante que se diga que esse voto é fruto de todo esse processo de retomada da negociação. Não há acordo. É bom que fique claro que a proposta do Governo não foi aceita pela Oposição, embora as negociações continuem. E só por isso que vamos manter-nos em plenário, votando para derrubar o veto.

Esta é a posição do PCB.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedimos o voto “sim” pela manutenção do veto pelas razões expostas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas bancadas.

A Mesa só iniciará a votação quando os Srs. Deputados estiverem em seus lugares, pois é uma votação de imensa responsabilidade. A Mesa, para conduzir os trabalhos, necessita neste momento da compreensão dos Srs. Deputados e também dos Srs. Senadores.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como Relator da Comissão Mista do Congresso Nacional que estudou os 11 vetos e emitiu parecer sobre eles (apupos nas galerias), gostaria, com todo o respeito, que aqueles Parlamentares que querem manter os salários congelados em 42 mil cruzeiros tivessem ouvido, como eu ouvi, todas as explicações da Liderança do Governo.

Esclareço à Casa que o Governo não fez nenhuma proposta. Os 10 mil cruzeiros de abono não serão estendidos aos trabalhadores da área privada porque esses estão contemplados pela Lei nº 8.222 e já tiveram no mínimo 23% de aumento, alguns até 40%. Conseqüentemente, eles não receberão os 10 mil cruzeiros. Somente as empregadas domésticas que recebem um salário de 42 mil cruzeiros terão direito a esse abono, porque não têm data-base.

A proposta relativa aos aposentados é outro engodo. Sabemos muito bem que os aposentados podem não obter na Justiça os 147%, mas está assegurado pela própria lei o índice de 79%. (Palmas nas galerias.)

E o que o Governo faz? Anuncia aqui o que quer negociar, quando, na verdade — e é importante que os Parlamentares entendam isto — nem o veto ao artigo que trata da questão dos aposentados ele aceita retirar. Quer que sejam mantidos todos os vetos. Ou se mantêm os 11 vetos ou nada. Propõe trocarmos por nada o resultado de uma luta de mais de seis meses dos aposentados, pensionistas, trabalhadores e sindicalistas. Por isso volto a fazer este apelo aos Parlamentares do PL, do PDS e do PTB: neste momento, mais do que nunca, vamos manter o acordo firmado no primeiro mo-

mento, inclusive com o PMDB e o PSDB, para a derrubada do art. 8º, que estende aos aposentados e pensionistas um salário decente. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede ao nobre Deputado Paulo Paim que colabore com a Mesa. V. Exª já falou por seu partido, já expressou seu pensamento e a Mesa pede ao nobre Deputado que conclua.

O Sr. Cardoso Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª poderia dar mais meia hora para cada Deputado do PT vir ao plenário.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Exª

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos retirar-nos em protesto contra os Parlamentares do Bloco que apóia o Governo. Se houver **quorum**, viremos votar pela derrubada de todos os vetos. E desafio quem prove o contrário: nenhum veto será derrubado. Quero ver se vão derrubar um veto sequer daquela tabela. Vamos ver se haverá ao menos um veto derrubado aqui hoje.

Digam que estou mentindo e derrubem um dos onze vetos. Um somente. E aí virei à tribuna para pedir desculpas. Era isto, Sr. Presidente. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, pela última vez, adverte as galerias de que conduzirá os trabalhos com a serenidade habitual, mas com a energia que requer o texto do próprio Regimento. Seria constrangedor para a Mesa diligenciar agora a retirada das pessoas, dos representantes da sociedade que se encontram nas galerias.

A Presidência pede a colaboração dos agentes de segurança do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para garantir o prosseguimento dos trabalhos. Peço aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares. Não desejo ver um Parlamentar sequer nos corredores. Todos sentados. É um apelo veemente, instantâneo e patético da Mesa a todos os Srs. congressistas. A votação é da maior relevância.

Alguns parlamentares ainda se acham fora de seus lugares. A Mesa não iniciará o processo de votação nem permitirá a votação nos postos avulsos. Todos os Deputados sentados! Todos! Agora vamos iniciar o processo de votação e só o faremos quando os Srs. Parlamentares estiverem em seus respectivos lugares. A Mesa ainda visualiza alguns Parlamentares fora de seus lugares. Peço-lhes que permaneçam em seus lugares. Ainda há Deputados nos corredores. A Mesa apela para os Líderes no sentido de que tomem sua posição nas bancadas. Visualizo ainda alguns lugares vagos, sobretudo nas bancadas à direita. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa vai oferecer oportunidade ao nobre Deputado Amaury Müller para que S. Exª, ocupando a tribuna, em seguida se encaminhe para a sua bancada...

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER (PDT. RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não quero usar da palavra, quero apenas usando direito regimental de orientar a bancada do PDT. Apenas isso. Quaisquer manifestações em contrário representam um desprezo à prática democrática. E penso que temos o dever de respeitar a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Amaury Müller, V. Exª não pode arrogar à face da Presidência esse tipo de increpação. À época da Assembléia Nacional Constituinte exerci a Presidência nas eventuais ausências do Deputado Ulysses Guimarães, e V. Exª nunca conviveu nesta Casa...

O SR. DEPUTADO AMAURY MULLER — Não é a V. Exª que estou me dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Pedimos aos Srs. Parlamentares que tome assento nas suas bancadas. Peço inclusive ao nobre Líder Amaury Müller, que agora representa a sua bancada, um dos Parlamentares mais dignos e mais atuantes deste Plenário, que tomem assento na bancada de seu glorioso partido, o PDT, que às vezes é também liderado pelo nobre Deputado Vivaldo Barbosa, que ambos tomem assento nas respectivas bancadas, para que possamos passar à votação. (Risos.)

O SR. AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, quero apenas dizer que a minha observação não foi dirigida a V. Exª, mas a uma minoria que não se conforma com a democracia e com a liberdade. Apenas isso.

Sr. Presidente, o PDT, inconformado e decepcionado com a ruptura do acordo celebrado hoje à tarde, retira-se do plenário e se mantém em abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de iniciarmos a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB pede à sua bancada o voto “não” ao veto.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB pede à sua bancada que vote “não” ao veto.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, O Bloco pede aos companheiros o voto “sim”, pela manutenção.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Verde continua em obstrução.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota “não” ao veto.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Peço aos Srs. Deputados que selecionem seus votos. Nesta votação não haverá a utilização dos postos avulsos. É uma colaboração para a maior celeridade do processo de votação.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes dos postos se apaguem.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
Júlio Cabral
Marcelo Luz
Ruben Bento
Teresa Jucá

Amapá

Aroldo Góes
Eraldo Trindade
Fátima Pelaes
Gilvan Borges
Lourival Freitas
Murilo Pinheiro
Sérgio Barcellos
Valdenor Guedes

Pará

Alacid Nunes
Carlos Kayath
Domingos Juvenil
Elieir Rodrigues
Giovanni Queiroz
Hermínio Calvino
Hilário Coimbra
José Diogo
Mário Chermont
Oswaldo Melo
Paulo Rocha
Paulo Titan
Socorro Gomes
Valdir Ganzer

Amazonas

Átila Lins
Beth Azize
Eduardo Braga
Euler Ribeiro
Ezio Ferreira
José Dutra
Pauderney Avelino
Ricardo Moraes

Rondônia

Carlos Camurça
Edison Fidelis
Maurício Calixto
Pascoal Novaes
Raquel Cândido
Reditário Cassol

Acre

Adelaide Neri
Célia Mendes

Francisco Diógenes
João Maia
João Tota
Mauri Sérgio
Romvon Santiago
Zila Bezerra

Tocantins

Derval de Paiva
Edmundo Galdino
Freire Júnior
Hagahús Araújo
Leomar Quintanilha
Paulo Mourão

Maranhão

Cesar Bandeira
Cid Carvalho
Costa Ferreira
Daniel Silva
Eduardo Matias
Francisco Coelho
Haroldo Sabóia
Jayme Santana
João Rodolfo
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Reinaldo
Paulo Marinho
Pedro Novais
Roseana Sarney
Sarney Filho

Ceará

Antônio dos Santos
Ariosto Holanda
Carlos Benevides
Edson Silva
Ernani Viana
Gonzaga Mota
Jackson Pereira
José Linhares
Luiz Girão
Luiz Pontes
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenele
Moroni Torgan
Orlando Bezerra
Pinheiro Landim
Sérgio Machado
Ubiratan Aguiar
Vicente Fialho

Piauí

B. Sá
Caldas Rodrigues
Ciro Nogueira
Felipe Mendes
Jesus Tajra
João Henrique
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Paes Landim
Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves
 Fernando Freire
 Henrique Eduardo Alves
 Iberê Ferreira
 João Faustino
 Lafre Rosado
 Ney Lopes

Paraná

Adauto Pereira
 Edivaldo Motta
 Efraim Moraes
 Evaldo Gonçalves
 Francisco Evangelista
 Ivandro Cunha Lima
 José Luiz Clerot
 José Maranhão
 Lúcia Braga
 Ramalho Leite
 Rivaldo Medeiros
 Vital do Rego

Pernambuco

Álvaro Ribeiro
 Fernando Bezerra Coelho
 Gilson Machado
 Gustavo Krause
 Inocência Oliveira
 José Carlos Vasconcellos
 José Mendonça Bezerra
 José Moura
 José Múcio Monteiro
 Luiz Piauhyllino
 Maurílio Ferreira Lima
 Mavíael Cavalcanti
 Miguel Arraes
 Nilson Gibson
 Osvaldo Coelho
 Pedro Corrêa
 Renildo Calheiros
 Ricardo Fúza
 Roberto Franca
 Roberto Freire
 Roberto Magalhães
 Salatiel Carvalho
 Sérgio Guerra
 Wilson Campos

Alagoas

Antônio Holanda
 Augusto Farias
 Cleto Falcão
 José Thomaz Nonô
 Luiz Dantas
 Mendonça Neto
 Olavo Calheiros
 Roberto Torres
 Vitório Malta

Sergipe

Benedito de Figueiredo
 Cleonânio Fonseca
 Djenal Gonçalves
 Jerônimo Reis
 José Teles
 Messias Góis
 Pedro Valadares

Bahia

Alcides Modesto
 Ângelo Magalhães
 Aroldo Cedraz
 Benito Gama
 Beraldo Boaventura
 Clóvis Assis
 Eraido Tinoco
 Geddel Vieira Lima
 Genebaldo Correia
 Haroldo Lima
 Jabes Ribeiro
 Jairo Azi
 Jairo Carneiro
 Jaques Wagner
 João Almeida
 João Carlos Bacelar
 Jonival Lucas
 Jorge Khoury
 José Carlos Aleluia
 José Falcão
 José Lourenço
 Jutahy Júnior
 Leur Lomanto
 Luís Eduardo
 Luiz Moreira
 Luiz Viana Neto
 Manoel Castro
 Pedro Irujo
 Prisco Viana
 Ribeiro Tavares
 Sebastião Ferreira
 Sérgio Gaudenzi
 Uldurico Pinto
 Waldir Pires

Minas Gerais

Aécio Neves
 Agostinho Valente
 Aracely de Paula
 Armando Costa
 Avelino Costa
 Célio de Castro
 Edmar Moreira
 Elias Murad
 Fernando Diniz
 Genésio Bernardino
 Getúlio Neiva
 Humberto Souto
 Ibrahim Abi-Ackel
 Irani Barbosa
 João Paulo
 João Rosa

José Aldo
 José Geraldo
 José Santana de Vasconcelos
 José Ulisses de Oliveira
 Lael Varella
 Luiz Tadeu Leite
 Marcos Lima
 Mário de Oliveira
 Maurício Campos
 Neif Jabur
 Nilmário Miranda
 Odelmo Leão
 Osmânio Pereira
 Paulino Cícero de Vasconcelos
 Paulo Afonso Romano
 Paulo Delgado
 Paulo Heslander
 Pedro Tassis
 Raul Belém
 Romel Anísio
 Ronaldo Perim
 Samir Tannús
 Sandra Starling
 Saulo Coelho
 Tilden Santiago
 Vittorio Mediolí
 Wagner do Nascimento
 Wilson Cunha
 Zaire Rezende

Espírito Santo

Aloizio Santos
 Etevalda Grassi de Menezes
 João Baptista Motta
 Jones Santos Neves
 Jório de Barros
 Nilton Baiano
 Paulo Hartung
 Rita Camata
 Roberto Valadão
 Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
 Álvaro Valle
 Arolde de Oliveira
 Artur da Távola
 Benedita da Silva
 Carlos Alberto Campista
 Carlos Santana
 César Maia
 Cidinha Campos
 Eduardo Mascarenhas
 Fábio Raunheitti
 Flávio Palmier da Veiga
 Francisco Dornelles
 Jair Bolsonaro
 Jamil Haddad
 Jandira Feghali
 José Carlos Coutinho
 José Egidio
 José Vicente Brizola

Junot Abi-Ramia
 Laerte Bastos
 Laprovita Vieira
 Lysaneas Maciel
 Márcia Cibilis Viana
 Marino Clinger
 Miro Teixeira
 Nelson Bornier
 Paulo de Almeida
 Paulo Portugal
 Paulo Ramos
 Regina Gordilho
 Roberto Jefferson
 Rubem Medina
 Sandra Cavalcanti
 Sérgio Arouca
 Sérgio Cury
 Sidney de Miguel
 Simão Sessim
 Vivaldo Barbosa
 Vladimir Palmeira
 Wanda Reis

São Paulo

Alberto Goldman
 Alberto Haddad
 Aldo Rebelo
 Aloizio Mercadante
 André Benassi
 Antônio Carlos Mendes Thame
 Beto Mansur
 Cardoso Alves
 Cunha Bueno
 Diogo Nomura
 Eduardo Jorge
 Ernesto Gradella
 Euclides Mello
 Fábio Feldmann
 Fabio Meirelles
 Fausto Rocha
 Florestan Fernandes
 Gastone Righi
 Geraldo Alckmin Filho
 Heitor Franco
 Hélio Bicudo
 Hélio Rosas
 Irma Passoni
 Jorge Tadeu Mudalen
 José Cicote
 José Dirceu
 José Genoíno
 José Maria Eymael
 José Serra
 Jurandyr Paixão
 Koyu Iha
 Liberato Caboclo
 Luiz Carlos Santos
 Luiz Gushiken
 Magalhães Teixeira
 Maluly Netto
 Manoel Moreira
 Marcelino Romano Machado
 Marcelo Barbieri

Maurici Mariano
 Nelson Marquezelli
 Osvaldo Stecca
 Ricardo Izar
 Roberto Rollemberg
 Robson Tuma
 Solon Borges dos Reis
 Tidei de Lima
 Tuga Angerami
 Vadão Gomes
 Valdemar Costa
 Walter Nory

Mato Grosso

Augustinho Freitas
 Jonas Pinheiro
 José Augusto Curvo
 Rodrigues Palma
 Wellington Fagundes

Distrito Federal

Augusto Carvalho
 Benedito Domingos
 Chico Vigilante
 Eurides Brito
 Maria Laura
 Osório Adriano
 Paulo Octávio
 Sigmaringa Seixas

Goiás

Antonio Faleiros
 João Natal
 Lúcia Vânia
 Luiz Soyer
 Maria Valadão
 Mauro Borges
 Mauro Miranda
 Paulo Mandarino
 Osorio Santa Cruz
 Pedro Abrão
 Ronaldo Caiado
 Virmondes Cruvinel

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo
 Flávio Derzi
 George Takimoto
 José Elias
 Marilu Guimarães
 Nelson Trad
 Valter Pereira
 Waldir Guerra

Paraná

Antônio Barbara
 Antonio Ueno
 Basilio Villani
 Carlos Roberto Massa
 Carlos Scarpelini
 Delcino Tavares
 Edesio Passos

Edi Siliprandi
 Élio Dalla-Vecchia
 Flávio Arns
 Ivanio Guerra
 Joni Varisco
 Luciano Pizzatto
 Luiz Carlos Haully
 Matheus Iensen
 Max Rosenmann
 Munhoz da Rocha
 Otto Cunha
 Paulo Bernardo
 Pedro Tonelli
 Pinga Fogo de Oliveira
 Reinhold Stephanes
 Renato Johnsson
 Romero Filho
 Rubens Bueno
 Said Ferreira
 Werner Wanderer
 Wilson Moreira

Santa Catarina

Ângela Amin
 César Souza
 Dejandir Dalpasquale
 Dércio Knop
 Eduardo Moreira
 Hugo Bichl
 Jarvis Gaidzinski
 Luci Choinacki
 Luiz Henrique
 Nelson Morro
 Neuto de Conto
 Orlando Pacheco
 Paulo Duarte
 Renato Vianna
 Ruberval Pilotto
 Vasco Furlan

Rio Grande do Sul

Adão Pretto
 Adroaldo Streck
 Adylson Motta
 Amaury Müller
 Antônio Britto
 Arno Magarinos
 Carlos Azambuja
 Carlos Cardinal
 Carrion Júnior
 Celso Bernardi
 Eden Pedroso
 Fernando Carrion
 Fetter Júnior
 Germano Rigotto
 Ibsen Pinheiro
 Ivo Mainardi
 João de Deus Antunes
 Jorge Uequet
 José Fortunati
 Luís Roberto Ponte
 Mendes Ribeiro
 Nelson Jobim

Nelson Proença
Odacir Klein
Osvaldo Bender
Paulo Paim
Raul Pont
Telmo Kirst
Valdomiro Lima
Victor Faccioni
Wilson Müller

O Sr. Fernando Carrion — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra.

O SR. FERNANDO CARRION (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos colaborar com V.Exª, mas há mais de 60 dias que estão rotos estes dispositivos de votação da bancada do lado direito.

Não é possível colaborarmos com V.Exª votando nas bancadas, pois os aparelhos de votação estão estragados.

Isto se repete em todas as últimas votações. Apelo a V.Exª para que tome as providências necessárias, até mesmo em nome da celeridade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa agradece a colaboração de V.Exª e adotará as providências de comum acordo com o Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro.

A Assessoria da Mesa destaca que os três pontos avulsos foram revisados recentemente.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto foi registrado, a luz de registro acendeu, mas não saiu. Quero deixar isso claro, porque é a segunda vez que isso acontece. Da primeira vez tratava-se de um voto fundamental, e o Presidente Ibsen Pinheiro não aceitou a justificativa. Foi registrado e não saiu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa vai se entender com o Presidente Ibsen Pinheiro, no sentido de que a Câmara proceda à correção do painel eletrônico.

A Presidência lembra aos Srs. Parlamentares que vão ser processadas, ainda, numerosas votações. Todos devem permanecer no plenário. Há uma previsão de que os trabalhos cheguem até às 4 horas da manhã de hoje, segundo o Primeiro Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

O Sr. Adão Pretto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por gentileza, errei o meu voto. Eu votei “sim” e o meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica consignada a presença de V.Exª

O SR. ADÃO PRETTO — Sr. Presidente, queria que o meu voto fosse levado em conta, já que anunciado antes da proclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência informa ao nobre Deputado que há uma vedação de

natureza constitucional para o conhecimento do seu voto. O sigilo garante a manifestação de V.Exª

(*Prossegue a votação*)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Deputados já votaram?

(*Prossegue a votação*)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrada a votação.

A Mesa vai anunciar o resultado da votação: 216 votos “sim”; 222 votos “não”; abstenção, 9. Total, 447.

O veto, mantido na Câmara, não será submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se ao veto seguinte. O texto do Inciso I do art. 10 vai ser lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

“Art. 10...

I — A cada reajuste, a partir de outubro de 1991, o valor do salário mínimo será reajustado, a título de antecipação, pelo mesmo percentual de reajuste bimestral a que se refere o § 2º do art. 3º desta lei.”

O Sr. Eduardo Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto “sim” que não saiu no painel na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa consignará a presença do nobre Deputado Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica aos Srs. Deputados que há sobre a mesa uma cédula única prevendo a votação de 22 vetos reputados não polêmicos.

A Presidência solicita às Lideranças que orientem as respectivas bancadas para a votação do veto seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como votam os Srs. Líderes? Trata-se do inciso I do art. 10.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota “não”.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT continua na sua atitude de obstrução, de não participação nesta votação para não legitimar a manutenção do veto. O resultado da última votação já revelou isso.

Por isso, nossa atitude é de coerência. Convocamos todos os componentes da bancada que querem efetivamente derrubar o veto para que se ausentem desta votação.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota “sim”.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome da liderança do PSDB, o voto é “não”.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esse veto trata de um dos piores reflexos que pode ter na Previdência: esse inciso eleva a despesa da Previdência, no ano que vem, de 30 trilhões para 47 trilhões, inviabilizando-a completamente. Ele cria um salário de quase 65 mil cruzeiros já no mês de outubro; é muito pior do que o art. 8º, que foi mantido. De maneira que o voto é “sim”.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB, vota “não”.

O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PST — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PST vota “não”.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco recomenda à sua bancada o voto “sim”.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As bancadas estão instruídas. Vamos processar a votação.

Os Srs. Deputados devem tomar assento nos seus respectivos lugares, a fim de se processar a votação pelo sistema eletrônico.

A Presidência pede ao Plenário tranquilidade para que se processem as votações subseqüentes.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, enquanto aguardamos o resultado no painel eletrônico, para fazer um apelo ao nobre Deputado José Genoíno no sentido de que retire seu requerimento de destaque e votemos em globo todos os itens relativos à Lei Salarial. (Palmas.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, pelo a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V.Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nós, da bancada do PT, deixamos muito claro que nos retirariamos de plenário, e o fizemos, sinalizando que era fundamental deliberar sobre o veto ao art. 8º, que se refere ao salário mínimo. Já tínhamos discutido com a Mesa a proposta de votarmos até mesmo em cédula os demais vetos, após a votação dos vetos ao salário mínimo e salário dos servidores. Achamos da maior importância a votação em Plenário deste parágrafo único, assim como a do art. 18. Queremos derrubar o veto ao art. 18.

Na questão salarial não vamos votar em bloco. Não vamos retirar os destaques. É matéria da maior importância e os

destaques devem ser votados um a um. Resolvido o problema salarial, aceitaremos, até na forma de cédula, votar os demais vetos. Mas achamos que a Casa, com este **quorum**, tem que votar a questão salarial. É importante votar.

Estamos sendo derrotados, porque através do voto secreto está se mantendo um veto que é uma injustiça para com os trabalhadores. Achamos que o voto secreto impede que se **explicitamente** as posições políticas. A nossa bancada inteira está aqui. Se a votação fosse a descoberto, revelaríamos o nosso voto. Queremos, portanto, votar veto por veto. Não vamos facilitar. Não é possível votar em globo a matéria salarial, facilitando de uma só vez uma vitória do Governo num assunto que para nós é da maior importância. Nos demais vetos, aceitamos até mesmo a forma de cédula, mas, na questão do salário não podemos retirar esses destaques.

O Sr. Fausto Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V.Exª pela ordem.

O SR. FAUSTO ROCHA (Bloco — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a pergunta é a seguinte: Deputado ausente, ou seja, em processo de obstrução, pode manter pedido de destaque?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Dentro de alguns instantes a Mesa responderá a V.Exª, antes mesmo que se inicie o processo de votação.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª está com a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria esclarecer ao nobre Deputado José Genoíno que, ao fazer este apelo, não estou pretendendo facilitar a votação para o Governo.

Quero que os partidos de Oposição mantenham a sua posição contrária a todos os vetos; apenas por economia de trabalho votaríamos contra todos, em bloco. Esse é o apelo. Mas reconheço a procedência das ponderações do nobre Líder José Genoíno e as acato. Só quero esclarecer que o PMDB em nenhum momento teve a intenção de facilitar a rejeição dos vetos.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª está com a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sobre essa matéria eu queria valorizar a atitude do Deputado José Genoíno em não facilitar a votação para aqueles que querem manter o veto.

Devemos fazer força e lutar palmo a palmo na esperança de que pelo menos um desses vetos consigamos derrubar e não facilitar para que em globo, numa votação só, o Governo consiga manter todos os seus vetos.

O Sr. Roberto Jefferson — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª está com a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou falando por delegação do Líder do PTB, Deputado Gastone Righi, da importância de mantermos, pelo menos no art. 18, que fala do aposentado e pensionista, a votação em destaque.

O Líder Ricardo Fiúza quando encaminhou a votação, disse que o Governo fará uma proposta ao Congresso de reajuste do salário com base no INPC acumulado de março até agora, o que dá 80%. Depois S. Ex^a sustentou que nos meses de novembro o Governo dará 20 e mais 20.

Eu fiz a conta. Oitenta sobre 20, em novembro, são 116. Cento e dezesseis vezes 1.2, em dezembro, são 140.

Se derrubarmos o veto ao art. 18, o reajuste será de 122%.

Na minha maneira de ver, estamos até ajudando o Governo, a não ser que a informação do Deputado Ricardo Fiúza seja absolutamente equivocada. O que não pode, Sr. Presidente, é manter esta brutal diferença entre o reajuste do salário mínimo e o reajuste para os aposentados. O art. 18 é fundamental. Quero crer que o Líder Ricardo Fiúza equivocou-se. O Governo não iria dar 140% aos aposentados.

No art. 18, se derrubarmos o veto, o aumento ficará na casa de 122%. É justo. Propomos isto ao Governo, conversamos com o Ministro Magri, com o Presidente do INSS. Não teria havido essa enxurrada de ações na Justiça em busca dos 147% se a lei tivesse sido cumprida, fazendo justiça aos aposentados.

Quero crer que houve por parte do Líder Ricardo Fiúza uma comunicação a respeito do projeto que o Governo vai remeter a esta Casa relacionado com o reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Então, se há erro, peço a S. Ex^a que o corrija, pois vai ficar em apenas 80%. Mas de 80% para 147% são 70% de diferença. Conferindo o art. 18, que faz a antecipação de 50% do INPC nos meses de setembro e outubro, o reajuste chega à casa dos 122%. Então, Sr. Presidente, no art. 18 é fundamental mantermos uma votação destacada para fazer um pouquinho de justiça aos aposentados e pensionistas, que estão pagando a crise de caixa da seguridade social.

É a posição do PTB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A posição do PTB é definida. Portanto, Srs Deputados, vai-se processar a votação.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de perguntar a V. Ex^a qual é o veto que estamos votando. Se é o item I do art. 10.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Exatamente aquele cuja leitura feita pelo Primeiro Secretário o Plenário ouviu atentamente.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Falou-se muito no art. 18. Tive receio de fazer confusão na hora de votar. Gostaria, então, de esclarecer que o art. 10 é aquele que reavalia o

salário mínimo de outubro em quase 70 mil cruzeiros, inviabilizando completamente a economia.

Por esta razão, o voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados queiram registrar os seus códigos de votação.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB pede à sua bancada para votar “não”.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço permissão para orientar o voto. O Líder Humberto Souto cometeu um equívoco. O art. 10, inciso I, concede reajuste bimestral para o salário mínimo que ficou congelado em 42 mil cruzeiros, e teria direito somente à antecipação bimestral, se fosse derrubado o veto.

O PT mantém a sua posição: não vota. Dando **quorum**, vota pela derrubada do veto para manter, pelo menos, o reajuste bimestral no salário mínimo.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui citado nominalmente. Gostaria de lembrar ao Deputado Paulo Paim que o item I do art. 10 está correlacionado com o § 2º do art. 3º. É por isso que tem reflexo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada até que as luzes do posto se apaguem.

Nesta votação, certamente os Srs. Deputados não utilizarão os postos avulsos, porque já votaram nas respectivas bancadas.

O Sr. Jair Bolsonaro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JAIR BOLSONARO (PDC — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apesar de a Liderança do PDC ter encaminhado “sim” ao veto, meu voto foi “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A manifestação de V. Ex^a fica registrada.

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

José Carlos Sabóia
 José Reinaldo
 Paulo Marinho
 Roseana Sarney

Ceará

Antônio dos Santos
 Ariosto Holanda
 Edson Silva
 Ernani Viana
 Gonzaga Mota
 Jackson Pereira
 José Linhares
 Luiz Girão
 Luiz Pontes
 Marco Penaforte
 Maria Luiza Fontenele
 Moroni Torgan
 Orlando Bezerra
 Pinheiro Landim
 Ubiratan Aguiar
 Vicente Fialho

Piauí

Caldas Rodrigues
 Ciro Nogueira
 Felipe Mendes
 Jesus Tajra
 João Henrique
 José Luiz Maia
 Murilo Rezende
 Paes Landim
 Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves
 Fernando Freire
 Henrique Eduardo Alves
 Iberê Ferreira
 João Faustino
 Laíre Rosado
 Ney Lopes

Paraíba

Adauto Pereira
 Edivaldo Motta
 Efraim Moraes
 Evaldo Gonçalves
 Francisco Evangelista
 Ivandro Cunha Lima
 José Luiz Clerot
 José Maranhão
 Lúcia Braga
 Ramalho Leite
 Rivaldo Medeiros
 Vital do Rego

Pernambuco

Álvaro Ribeiro
 Fernando Bezerra Coelho
 Gilson Machado

Inocêncio Oliveira
 José Carlos Vasconcellos
 José Mendonça Bezerra
 José Moura
 José Múcio Monteiro
 Maurílio Ferreira Lima
 Mavíael Cavalcanti
 Nilson Gibson
 Osvaldo Coelho
 Pedro Corrêa
 Renildo Calheiros
 Ricardo Fiúza
 Roberto Franca
 Roberto Freire

Roraima

Alceste Almeida
 Júlio Cabral
 Marcelo Luz
 Ruben Bento
 Teresa Jucá

Amapá

Eraldo Trindade
 Fátima Pelaes
 Gilvan Borges
 Lourival Freitas
 Murilo Pinheiro
 Sérgio Barcellos
 Valdenor Guedes

Pará

Alacid Nunes
 Carlos Kayath
 Domingos Juvenil
 Giovanni Queiroz
 Hermínio Calvino
 Hilário Coimbra
 José Diogo
 Mário Chermont
 Osvaldo Melo
 Paulo Rocha
 Paulo Titan
 Socorro Gomes
 Valdir Ganzer

Amazonas

Átila Lins
 Beth Azize
 Euler Ribeiro
 José Dutra
 Pauderney Avelino
 Ricardo Moraes

Rondônia

Carlos Camurça
 Edison Fidélis
 Maurício Calixto
 Pascoal Novaes
 Reditário Cassol

Acre

Adelaide Neri
 Célia Mendes
 Francisco Diógenes
 João Maia
 João Tota
 Mauri Sérgio
 Ronivon Santiago
 Zila Bezerra

Tocantins

Derval de Paiva
 Edmundo Galdino
 Eduardo Siqueira Campos
 Freire Júnior
 Hagahús Araújo
 Leomar Quintanilha

Maranhão

César Bandeira
 Cid Carvalho
 Costa Ferreira
 Daniel Silva
 Eduardo Matias
 Haroldo Sabóia
 Jayme Santana
 João Rodolfo
 José Burnett
 Roberto Magalhães
 Salatiel Carvalho
 Wilson Campos

Alagoas

Antônio Holanda
 Augusto Farias
 Cleto Falcão
 José Thomaz Nonó
 Luiz Dantas
 Olavo Calheiros
 Roberto Torres
 Vitório Malta

Sergipe

Benedito de Figueiredo
 Cleonânicio Fonseca
 Djenal Gonçalves
 Jerônimo Reis
 José Teles
 Messias Góis
 Pedro Valadares

Bahia

Alcides Modesto
 Ângelo Magalhães
 Aroldo Cedraz
 Benito Gama
 Beraldo Boaventura
 Clóvis Assis
 Eraldo Tinoco
 Geddel Vieira Lima
 Genebaldo Correia

Haroldo Lima
 Jabes Ribeiro
 Jairo Azi
 Jairo Carneiro
 Jaques Wagner
 João Almeida
 João Carlos Bacelar
 Jonival Lucas
 Jorge Khoury
 José Carlos Aleluia
 José Falcão
 Jutahy Júnior
 Leur Lomanto
 Luís Eduardo
 Luiz Moreira
 Manoel Castro
 Pedro Irujo
 Prisco Viana
 Ribeiro Tavares
 Sebastião Ferreira
 Sérgio Brito
 Sérgio Gaudenzi
 Uldurico Pinto
 Waldir Pires

Minas Gerais

Aracely de Paula
 Armando Costa
 Avelino Costa
 Célio de Castro
 Edmar Moreira
 Elias Murad
 Fernando Diniz
 Genésio Bernardino
 Getúlio Neiva
 Humberto Souto
 Ibrahim Abi-Ackel
 Irani Barbosa
 João Paulo
 João Rosa
 José Aldo
 José Geraldo
 José Ulisses de Oliveira
 Lael Varella
 Luiz Tadeu Leite
 Marcos Lima
 Mário de Oliveira
 Maurício Campos
 Neif Jabur
 Nilmário Miranda
 Odelmo Leão
 Osmânio Pereira
 Paulino Cícero de Vasconcelos
 Paulo Afonso Romano
 Paulo Delgado
 Pedro Tassis
 Raul Belém
 Romel Anísio
 Ronaldo Perim
 Samir Tannús
 Sandra Starling
 Saulo Coelho
 Tilden Santiago

Vittorio Mediolí
Wagner do Nascimento
Wilson Cunha
Zaire Rezende

Espírito Santo

Aloizio Santos
Etevalda Grassi de Menezes
Jones Santos Neves
Jório de Barros
Nilton Baiano
Paulo Hartung
Rita Camata
Roberto Valadão
Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
Álvaro Valle
Arolde de Oliveira
Artur da Távola
Benedita da Silva
Carlos Alberto Campista
Carlos Santana
César Maia
Cidinha Campos
Eduardo Mascarenhas
Fábio Raunheitti
Flávio Palmer da Veiga
Francisco Dornelles
Francisco Silva
Jair Bolsonaro
Jamil Haddad
Jandira Feghali
José Carlos Coutinho
José Egydio
José Vicente Brizola
Junot Abi-Ramia
Laerte Bastos
Laprovita Vieira
Márcia Cibílis Viana
Marino Clinger
Miro Teixeira
Nelson Bornier
Paulo Almeida
Paulo Portugal
Paulo Ramos
Regina Gordilho
Roberto Jefferson
Rubem Medina
Sandra Cavalcanti
Sérgio Arouca
Sérgio Cury
Sidney de Miguel
Simão Sessim
Vivaldo Barbosa
Vladimir Palmeira
Wanda Reis

São Paulo

Alberto Goldman
Alberto Haddad

Aldo Rebelo
Aloizio Mercadante
André Benassi
Antônio Carlos Mendes Thame
Beto Mansur
Cunha Bueno
Diogo Nomura
Eduardo Jorge
Ernesto Gradella
Euclides Mello
Fábio Feldmann
Fabio Meirelles
Fausto Rocha
Florestan Fernandes
Gastone Righi
Geraldo Alckmin Filho
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Hélio Rosas
Irma Passoni
Jorge Tadeu Mudalen
José Cicote
José Dirceu
José Genofino
Jurandyr Paixão
Koyu Iha
Liberato Caboclo
Luiz Carlos Santos
Luiz Gushiken
Magalhães Teixeira
Maluly Netto
Manoel Moreira
Marcelino Romano Machado
Marcelo Barbieri
Maurici Mariano
Nelson Marquezelli
Oswaldo Stecca
Ricardo Izar
Robson Tuma
Solon Borges dos Reis
Tuga Angerami
Vadão Gomes
Valdemar Costa
Walter Nory

Mato Grosso

Augustinho Freitas
Jonas Pinheiro
José Augusto Curvo
Rodrigues Palma
Wellington Fagundes

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Benedito Domingos
Chico Vigilante
Eurides Brito
Maria Laura
Osório Adriano
Paulo Octávio
Sigmaringa Seixas

Goiás

João Natal
Lúcia Vânia
Luiz Soyer
Maria Valadão
Mauro Borges
Mauro Miranda
Osório Santa Cruz
Paulo Mandarinó
Pedro Abrão
Ronaldo Caiado
Virmondes Cruvinel

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo
Flávio Derzi
George Takimoto
José Elias
Marilu Guimarães
Nelson Trad
Valter Pereira
Waldir Guerra

Paraná

Antônio Barbara
Antonio Ueno
Basilio Villani
Carlos Roberto Massa
Carlos Scarpelini
Delcino Tavares
Edesio Passos
Élio Dalla-Vecchia
Flávio Arns
Ivanio Guerra
Joni Varisco
Luciano Pizzatto
Luiz Carlos Hauly
Matheus Iensen
Max Rosenmann
Munhoz da Rocha
Otto Cunha
Paulo Bernardo
Pedro Tonelli
Reinhold Stephanes
Renato Johnsson
Romero Filho
Rubens Bueno
Said Ferreira
Werner Wanderer
Wilson Moreira

Santa Catarina

Ângela Amin
César Souza
Dejandir Dalpasquale
Dércio Knop
Eduardo Moreira
Hugo Biehl
Luci Choinacki
Luiz Henrique
Nelson Morro
Neuto de Conto

Renato Vianna
Ruberval Pilotto

Rio Grande do Sul

Adão Pretto
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Amaury Müller
Antônio Britto
Arno Magarinos
Carlos Azambuja
Carlos Cardinali
Carrion Júnior
Celso Bernardi
Eden Pedroso
Fernando Carrion
Fetter Júnior
Germano Rigotto
Ibsen Pinheiro
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
Luís Roberto Ponte
Mendes Ribeiro
Nelson Jobim
Nelson Proença
Odacir Klein
Osvaldo Bender
Paulo Paim
Raul Pont
Telmo Kirst
Valdomiro Lima
Victor Faccioni
Wilson Müller.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos processar o encerramento da votação.

Resultado: “sim” 199, “não” 207, “abstenções” 6. Total: 412.

O veto, mantido na Câmara, não será submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos iniciar agora a votação do art. 13.

Os Líderes podem orientar suas bancadas.

Os Líderes já podem anunciar o posicionamento de suas respectivas bancadas. Com isso avançaremos.

O Primeiro Secretário procederá à leitura do art. 13, para pleno conhecimento dos Srs. Deputados e Senadores.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar que votei “não”, e meu nome não saiu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esta Presidência consigna a presença do nobre Deputado José Serra, uma das figuras mais atuantes desta Casa.

O Sr. 1º Secretário fará a leitura do art. 13.

É lido o seguinte:

Art. 13.

“Art. 13. A partir de janeiro de 1992, as regras estabelecidas nos arts. 3º, 4º e 10 desta lei serão modificadas de acordo com os seguintes critérios:

I — as antecipações previstas no art. 3º e no inciso I do art. 10 passarão a ser mensais;

II — o reajuste pela variação acumulada do INPC, previsto no art. 4º, passará a ser trimestral.

Parágrafo único. As regras dispostas nos artigos mencionados no **caput** deste artigo serão adaptadas, por ato do Poder Executivo, em função da presente mudança de frequência do reajuste.”

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Eis o texto da matéria cuja votação agora se processará.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PDT continua em processo de obstrução e não participará da votação para não convalidar a manutenção do veto.

O SR. GENEVALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PMDB votará “não”.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco votará “sim”.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Presidente, antes de orientar minha bancada, digo que a votação do art. 13 garantirá que a partir de janeiro do próximo ano os reajustes, em vez de serem de quatro em quatro meses, sejam de três em três meses. Embora eu saiba que todos os vetos pelo acordo serão mantidos, faço um apelo para que os partidos votem “não”.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, todas essas modificações influem diretamente na Previdência Social, motivo pelo qual o Presidente da República vetou tal matéria.

Portanto, o nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo processo eletrônico.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Srs. Deputados, queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

(*Procede-se à Votação*)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
Ruben Bento
Teresa Jucá

Amapá

Gilvan Borges
Lourival Freitas

Pará

Alacid Nunes
Giovanni Queiroz
Hermínio Calvino
Hilário Coimbra
José Diogo
Osvaldo Melo
Paulo Rocha
Paulo Titan
Socorro Gomes
Valdir Ganzer

Amazonas

Átila Lins
Beth Azize
Euler Ribeiro
José Dutra
Pauderney Avelino
Ricardo Moraes

Rondônia

Edison Fidelis
Pascoal Novaes

Acre

Adelaide Neri
Célia Mendes
João Maia
João Tota
Mauri Sérgio
Ronivon Santiago
Zila Bezerra

Tocantins

Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Freire Júnior
Hagahús Araújo
Leomar Quintanilha

Maranhão

Cesar Bandeira
Costa Ferreira
Daniel Silva
Haroldo Sabóia
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Reinaldo
Paulo Marinho
Roseana Sarney

Ceará

Antônio dos Santos
Ariosto Holanda
Gonzaga Mota
Jackson Pereira
José Linhares
Luiz Girão
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenele
Moroni Torgan

Orlando Bezerra
Ubiratan Aguiar
Vicente Fialho

Piauí

Caldas Rodrigues
Felipe Mendes
Jesus Tajra
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Paes Landim

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves
Fernando Freire
Henrique Eduardo Alves
Iberê Ferreira
João Faustino
Laíre Rosado
Ney Lopes

Paraíba

Adauto Pereira
Edivaldo Motta
Efraim Moraes
Francisco Evangelista
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
José Maranhão
Lucia Braga
Ramalho Leite
Rivaldo Medeiros
Vital do Rego

Pernambuco

Álvaro Ribeiro
Fernando Bezerra Coelho
Gilson Machado
Inocêncio Oliveira
José Mendonça Bezerra
José Moura
José Múcio Monteiro
Luiz Piauhylino
Maurílio Ferreira Lima
Mavíael Cavalcanti
Pedro Correa
Renildo Calheiros
Ricardo Fiúza
Roberto Franca
Roberto Freire
Roberto Magalhães
Salatuel Carvalho
Wilson Campos

Alagoas

Antônio Holanda
Augusto Farias
Cleto Falcão
José Thomaz Nonô
Roberto Torres
Vitório Malta

Sergipe

Benedito de Figueiredo
Cleonânicio Fonseca
Djenal Gonçalves
Everaldo de Oliveira
Jerônimo Reis
José Teles
Messias Góis
Pedro Valadares

Bahia

Aicides Modesto
Ângelo Magalhães
Aroldo Cedraz
Benito Gama
Beraldo Boaventura
Clóvis Assis
Eraldo Tinoco
Genebaldo Correia
Haroldo Lima
Jabes Ribeiro
Jairo Azi
Jairo Carneiro
Jaques Wagner
João Almeida
João Carlos Bacelar
Jonival Lucas
Jorge Khoury
José Carlos Aleluia
José Falcão
Jutahy Júnior
Luís Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Pedro Irujo
Prisco Viana
Ribeiro Tavares
Sebastião Ferreira
Sérgio Brito
Uldurico Pinto
Waldir Pires

Minas Gerais

Aécio Neves
Agostinho Valente
Armando Costa
Avelino Costa
Edmar Moreira
Elias Murad
Fernando Diniz
Genésio Bernardino
Getúlio Neiva
Humberto Souto
Ibrahim Abi-Ackel
Irani Barbosa
João Rosa
José Aldo
Lael Varella
Luiz Tadeu Leite
Marcos Lima
Mário de Oliveira
Maurício Campos

Neif Jabur
 Nilmário Miranda
 Odelmo Leão
 Osmânio Pereira
 Paulino Cícero de Vasconcelos
 Paulo Afonso Romano
 Paulo Delgado
 Pedro Tassis
 Raul Belém
 Romel Anísio
 Ronaldo Perim
 Samir Tannus
 Sandra Starling
 Saulo Coelho
 Tilden Santiago
 Vittorio Mediolí
 Wagner do Nascimento
 Wilson Cunha
 Zaire Rezende

Espírito Santo

Aloizio Santos
 Etevalda Grassi de Menezes
 Jones Santos Neves
 Nilton Baiano
 Paulo Hartung
 Rita Camata
 Roberto Valadão
 Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
 Arolde de Oliveira
 Benedita da Silva
 Carlos Alberto Campista
 Carlos Santana
 César Maia
 Cidinha Campos
 Eduardo Mascarenhas
 Flávio Palmier da Veiga
 Francisco Dornelles
 Jair Bolsonaro
 Jamil Haddad
 Jandira Feghali
 José Egydio
 José Vicente Brizola
 Junot Abi-Ramia
 Laerte Bastos
 Márcia Cibílis Viana
 Marino Clinger
 Nelson Bornier
 Paulo Portugal
 Roberto Jefferson
 Rubem Medina
 Sandra Cavalcanti
 Sérgio Arouca
 Sidney de Miguel
 Simão Sessim
 Vladimir Palmeira
 Wanda Reis

São Paulo

Alberto Goldman
 Alberto Haddad
 Aldo Rebelo
 Aloizio Mercadante
 André Benassi
 Antônio Carlos Mendes Thame
 Cunha Bueno
 Diogo Nomura
 Edevaldo Alves da Silva
 Eduardo Jorge
 Ernesto Gradella
 Euclydes Mello
 Fábio Feldmann
 Fábio Meirelles
 Fausto Rocha
 Florestan Fernandes
 Gastone Righi
 Geraldo Alckmin Filho
 Heitor Franco
 Hélio Bicudo
 Irma Passoni
 Jorge Tadeu Mudalen
 José Cicote
 José Dirceu
 José Genoíno
 José Serra
 Jurandyr Paixão
 Koyu Iha
 Liberato Caboclo
 Luiz Gushiken
 Magalhães Teixeira
 Maluly Netto
 Manoel Moreira
 Marcelino Romano Machado
 Marcelo Barbieri
 Maurici Mariano
 Mendes Botelho
 Nelson Marquezelli
 Osvaldo Stecca
 Ricardo Izar
 Roberto Rollemberg
 Solon Borges dos Reis
 Tuga Angerami
 Vadão Gomes
 Walter Nory

Mato Grosso

Augustinho Freitas
 Jonas Pinheiro
 Rodrigues Palma
 Wellington Fagundes

Distrito Federal

Augusto Carvalho
 Benedito Domingos
 Chico Vigilante
 Eurides Brito
 Maria Laura
 Osório Adriano
 Sigmaringa Seixas

Goiás

João Natal
Lúcia Vânia
Luiz Soyer
Mauro Borges
Mauro Miranda
Osório Santa Cruz
Paulo Mandarino
Pedro Abrão
Ronaldo Caiado
Virmondés Crúvinel

Mato Grosso do Sul

Elsio Curvo
Flávio Derzi
George Takimoto
Maritu Guimarães
Nelson Trad
Valter Pereira
Waldir Guerra

Paraná

Antônio Barbara
Antonio Ueno
Basílio Villani
Carlos Scarpelini
Delcino Tavares
Edesio Passos
Flávio Arns
Joni Varisco
Luciano Pizzatto
Max Rosenmann
Munhoz da Rocha
Otto Cunha
Paulo Bernardo
Pedro Tonelli
Reinhold Stephanes
Renato Johnsson
Romero Filho
Rubens Bueno
Said Ferreira
Werner Wanderer
Wilson Moreira

Santa Catarina

Ângela Amin
César Souza
Dejandir Dalpasquale
Dércio Knop
Eduardo Moreira
Hugo Biehl
Luci Choinacki
Luiz Henrique
Nelson Morro
Neuto de Conto
Ruberval Pilotto

Rio Grande do Sul

Adão Preto
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Amaury Müller

Antônio Britto
Arno Magarinos
Carrion Júnior
Celso Bernardi
Eden Pedroso
Fernando Carrion
Fetter Júnior
Germano Rigotto
Ibsen Pinheiro
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
Jorge Ueque
José Fortunati
Luis Roberto Ponte
Mendes Ribeiro
Nelson Jobim
Nelson Proença
Odacir Klein
Paulo Paim
Paulo Pont
Telmo Kirst
Valdomiro Lima
Victor Faccioni

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vou encerrar a votação.

Votaram “sim” 163 Deputados; “não” 174; abstenções, 8. Total, 345.

O veto, mantido na Câmara dos Deputados, não será submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A votação seguinte diz respeito ao art. 14, de cujo teor o Sr. Secretário dará conhecimento à Casa.

É lido o seguinte:

“Art. 14. Na hipótese de a variação acumulada do INPC no trimestre anterior atingir percentual igual ou superior a 15% (quinze por cento), e ressalvado o disposto no art. 15 desta lei, a parcela salarial compreendida entre três e sete salários mínimos será corrigida pelo resíduo inflacionário observado no período.

§ 1º Considera-se resíduo inflacionário o percentual que, aplicado cumulativamente sobre 15% (quinze por cento), produza percentual equivalente à variação acumulada do INPC no trimestre anterior.

§ 2º As faixas superiores a três salários mínimos incorporarão, como adiantamento, o aumento absoluto das faixas inferiores, compensando-o no mês do reajuste previsto no art. 15 desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Eis o texto da matéria cuja votação será agora processada pelo Congresso Nacional.

Os Líderes poderão orientar as suas bancadas.

Concedo a palavra ao nobre Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero tratar de um problema sério.

Não é a primeira vez que acontece isso. Os partidos se reuniram, a Liderança do Governo trouxe uma proposta oficial, e o Presidente do INSS acompanhou os entendimentos. O Líder do Governo assegurou a todos os partidos que daria um abono de cerca de dez mil cruzeiros, válido para novembro e dezembro com repercussão no 13º salário. Assegurou ainda

que daria aos aposentados um aumento, a partir 1º de novembro, da ordem de 79,9%.

Pois bem, em meio à votação, quando os vetos estão sendo mantidos, e por ampla margem, o Sr. Líder do Governo para nós passa a dizer que, como o PMDB ou o PDT não estão votando com ele os vetos, o que é uma aberração, não se sente obrigado a manter a proposta.

Diante disso, Sr. Presidente, ninguém mais tem obrigação de manter os vetos, nem de se manter aqui. Faço um apelo não só aos integrantes da minha bancada, mas também aos demais Congressistas, que, de boa-fé, venceram a obstrução, permitindo a votação dos vetos, para que se abstenham, não votem, mas se retirem do Plenário ou fiquem e não votem. **Semquorum**, cairá a sessão, e o Governo, desta vez, terá que manter a proposta.

Que se mantenham todos, então, em obstrução, porque o não-cumprimento da palavra do Governo pela segunda vez em pouco tempo nos leva a não poder acreditar nela. Não admito isso. Palavra empenhada tem que ser cumprida. O Líder do Governo não poderia fazer isso, não poderia trair os entendimentos que teve com todas as Lideranças, de público.

Portanto, concito todos os Congressistas, sejam dos partidos de situação, sejam dos partidos aliados, a interromper a votação. Que não se vote, que caia a sessão, para que a Liderança do Governo volte aqui, empenhe a sua palavra de público e não nos decepcione, como está pretendendo fazer agora.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando a política salarial foi aprovada no Congresso Nacional, a aprovação se deu em razão de acordo com as Lideranças do Governo.

O acordo não foi cumprido pelo Presidente da República, deixando numa situação aparentemente delicada as Lideranças do próprio Governo, que perderam credibilidade para a feitura de novos acordos.

Não é possível que o Deputado Gastone Righi, com todo respeito que tributo a S. Exª, ainda se surpreenda com determinados comportamentos vindos da Liderança do Governo, pois se trata da Liderança de um Governo que não cumpre os acordos feitos. Estamos neste impasse exatamente em função do descumprimento de acordos por parte do Governo, comprometendo as suas Lideranças.

De qualquer maneira, é preciso que este Congresso, que os partidos de Oposição compreendam o seu papel e exijam primeiro do Governo a providência para depois cumprir o acordo. Vamos inverter a mão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Continua em votação a matéria, com a orientação dos Líderes.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, a esta altura dos nossos trabalhos, pede tranquilidade aos Srs. Parlamentares, para que possamos prosseguir.

Vamos deixar os ânimos serenarem para prosseguirmos os trabalhos. É um apelo da Mesa aos Srs. Deputados.

Aqui estão hoje 400 Srs. Deputados e Srs. Senadores.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, V. Exª me concederia a palavra para um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª para um esclarecimento.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Gastone Righi veio à tribuna solicitar da Liderança do Governo um posicionamento com referência aos entendimentos que foram iniciados hoje à tarde e continuaram à noite no gabinete do Líder Genebaldo Correia.

Ocorre que aquela Liderança recebeu autorização para formular uma proposta de acordo na mesa de Lideranças. A proposta consistia na remessa de um projeto de abono de 10% em novembro e 10% em dezembro, com reflexos no salário mínimo, e eu disse, desta tribuna, qual era a proposta do Governo, e no comprometimento de remeter um projeto — aliás não seria um projeto, mas uma emenda ao projeto do abono, no que se refere à incorporação do INPC completo no lugar da cesta básica de 54%, ou seja, para fazer com que se aproximasse de 80% a correção dos salários daquela época, a serem pagos no mês de janeiro vindouro.

Os Deputados que participaram do acordo, ao qual o Deputado Gastone Righi esteve presente, são testemunhas de que a Liderança do Governo disse que a proposta do Governo era para um acordo. Pois bem, Sr. Presidente, os Líderes da Oposição não aceitaram a proposta do acordo e entenderam que a matéria deveria vir para o Congresso para ser votada descomprometidamente.

Procurei o Deputado Genebaldo Correia, que presidiu os trabalhos, e perguntei a S. Exª como ficava a proposta do Governo, e S. Exª me respondeu: “não temos compromisso com o Governo, nem o Governo tem compromisso com a proposta”. Esta foi a informação que dei ao Deputado Victor Faccioni, Líder do PDS, quando S. Exª me procurou, que, por sua vez, a transmitiu ao Deputado Gastone Righi.

Entretanto, Sr. Presidente, não há dúvida de que, sendo mantidos os vetos e a complementação do acordo sendo cumprida, o Congresso Nacional viabilizará a forma legal de se passar a recolher o Finsocial, que a Previdência não está recolhendo e que faz parte do acordo proposto, porque é dessa arrecadação que advirá a possibilidade de pagar a diferença do percentual de 54% e 80%. Não há por que o Governo deixar de cumprir o compromisso. Não há por que o Deputado Gastone Righi tomar a posição que tomou. Esta é a posição do Governo. Este é o esclarecimento que precisa ser feito. Não há por que o Deputado Gastone Righi levantar dúvidas com referência a esse cumprimento. Mas não se pode deixar de colocar na mesa as condicionantes para o cumprimento do acordo. Se os Líderes não assumiram o compromisso que foi posto na mesa pelos próprios Líderes, o Governo terá que fazer um levantamento para saber se a Previdência terá condições de pagar o seu Finsocial. Mas se os Líderes assumiram o compromisso — e neste momento ainda é tempo para que o Finsocial tenha uma solução legal para ser recolhido — o Governo assume o compromisso proposto no Colégio de Líderes, embora os Líderes tenham dito ao Deputado Humberto Souto, que não havia nenhum compromisso. Os próprios Líderes desobrigaram o Líder do Governo do cumprimento de qualquer compromisso.

Entretanto, o Líder do Governo não deixará de cumprir o compromisso assumido, nos termos em que foi proposto

na mesa de negociação, no gabinete do Líder Genebaldo Correia.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado pelo nobre Líder Humberto Souto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é verdade que os partidos de oposição não fizeram acordo com o Governo em relação às propostas por ele apresentadas. Os partidos de Oposição decidiram vir a Plenário para votar contra o veto. Mas também é verdade que o PMDB suspendeu a obstrução em função de o Governo ter colocado na mesa as propostas.

Informamos isso na reunião, ou seja, que o fato de o Governo voltar à mesa de negociações, trazendo suas propostas, determinava, por parte do PMDB, a suspensão da obstrução.

Não assumimos compromisso em relação ao mérito da proposta. Mas foi o gesto do Governo de apresentar propostas que levou o PMDB a suspender a obstrução. E — o que é mais grave, Sr. Presidente — o PDS, o PTB e o PL tinham compromisso com os partidos de Oposição de votar contra o veto ao parágrafo único do art. 8º e comunicaram que não mais nos acompanhavam na derrubada do veto. Ficou aqui provado que, se tivessem esses partidos — PTB, PDS e PL — votado contra o veto, ele seria derrubado, porque somariam aos nossos 222 votos.

Registro, então, a minha solidariedade ao PDS, ao PTB e ao PL, que foram traídos pela posição assumida pelo Líder do Governo, que ofereceu uma proposta, e em função dela deixaram de votar contra o veto.

Portanto, Sr. Presidente, não estou aqui para fazer ameaça ao Governo, muito menos ao seu Líder, mas quero dizer que esta Casa vai continuar votando, e que nós temos matérias importantes a apreciar. Queremos a negociação, mas o Governo não pode utilizar esse expediente para sair da mesa da negociação. A obstrução que fizemos, objetiva forçar o Governo a negociar.

Vamos fazer a negociação. Esse é o estado de espírito do PMDB. Creio que, se o Líder do Governo mantiver esta posição, estará contribuindo para que o processo normal de funcionamento da Casa seja cumprido.

É a ponderação que faço neste momento, ao tempo em que apresento a minha solidariedade aos Líderes do PTB, PDS e PL, que foram traídos pela manifestação do Líder do Governo.

O Sr. Paulo Mandarino — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PDC participou ativamente de todas as negociações ocorridas nestes últimos dias. Há uma plena consciência do desenrolar desses acontecimentos, e foi motivo exatamente do meu pronunciamento e dos cumprimentos efusivos ao Líder do Governo pela maneira hábil e coerente com que essa matéria foi conduzida.

O que aconteceu na reunião da Liderança do PMDB é que este e os outros partidos que estavam fazendo obstrução nesta Casa não concordaram com a proposta do Governo

para formar um acordo. Mas os quatro outros partidos, o PDS, o PTB, o PL — e deixei por último o meu partido, o Partido Democrata Cristão — tiveram grande empenho e asseguraram ao Governo que estavam participando deste acordo. A soma desses partidos, juntamente com o Bloco, liderado pelo ilustre Deputado Ricardo Fiúza, representa maioria absoluta nesta Casa. A prova é que os vetos estão sendo mantidos. Tenho plena confiança em que o Líder Humberto Souto manterá a palavra empenhada. (Palmas.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, serei breve. Em primeiro lugar, não está muito claro essa relação entre a Liderança do Governo, o PTB, o PL e o PDS. Na reunião de Liderança, pedimos qual era a posição desses três partidos, e eles comunicaram que, diante da proposta do Governo, não nos acompanhavam na derrubada do veto. É importante que a Casa saiba que o levantamento que fizemos na caneta bateu com a votação que o painel revelou.

Sr. Presidente, nesta relação de não cumprimento, quem saiu prejudicado, jogado para escanteio e rifado foi o trabalhador que ganha um salário mínimo, porque o veto ao art. 8º já foi mantido. É grave essa situação.

Por isso, Sr. Presidente, dissemos que não íamos participar do acordo. Em segundo lugar, não participamos da votação. Em terceiro, não íamos retirar nossos destaques, porque há outros importantes. Cito, por exemplo, o do art. 18. Há também outros destaques em relação a perdas salariais.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo à Liderança do PTB: se quiser assumir a posição mais correta da derrubada do veto ao art. 8º — e tínhamos derrubado, pois chegamos ao nº 222 — devemos, neste momento, endurecer a posição em relação ao Governo. Vamos suspender, isto sim, a votação. Lamentavelmente, este acordo não cumprido já conseguiu arrebentar a vida dos trabalhadores que ganham um salário mínimo, porque o art. 8º já foi mantido. Não adianta chorar o leite derramado.

Queremos fazer esta denúncia e deixar claro que o Governo tem outras matérias, como o ajuste fiscal. Se continuar com esse tipo de prática, é bom que fique claro que o Governo é quem está usando de procedimentos para impedir as votações dentro desta Casa, porque não podemos votar nenhum acerto sobre matéria de maior importância, como é, por exemplo, a que trata do ajuste fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, minha responsabilidade de Líder do Bloco me obriga a vir à tribuna. Começo pelas palavras do Deputado José Genoíno. É lamentável, é triste constante que Líderes, na hora de uma votação, procurem tirar dividendos de fatos que não existem, rompendo o equilíbrio, a serenidade e o companheirismo que há na mesa de negociações. O Deputado Humberto Souto errou ao tentar ser muito preciso, narrando com detalhes os fatos para a Casa, que não acompanhou a discussão da maioria. Disse S. Exª que o Governo levou à mesa uma proposta, rejeitada pelos partidos de Oposição. Portanto, o Governo não tem compromisso com

esses partidos que se negaram a fazer os acordos, mas, sim, com os partidos...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência lembra aos Srs. Parlamentares que a palavra está assegurada ao Líder Ricardo Fiúza. Os Líderes se sequenciarão na tribuna. Atenção para o orador.

O SR. RICARDO FIÚZA — Gostaria de deixar bem claro que não houve nenhum acordo com a Oposição para que não se obstruísse mais a votação. E, em nenhum momento — o Líder deixou bem claro isso — havia compromisso com esses partidos, mas, sim, com o PTB, PDC, PL, PDS, que mudaram sua posição com o Bloco, na pessoa do Líder, que acompanhou desde o primeiro dia as negociações. A única coisa que ficou implícita neste acordo com todos os partidos — e foi unânime a resposta a esta parte — Sr. Presidente, é que a Casa inteira iria viabilizar a aplicação do Finsocial, modernizando a legislação pertinente, porque, sem esses recursos, não poderia o Governo cumprir este compromisso. Naquela hora, o próprio Deputado Vivaldo Barbosa virou-se para mim e disse: “Isto eu assino até agora, neste instante”

Fora disso, não houve, em nenhum momento, tibieza, não houve recuo do Governo. O que está havendo é má-fé daqueles que querem utilizar esse argumento para mais uma vez obstruir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, estivemos na reunião da Oposição com os Líderes do Governo. Quero aqui dizer que realmente não houve nenhum acordo entre as partes. O que se está discutindo aqui é que na realidade o Governo, com o pronunciamento do seu Líder Humberto Souto, acabou de puxar o tapete debaixo de partidos como o PDT, o PDS, o PL e o PDC, os quais, em cima de uma proposta que iria chegar do Governo, tomaram a posição de votar pela manutenção dos vetos.

É preciso ficar claro que a Oposição disse que, caso não conseguísse derrubar os vetos, para o que batalháramos com muita força, passaria ao debate em torno da proposta que chegava ao Congresso, estendendo abono aos aposentados, direito que já têm como líquido e certo. Portanto, isso não significa nenhum favor deste Governo.

A posição deste Governo, que não é, nem nunca foi, confiável, deve fazer com que esses partidos, em respeito à ética, neste momento, somem-se à Oposição e passem a derrubar os vetos, exigindo do Governo uma postura mais digna em relação ao Congresso Nacional.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V.Ex^a está com a palavra. Logo em seguida, eu a concederei ao Líder Victor Faccioni.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero reafirmar a V.Ex^a, a todos os companheiros, especialmente aos Líderes, que o Deputado Ricardo Fiúza tem inteira razão quando descreve a reunião em que não houve acordo entre o Governo e a Oposição.

Por isso, a bancada do PDT, por sua Liderança, na mesa de negociação, foi a única a dizer que se mantinha na sua

postura de obstrução, porque não se tinha chegado a qualquer acordo com o Governo.

O Governo ofereceu proposta de concessão de um abono irrisório. Não a aceitamos; o Governo ofereceu dar, aos aposentados, ao invés de 57%, 79%, desde que negássemos aos mesmos o direito de continuarem pleiteando o reajuste de 147%. Também não aceitamos; mantivemo-nos na mesma posição.

Portanto, o Deputado Ricardo Fiúza tem inteira razão. Mantivemo-nos na mesma postura desde a semana passada, sem acordo com o Governo, sem esperança de derrubar qualquer veto. Mantivemo-nos nessa posição.

Foi pena, Sr. Presidente, Srs. Líderes, que as demais bancadas de Oposição não se tenham somado a nós: foi pena que tenham vindo aqui dar **quorum**, legitimando, consolidando a manutenção do veto.

Se tivéssemos todos compreendido que o Governo não oferecia nada, que queria que sacrificássemos os aposentados, a Oposição teria mantido a obstrução, e o Governo estaria agora em maus lençóis. O Governo ganhou. Tem razão o Deputado Ricardo Fiúza. O Governo ganhou, manteve seus vetos e trouxe muitas bancadas para o processo legislativo. Ainda é tempo de as bancadas assumirem as suas posturas originais. Ainda é tempo de compreendermos que o Governo nada deu, que está obtendo mais e mais sacrifícios dos aposentados. Ainda é tempo de todas as demais bancadas de Oposição virem somar-se a nós, manter-se, como estamos desde o começo, em atitude de obstrução, que é a única atitude de respeito ao trabalhador, a única atitude de lealdade aos aposentados.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Líder do PDS, Victor Faccioni. Em seguida, voltaremos à apreciação da matéria já anunciada.

O SR. VICTOR FACCIANI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, desde o início, temos participado da discussão dos vetos do Governo à política salarial, notadamente aos arts. 8º e 18, no que diz respeito ao reajuste dos aposentados. A situação daqueles que ganham salário mínimo e dos aposentados da Previdência Social efetivamente, merece atenção muito especial, porquanto estão passando por um desajuste de renda dos mais injustos do ponto de vista de política econômica e social.

Levantamos, junto com as demais bancadas, a possibilidade, inclusive, de participarmos da derrubada do veto ao art. 8º, inciso I, e ao art. 18. Estivemos com o Ministro da Justiça hoje à tarde e com o Líder do Governo, Humberto Souto, e admitimos rever a nossa posição com respeito à proposta que recebemos dos Líderes de diversos partidos, que, inclusive, estiveram na Liderança do PDS: líderes do PDT, do PT, do PMDB, do PTB, do PDC, do PL e de todos os demais. Hoje à tarde, recebemos do Líder do Governo, Humberto Souto, a afirmação de que este se dispunha a rever a questão dos proventos dos aposentados da Previdência Social, no que diz respeito ao questionamento na Justiça, onde o Governo vinha mantendo uma posição de defesa do reajuste de 54,7%, contra o questionamento das entidades dos aposentados, que reivindicam esse reajuste na base de 147%.

Na Liderança do PMDB, ouvimos dirigentes da Associação dos Aposentados do Brasil aceitando uma correção pelo índice de 79% para os aposentados, desde que eles pudessem continuar sua luta no Judiciário em favor do pleito de 147%. Abrimos mão da nossa posição, do nosso questionamento, na medida em que o Líder do Governo assegurou que o Governo abriria essa perspectiva, estendendo o abono de dez mil cruzeiros do mês de dezembro para quem recebe salário até 52 mil cruzeiros e o reconhecimento do direito ao reajuste de 79% para os aposentados, pagando a diferença do reajuste que já foi feito, à base de 54%.

Em decorrência disso, Sr. Presidente, nós nos dispusemos a participar dessa votação, assegurando ao Governo condições para tanto. Desta forma, aqui estamos e aqui continuaremos, com a nossa bancada, confiando em que o Governo honrará sua palavra, honrará o compromisso que conosco assumiu o Líder do Governo, o nobre Deputado Humberto Souto, compromisso do qual participou o Líder do Bloco, Deputado Ricardo Fiúza, e com o qual acordaram não só os Deputados da minha bancada, como também os Deputados do PL, na palavra do Líder Ricardo Izar, os Deputados do PTB, na palavra do Líder Gastone Righi, e os Deputados do PDC, na palavra do Líder Paulo Mandarino.

Então, Sr. Presidente, independente de qualquer mal-entendido, temos como claro o compromisso do Governo nesse sentido. Vamos honrar o nosso compromisso e a nossa posição; vamos acreditar no Governo e confiar em que cumprirá com a sua parte e não deixará os aposentados à margem de um reajuste que consideramos o mínimo que a eles deve ser entendido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Líder do PL, Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vou ser bem rápido e claro. O PL fez um acordo com o Líder do Governo. Fomos à tribuna, mostramos o nosso posicionamento. Mudamos o nosso posicionamento por quê? Porque o Governo trouxe um benefício para o aposentado e apresentou o projeto de abono.

A fim de esclarecer definitivamente isso, convido o Líder do Governo a vir a esta tribuna e manter o acordo feito principalmente com os quatro partidos: o PL, o PDC, o PTB e o PDS.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Líder Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem Revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nenhum momento o Líder do Governo negou que esteve sentado à mesa de negociações e fez uma proposta para o entendimento.

O Líder do Governo reafirma neste momento as propostas feitas na mesa de negociações — os dez mil cruzeiros de abono nos meses de novembro e dezembro, com reflexos no 13º salário, e a reformulação dos 54%, a ser paga no mês de janeiro. O Governo reafirma que estão mantidas as propostas que foram feitas e estão abertas — ou continuam abertas — as negociações no Colégio de Líderes. (Palmas)

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem que acabou gerando esta celeuma. Agora o Líder do Governo reafirma a sua palavra, desta vez com o testemunho de todos os presentes, e fica o registro nos Anais da Casa.

O PTB passa a colaborar para que seja feita a votação do veto. Mas quero, antes de mais nada, desdizer ou desmistificar a falsidade, o farisaísmo do Sr. Líder do PT ao ocupar a tribuna. É muito própria de S. Exª a utilização desses expedientes. Em nenhum momento a Liderança do PTB mudou a sua posição em relação aos vetos salariais. Manteve sempre a sua posição de votar “não”. Quanto ao que sempre se empenhou junto à Liderança do Governo foi no sentido de fazer número, de procurar os demais membros deste colegiado, para que aqui estivessem presentes, viabilizando a votação. No mesmo sentido a Liderança do PMDB também se comprometeu e cumpriu, o mesmo fazendo a Liderança do PSDB. Aqui foram votados os vetos, e o Governo — como já sabíamos — conseguiu manter todos eles. Portanto, não houve nenhum motivo para que o Governo voltasse atrás. Não seria porque mantive desde o início o voto contra o veto — o PMDB também o fez — que nós estaríamos traindo qualquer acordo. Assim, diante da afirmação ou da reafirmação do Líder do Governo de que a mensagem será mandada à Câmara dos Deputados, o PTB volta a colaborar para que haja a votação do veto e manterá seu voto, dizendo “não” aos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência dará a palavra ao último Deputado, o Líder do PT, que foi citado nominalmente. Fora disso não mais concederá a palavra e colocará em votação a matéria que já foi anunciada. (Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui citado e tenho direito regimental à resposta. Quero repudiar e denunciar os termos colocados pela Lideranças do PTB, até porque não estou aqui, como Líder da minha Bancada e como Deputado, para participar de qualquer teatro ou encenação. Estamos aqui para fazer um jogo aberto, transparente e democrático e não uma encenação com o Plenário, com as Lideranças e com a opinião pública. Esta não é a nossa atitude.

Dissemos, na reunião de Lideranças, que o acordo era inaceitável para a nossa bancada. A bancada do PT foi a primeira a se manifestar após o pronunciamento da Liderança do PMDB.

Em segundo lugar, dissemos que seria fundamental a derrubada do veto ao art. 8º e lamentamos que o PTB, o PL e o PSDB não estivessem conosco na derrubada desse veto. Mais uma vez acertaram uma encenação. O Governo voltou atrás, e tivemos aqui uma peça de teatro. O Congresso Nacional não pode ser um teatro. Tem que exigir posições políticas transparentes, e não encenações. É isto que desgasta o Congresso Nacional, e não é esta a nossa missão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PST — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Social Trabalhista vota “não”.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT, como na primeira votação, se mantém em obstrução e só votará se houver **quorum**. O voto será “não”. Fazemos um apelo a todos os partidos para que votem “não”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Declaro encerrada a discussão.

Como todos os Líderes já orientaram as suas bancadas, solicito a todos os Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recomendo o voto “sim”.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço aos companheiros do Bloco que votem “sim”.

(Procede-se à votação)

O Sr. Inocêncio Oliveira, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que ainda se irão processar várias votações na noite de hoje. Há uma previsão do 1º Secretário de que os trabalhos cheguem até às quatro horas da manhã. Os Srs. Parlamentares devem permanecer no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica aos Srs. Deputados que ainda não exerceram o seu direito de voto que os postos avulsos da esquerda permanecem em condições de uso imediato.

Informamos que vamos processar ainda, possivelmente, cinco votações nesta noite.

A Presidência está colocando sobre a mesa as urnas para receber as cédulas únicas, porque, logo após a votação da política salarial, passaremos à votação através de cédulas únicas. Conforme foi acertado, serão votados simultaneamente 23 vetos. Com isso, desobstruiremos a pauta da *Ordem do Dia* da sessão de hoje.

Perguntamos se ainda há algum Deputado que não tenha exercido o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência deseja indagar aos nobres Deputados que se encontram à esquerda da Mesa se alguém deixou de exercitar o direito de voto.

O Sr. Victor Faccioni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VICTOR FACCIANI (PDS — RS. sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sugiro a V. Exª que acione as campanhas externas. Há inclusive Parlamentares nos corredores, e faltam apenas dois votos para dar **quorum**, a fim de que possamos prosseguir com a votação.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelo para V. Exª no sentido de que encerre a votação. Não há mais Deputados votando.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa normalmente recebe apelo para protelar o prazo e receber os votos. É a primeira vez que a Mesa recebe apelo nesse sentido.

O SR. PAULO PAIM — Falo em nome dos aposentados, dos trabalhadores, inclusive daqueles que ganham um salário mínimo e que poderão ainda ver pelo menos um veto derrubado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais ninguém votando?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, existe uma tradição na Casa de o Presidente determinar um tempo para que os Parlamentares possam chegar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa já o encerrou.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Paulo Paim está presente e não votou o veto. Seu nome tem que ser computado. O nobre Deputado Vivaldo Barbosa está presente também. Peço a V. Exª que, de acordo com o Regimento, faça computar o seu voto.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, por orientação do Presidente da Câmara, nós teríamos que estar presentes no plenário.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se, estando presente o Deputado, o seu voto não será contado. Inclusive o próprio Deputado Paulo Paim, que acabou de falar, os Deputados José Genoíno, Jandira Feghahi e Vivaldo Barbosa estão presentes. Peço a V. Exª, como é do Regimento, que considere esses votos para efeito de **quorum**.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, por uma decisão do Presidente da Câmara, os Parlamentares devem vir ao plenário e dizer que estão em obstrução. Peço a V. Exª que encerre a votação, porque não houve **quorum**. (Palmas.)

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, V. Exª não respondeu à liderança. Art. 293.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência admitirá por dois minutos ainda o exercício do voto. Se, nesse espaço de tempo, não aparecer mais ninguém, às 23h30min será encerrada a votação. É de dois minutos, portanto, a tolerância da Mesa.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, faça uma consulta a V. Exª acerca do item 7º do art. 293 do Regimento do Senado, que determina que o voto seja computado para efeito de **quorum**.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, a votação é secreta.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, formule uma questão de ordem. Essa liderança não merece de V. Exª uma resposta?

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, o Parlamentar que votar agora, se houver **quorum**, será culpado pelo prejuízo dos aposentados e dos assalariados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa aguardará mais sessenta segundos.

O Sr. Paulo Paim — O Parlamentar que votar agora será o culpado pela manutenção de todos os vetos. O nome dele irá para o painel e sairá na imprensa amanhã. Aquele que registrar seu voto agora será o grande culpado. Não queremos que isso aconteça, até porque a votação é secreta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais nenhum Deputado para exercer o direito de voto. (Palmas.) Faltou apenas um Deputado para garantir o **quorum** na votação.

Em razão disso, a Mesa lamenta proclamar a inexistência de **quorum** para o prosseguimento da votação. (Palmas.)

As demais matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, ficam igualmente com a apreciação adiada.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada por falta de **quorum**.

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extensão e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990
(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem),

que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 1990
(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 50, DE 1990
(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 176, DE 1989
(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. (Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;

- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- item V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;
- art. 34;
- parágrafo único do art. 37;
- art. 38;
- art. 39;
- art. 40;
- art. 41;
- art. 43;
- art. 44;
- art. 46;
- item IV do art. 48;
- § 1º do art. 50;
- art. 51;
- art. 53;
- art. 54;
- art. 55;
- art. 57;
- art. 61;
- art. 62;
- art. 63;
- art. 64;
- art. 67;
- art. 68;
- art. 69;
- art. 70;
- art. 71;
- art. 72;
- art. 73;
- art. 74.;
- art. 75;
- art. 76;
- art. 77;
- art. 78;
- art. 79;
- art. 80;
- itens I, VII, IX do art. 81;
- itens II, III e VII do art. 82;
- art. 83;
- art. 86;
- art. 2º do art. 87;
- art. 88;
- art. 90;
- art. 91;
- art. 92;
- item V do art. 96;
- § 1º do art. 99;
- art. 100;
- art. 101;
- art. 105;

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 1991
(Medida Provisória nº 294/91)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. (Mens. nº 37/91-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 9º; e
- art. 34.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1990
(Nº 3.287/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. (Mens. nº 38/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 1988
(Nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. (Mens. nº 39/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1991
(Nº 290/91, na Casa de origem)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mens. nº 40/91-CN.)

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 1990
(Nº 2.912/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder baiano, no Estado de Sergipe. (Mens. nº 41/91-CN.) Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Ita-

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

12

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 18, DE 1991
(Nº 81/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. (Mens. nº 42/91-CN.)

Parte vetada:

— § 3º do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 12, DE 1991
(Nº 4.575/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. (Mens. nº 43/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 2º do art. 1º; caput do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 73, DE 1990
(Nº 1.580/89, na Casa de origem)

Votação, em turno do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. (Mens. nº 44/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

15

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 98, DE 1990
(Nº 3.201/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 613 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. (Mens. nº 54/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 1990
(Nº 4.434/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. (Mens. nº 46/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1991
(Nº 885/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. (Mens. nº 51/91-CN.)

Partes vetadas:

— arts. 3º e 5º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 1984
(Nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. (Mens. nº 53/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1990
(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. (Mens. nº 54/91-CN.)

prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1989
(Nº 889/88, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230 — Transamazônica. (Mens. nº 55/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1990
(Nº 6.821/85, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves". (Mens. nº 56/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1991
(Nº 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 1990
(Nº 3.672/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. (Mens. nº 62/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 1984
(Nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. (Mens. 63/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1991
(Nº 4.785/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. (Mens. nº 64/91-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 9º;
- art. 10 e parágrafo; e
- art. 11

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1991
(Nº 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade

Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN.)

Parte vetada:

— Art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1991
(Nº 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. nº 67/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 100.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1991
(Nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. (Mens. nº 68/91-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 9º;
- parágrafo único do art. 12;
- art. 13 e §§ 1º e 2º;
- §§ 1º e 3º do art. 21;
- art. 27 e seu parágrafo único;
- art. 33 e seus §§ 1º e 2º;
- inciso IX do art. 34;
- parágrafo único do art. 39;
- art. 49; e
- art. 53.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

29

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mens. nº 90/91-CN.)

Partes vetadas:

- inciso VII do art. 22; e
- art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e
- art. 45.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1991
(Nº 1.390/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. (Mens. nº 91/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 15;
- art. 31;
- art. 32;
- art. 33;
- art. 34;
- art. 35; e
- art. 36.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

A Mesa não pôde utilizar a cédula única para a deliberação sobre 23 vetos, todos considerados pacíficos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 23h31min)

ATO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 1, DE 1991

Os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no uso de suas atribuições regimentais e em virtude de solicitação dos Senhores Senador RONALDO ARAGÃO e Deputado RICARDO FIÚZA, Presidente e Relator-Geral da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional,

Considerando,

1. a premência dos prazos relativos à tramitação legislativa do Projeto de Lei Orçamentária da União para 1992 a exigir assessoramento exclusivo e integral;

2. o grande volume de trabalhos de caráter prioritário para que possa ser cumprido o cronograma previsto para o referido projeto;

3. o acúmulo de matérias na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização relativas a Projetos de Lei de Créditos Adicionais a demandar assessoramento rotineiro e permanente;

4. o disposto no art. 26, *in fine*, da Resolução nº 1/91-CN;

RESOLVEM:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho Especial para assessorar o Relator-Geral da referida Comissão, pelo prazo necessário à elaboração do parecer final do Projeto de Lei Orçamentária para 1992, sem prejuízo da lotação em que se encontram e das funções que exercem, com a incumbência de prestar apoio técnico àquela Relatoria, inclusive nas tarefas relativas à consolidação das emendas aprovadas e a elaboração do competente autógrafa.

SENADO FEDERAL

ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO, Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

Grupo de Trabalho Especial

Coordenador Técnico: ANTÔNIO CIPRIANO LIRA, Gabinete da 3ª Secretaria.

CARLOS RICARDO ANDRADE LIMA, Gabinete da Presidência.

MARIA DE FÁTIMA CAMARGO, Gabinete do Senador Aluizio Bezerra.

RAIMUNDO ROGÉRIO DE SOUSA DUARTE, 1ª Secretaria

RITA DE CÁSSIA SALIBA VIEIRA, Gabinete do Senador Moisés Abrão

TANIA REGINA GIRARDI ALVES, Gabinete do Senador Nelson Wedekin

ADRIANA TAVARES SOBRAL, Subsecretaria de Comissões

FÁBIO ALVES DE ARAÚJO, Subsecretaria de Comissões

IVANILDE PEREIRA DIAS, Subsecretaria de Comissões

FLÁVIA SANTINONI VERA CAVALCANTE, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos

LEONEI GOMES DE OLIVEIRA, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

MARIA SÁDIA BATISTA, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

NANCI GODOI DE CARVALHO, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

SILVIO FERREIRA DAS VIRGENS, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

VALDO BARBOSA FACÓ, Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOSÉ ROBERTO NASSER, Diretor da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Grupo de Trabalho Especial

Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Coordenador Técnico: GUMERCINDO VALENTIM

ÂNGELA DA CUNHA BARBOSA GUEDES

ANTÔNIO MARIA DE M. MESQUITA

ANTÔNIO PAULO RODRIGUES

ARISTEU ANTÔNIO ELSING

EBER ZOEHLER SANTA HELENA

EURICO AFONSO CARNEIRO

FERNANDO LUÍS BRITO DA SILVA

FRANCISCO DE PAULA SCHETTINI

HAMILTON NOBRE RABELO

HÉLIO MARTINS TOLLINI

JOSÉ FERNANDO CONSENTINO TAVARES

JOSÉ MARTINS FERREIRA

MAGALY DE MELO R. TOLEDO

MANOEL ARAÚJO FERNANDES

MÔNICA PINHEIRO DE QUEIROZ

OSVALDO MALDONADO SANCHES

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

RAQUEL DOLABELA DE L. VASCONCELOS

RITA DE CÁSSIA RAMOS MACIEL

ROSENAL ANTERO ALVES JÚNIOR

TARCÍZIO MARTINS DA SILVA
VÂNIA MARQUES PINTO GARCIA.

Art. 2º O Prodasen e o Cegraf, bem como os demais órgãos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dentro de suas atribuições, atenderão, em caráter prioritário, às necessidades e solicitações da referida Relatoria-Geral e do Grupo de Trabalho Especial designado neste Ato.

Art. 3º Os demais servidores da Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos da Assessoria do Senado Fe-

deral e da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, inclusive os respectivos dirigentes, ficam designados para o atendimento das necessidades de assessoramento e apoio técnico à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional nas tarefas relativas à tramitação dos Projetos de Lei de Créditos Adicionais.

Congresso Nacional, 25 de novembro de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente da Câmara dos Deputados.